

Daniela Camargo

(Des)igualdades de gênero e(m) reprodução social: atitudes e representações sociais das estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Daniela Camargo

(Des)igualdades de gênero e(m) reprodução social: atitudes e representações sociais das estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE

Orientação
Prof. Doutora Ana Isabel Couto

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

À minha avó, Sibila Camargo (in memorian), por ser a mulher mais forte que conheci, sem medo de ser quem desejava ser.

À todas as mulheres que compartilharam suas histórias, meu respeito, admiração e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que é sempre presente em todas as fases de minha vida.

Aos meus amigos, que compartilharam desta trajetória comigo, apoiando e entendendo a ausência. Em especial às amigas Marcela Vilar Sampaio e Cristiane Alves, parceiras de sonhos e lutas.

Ao Instituto Federal Farroupilha pela oportunidade de tanto aprendizado.

Às mulheres, participantes desta pesquisa, que permitiram ouvir e compartilhar suas histórias, marcadas de dor e alegria.

À minha orientadora, Ana Isabel Couto, pela paciência, atenção e carinho, durante esta jornada.

À Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto pela oportunidade de experiências novas e enriquecedoras.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente na realização desse trabalho, meu profundo e sincero agradecimento!

RESUMO

A presente pesquisa debruçou-se sobre a temática da reprodução social do machismo e das (des)igualdades de gênero tomando como foco empírico as estudantes do curso Técnico em Estética PROEJA, com as turmas do 1º, 2º e 3º anos, do ano de 2018. No Brasil, os índices de violência contra a mulher são gritantes e assiste-se, na atualidade, a diversas tentativas de retrocessos nos direitos das mulheres brasileiras. Este conjunto de fatores ajudam a explicar a relevância de pesquisas centradas em temáticas da cultura machista, violência e desigualdades de gênero. Os principais objetivos da presente pesquisa foram: (i) mapear as principais representações que as estudantes do curso Técnico em Estética PROEJA têm sobre o machismo, (ii) identificar e caracterizar as situações de machismo vivenciadas pelas estudantes (iii) e identificar as representações sobre os efeitos e consequências do machismo vivenciado e da desigualdade de gênero nos seus quotidianos. Definiu-se uma estratégia metodológica eminentemente qualitativa e eclética que privilegiou os seguintes instrumentos de coleta de dados: questionário, entrevistas semiestruturadas e diário de campo. Para a entrevista, optou-se pela técnica de história oral de vida, tendo como objetivo a narrativa das experiências de vida das estudantes. A análise apontou que as representações foram ancoradas e objetivadas em teorias sociais, morais e biológicas que ainda sustentam os mitos do machismo e da desigualdade de gênero. Também que essas representações estão em constante reelaboração, conforme a vivência de cada mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de gênero, machismo, representações sociais.

ABSTRACT

This research focused on the social reproduction of chauvinism and gender (dis)equality, taking as an empirical focus the students of the Technical Aesthetics course PROEJA, with the classes of the 1st, 2nd and 3rd years, in 2018. In Brazil, the rates of violence against women are blatant and there are several attempts to set back the rights of Brazilian women. This set of factors helps to explain the relevance of research focused on themes of sexist culture, violence and gender inequalities. The main objectives of this research were (i) to map the main representations that the students of the Technical Aesthetic course PROEJA have about chauvinism, (ii) to identify and characterize the situations of chauvinism experienced by the students (iii) and to identify the representations about the effects and consequences of experienced chauvinism and gender inequality in their daily lives. An eminently qualitative and eclectic methodological strategy was defined, which privileged the following data collection instruments: questionnaire, semi-structured interviews and field diary. For the interview, the technique of oral life history was chosen, having as objective the narrative of the students' life experiences. The analysis pointed out that the representations were anchored and objectified in social, moral and biological theories that still sustain the myths of chauvinism and gender inequality. Also that these representations are in constant reelaboration, according to the experience of each woman.

KEYWORDS: Gender inequality, Chauvinism, Student representations.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE TABELA	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xv
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	3
1.1. As relações de gênero	3
1.2. O machismo	14
1.2.1. Teorias essencialistas do machismo	19
1.2.2. Teoria construtivista	27
1.3. As representações sociais	29
1.3.1. Representações sociais e o machismo	33
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	37
2.1. Problema e objetivos de pesquisa	37
2.2. Desenho metodológico	40
2.2.1. Técnicas de recolha e análise de dados privilegiadas	42
2.2.2. Confiabilidade e validade	45
2.3. Local de estudo e caracterização sociográfica dos participantes	45
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
3.1. Representações sociais, atitudes e vivências de machismo, desigualdade e violência de gênero pelas estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA: principais resultados do inquérito por questionário	51

3.2. Representações sociais, atitudes e vivências de machismo, desigualdade e violência de gênero pelas estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA: principais resultados das entrevistas	55
3.2.1. Histórias de vida	55
3.2.2. Machismo, desigualdade e violência de gênero: vivências e representações	67
3.2.3. Família	67
3.2.4. Relacionamentos abusivos	81
3.2.5. Trabalho	95
3.3. Formas de representação social do machismo	103
3.4. Influências do machismo na vida das mulheres	108
3.5. E então, o que pode ser feito? Estratégias de combate ao machismo na perspectiva das entrevistadas	112
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO A – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS	123
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - QUESTIONÁRIO	125
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA	127
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO	129
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).
CTG	Centro de Tradição Gaúcha
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EP	Estética Proeja
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IFFar-SAN	Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Ângelo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
PROEJA	O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
TPM	Tensão pré-menstrual

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Perfil sociográfico das inquiridas	48
Tabela 2 – Abandono escolar, principais motivos e forma de conclusão do Ensino Fundamental	50
Tabela 3 – Síntese de situações de machismo e violência.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda familiar das inquiridas.....	49
--	----

INTRODUÇÃO

A presente dissertação decorre da pesquisa desenvolvida entre outubro e dezembro de 2018 sobre desigualdades e violência de gênero, considerando as representações sociais e vivências concretas das estudantes do curso Técnico de Estética do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

O principal motivo para o estudo desta temática foi o trabalho que exerço enquanto assistente social do setor de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha desde 2011. Com efeito, o trabalho de atendimento e acompanhamento das mulheres do curso de Estética Proeja revelou de forma clara a reprodução do machismo e da violência na vida das estudantes, através de posturas que inferiorizam, desqualificam e rotulam as mulheres. Percebi que a violência e desigualdades de gênero eram constantes em suas vidas e também que a justificativa para esses comportamentos se refletia nas falas, causando prejuízos para suas vidas, como a depressão e o abandono do curso que eram situações frequentes. Muitas alunas abandonaram o curso em função do ciúme do marido ou do cansaço por tantas atividades desenvolvidas.

A pesquisa procurou conhecer as vivências e histórias de vida dessas estudantes, bem como compreender as representações que possuem sobre o machismo, violência e desigualdades de gênero em suas vidas, pois muitas vezes a questão que ficava após os atendimentos era: será que essas mulheres conseguem compreender os efeitos e consequências do machismo nas suas narrativas de vida?

Assim, esse trabalho teve como objetivo mapear as principais representações sociais das mulheres sobre os efeitos e consequências do machismo e violência de gênero em sua vida.

Organizamos a escrita desta dissertação em quatro capítulos centrais. O primeiro capítulo dedicado à revisão da literatura procura problematizar a categoria de gênero e sua forma de entendimento para este trabalho, além dos temas sobre relações de gênero, com um breve resgate ao longo da história;

machismo com sua conceituação e explicações das teorias essencialistas e construtivistas que construíram diferentes respostas e argumentos para os comportamentos machistas nas sociedades; além das representações sociais e sua relevância para o estudo desta temática.

O segundo capítulo, dedicado à pesquisa empírica, apresenta os principais objetivos, metodologia e técnicas de recolha e análise de dados privilegiadas no âmbito do estudo, bem como uma breve caracterização do perfil sociográfico das estudantes que participaram no estudo.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa, trazendo um breve relato das histórias de vida contadas, além das situações e representações que as entrevistadas possuem sobre o machismo e a desigualdade de gênero em suas vidas. Os resultados apresentados, foram obtidos através de inquérito por questionário e entrevista, resultando em análise quantitativa e qualitativa.

O quarto capítulo e último capítulo é dedicado às considerações finais desse trabalho.

1. **CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA**

1.1. **AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

No âmbito da presente dissertação emerge um conceito central: o conceito de gênero. Importa, por isso, discutir e clarificar o conceito de gênero que será utilizado no presente trabalho.

O conceito de gênero tem seu reconhecimento social a partir da década de 1970, sendo estudado e discutido pelo movimento feminista ressaltando a construção e organização social das relações entre os sexos. Desse modo, para compreender como se dão as relações entre os homens e as mulheres, será utilizado o conceito de gênero de Joan Scott (1995, p. 86), onde

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Segundo Scott (1995) gênero como elemento constitutivo das relações sociais envolve quatro componentes, sendo: (I) os símbolos, que são culturalmente disponíveis; (II) os conceitos normativos que são expressos através das doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas; (III) as organizações sociais e suas instituições, e; (IV) a identidade subjetiva. Esses componentes operam entre si, mas não simultaneamente, como se fossem reflexo um do outro. A proposta da autora foi de clarificar e especificar como pensar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais, pois essa reflexão, muitas vezes não é realizada de forma precisa e sistemática.

Gênero se refere a relações sociais desiguais de poder, entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, que conforme Meyer

(2013) engloba todas as formas de construção social, cultural e linguística. Assim, este conceito nos leva a considerar que as relações de gênero são “constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino e, ao mesmo tempo produzem e/ou ressignificam essas representações” (Meyer, 2013, p. 18).

Sendo o gênero um conceito construído culturalmente vinculado à forma de como a sociedade trata as diferenças sexuais, Scott (1995) diz que, as estudiosas do patriarcado têm buscado entender a subordinação das mulheres e têm encontrado sua explicação na necessidade masculina de dominação das mulheres.

A outra parte da definição de Scott corresponde a teorização do gênero, que se refere as relações de poder, que, conforme Foucault (2014, p. 103)

[...] deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Foucault (2014) considerava o poder como uma prática social construída historicamente, não sendo localizado em um ponto específico da estrutura social, pois ele funciona como uma rede, que engloba tudo e todos.

Assim, o conceito de gênero como referência para a estruturação social estabelece distribuições de poder, possibilitando controle ou acesso a fontes materiais e simbólicas, tomando parte na concepção e na construção do poder (Osterne & Silveira, 2012).

Falar em gênero é falar de uma história em permanente construção, que possui caráter social e histórico, das concepções que são baseadas nas percepções das diferenças sexuais, por isso, compreender como se deram as

relações de gênero na história, é fundamental para compreender o lugar do homem e mulher socialmente construído.

Assim, para alguns estudiosos existiu o que foi chamado de matriarcado, o período em que o mundo era “dominado” pelas mulheres, onde elas eram consideradas um ser sagrado, sendo assim a representação do poder.

Conforme Silva e Londero (2016) a mulher era detentora do poder, pois somente a ela cabia produzir e nutrir a vida, e, sem ela a vida não existiria, tendo assim um papel de relevância social. Silva e Londero (2016, p. 3) citam Cabot ao explicar que “num tempo em que o papel masculino na concepção não era entendido, [...], o corpo da mãe era visto como a única fonte de vida, assim como a Terra era a única fonte de vida biológica”. Portanto, a mulher era figura central na crença da época, sendo cultuada como fonte da vida, como uma grande Deusa.

Monteiro (2008) cita a socióloga Riane Eisler que a partir de novos estudos arqueológicos fez uma leitura por meio da arte afirmando que no período pré-histórico a mulher ocupava importante lugar na sociedade. Manifestações em diversas cavernas, através de pinturas, fizeram o pesquisador Leroi-Gourhan, estudado por Eisler, afirmar que o homem pré histórico tinha consciência de que existia dois sexos, e também que a religiosidade expressada nas artes, era representada pelo feminino.

Através da leitura da arte, foi possível encontrar evidências de que neste período havia igualdade de gênero. Na arte neolítica as deusas não apareciam com representações de poder, com lanças, espadas, raios, assim como não há imagens de soberanos, guerras, violência e escravidão. Segundo Monteiro (2008), não aparece representação de dominante nem de dominado, mas que havia trabalho conjunto entre homens e mulheres para o bem comum do grupo.

Alguns estudiosos afirmam na existência do matriarcado, onde a organização social era baseada na cooperação e o modo de produção na agricultura. Neste período, as “mulheres detinham hegemonia política: mediavam e solucionavam os conflitos e organizavam as sociedades. Eram

responsáveis pelo bem comum do clã na vida e na morte” (Göttner-Abendroth como citado em Monteiro, 2008, p. 18).

Para Monteiro (2008) nunca existiu a sociedade matriarcal, mas sim sociedades matricêntricas, pois não havia dominação feminina sobre o homem. Neste período, a mulher foi colocada no centro da organização social em função capacidade de reprodução tornando-se um ser divino.

Pessis e Martíns (2005) dizem que as pesquisas etológicas observam que as diferenças de organização social se davam nas possibilidades de sobrevivência ligadas aos fatores ambientais dos grupos, e não ao gênero. Para as autoras, não é observável a

a existência de algum tipo de discriminação no acesso à informação social assim como nenhuma exclusão de gênero. Todos os membros da comunidade partilham a informação que lhes permite ter melhores condições de sobrevivência. Saber como sobreviver individualmente é garantia de sobrevivência da espécie e do grupo. Não existem comportamentos dominantes observáveis de segregação por gênero nos estudos realizados com diversas espécies de primatas. A relação de solidariedade por gênero também não parece identificável. A única exceção detectável é frente a um perigo externo, quando cada um participa da defesa segundo sua capacidade e sua força (Pessis & Martíns, 2005, p. 19).

Segundo as autoras, com o Homo Sapiens houve uma mudança comportamental em função do desenvolvimento de novas especificidades, proporcionando a partir daí a capacidade de produzir modificações técnicas na matéria prima permitindo a produção de novos instrumentos capazes de compensar as carências advindas das próprias das mudanças.

Para Pessis e Martíns (2005), as necessidades grupais eram maiores que as diferenças entre os gêneros, pois “o escasso desenvolvimento técnico e o instrumental rudimentar disponível para sua defesa” (p. 20), exigia uma organização baseada na coesão e solidariedade para a própria sobrevivência do grupo.

Segundo Beavouir (2016), os trabalhos que exigiam força física também eram desempenhados pelas mulheres. As mulheres fortes e resistentes participavam das expedições dos guerreiros fazendo parte de guerras sangrentas e, enquanto as mulheres guerreiras recusavam a maternidade mutilando os seios, “às mulheres normais, a gravidez, o parto, a menstruação diminuía a capacidade de trabalho e condenavam-nas a longos períodos de impotência” (Beavouir, 2016, p. 96). Nesses períodos, as mulheres necessitavam da proteção e cuidado dos homens, também da caça e pesca que agora eram afazeres realizados por eles, para a sua sobrevivência.

Com a necessidade de cuidado das crianças, os grupos deveriam dar suporte e cuidado para garantir sobrevivência destas. Sendo que neste processo, o homem assumiu a proteção da comunidade, e a mulher o cuidado com os filhos, onde “a exigência do cuidado das crianças assumido pelas mulheres originará uma especialização na divisão do trabalho por gênero” (Pessis & Martíns, 2005, p. 21).

A partir de uma forma de vida estruturada em torno de périplos relacionados com a caça e a coleta sazonais vão ocorrer transformações, dependendo das condições de sobrevivência dos distintos grupos em todo o mundo. Gradativamente, o desenvolvimento técnico e o refinamento das técnicas permitirão aumentar as probabilidades de vida. A violência exógena aos grupos ficará mais controlada e as defesas planejadas diminuirão os riscos. O incremento da população e a necessidade de administrar os territórios, assim como o aparecimento da agricultura, levou a novas formas de organização social. A vida sedentária criou novos valores e interesses, além da simples sobrevivência. O uso dos territórios passará a ser defendido e as técnicas de conservação de alimentos permitirão sua acumulação. Armazenar alimento é acumular poder. A violência será, portanto, orientada a preservar territórios e bens. A partir dessa transformação surgirá uma necessidade de mão de obra geradora de riqueza, mão de obra humana, mão de obra como bem de troca e venda. O trabalho escravo se tornará um produto da violência, de enfrentamentos e de derrotas (Pessis & Martíns, 2005, p. 21).

Neste novo formato de sociedade, a sociedade agrícola, com surgimento das instituições e do direito, o homem assumirá a defesa do território, e a mulher

será subordinada as ordens do homem. Neste momento, a mulher tem a função da maternidade, pois os filhos passam a ser vistos como riqueza. É na comunidade agrícola que a mulher adquire prestígio, que se dá pela importância que as crianças passam a ter nesta cultura de trabalho com a terra, mantendo a maternidade como algo sagrado (Beauvoir, 2016a).

Com a apropriação das inovações técnicas e novos conhecimentos pelos homens, a exclusão feminina destes novos conhecimentos estabeleceu uma estrutura conservadora que se organizará a maior parte das sociedades. Nesta estrutura, o trabalho é do homem, e as tarefas são das mulheres. Estas desempenhariam tarefas domésticas e agrícolas de procedimentos simples, sem ter necessidade de informações técnicas para desempenhá-las. Assim, para Pessis e Martíns (2005), estas especificações das atividades entre os gêneros dão origem a desigualdade entre eles, criando estereótipos comportamentais baseados na organização familiar desigual entre os gêneros e também na geração de violência institucional e doméstica.

Stearns (2017, p. 31) diz que “o deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres”, beneficiando, portanto, o domínio masculino. Com o aumento da taxa de natalidade e com a produção de alimentos mais seguros, o homem assumiu a maior parte das funções agrícolas, pois a maternidade tomava muito tempo das mulheres. Assim, “era o cenário para um novo e penetrante patriarcalismo” (Stearns, 2017, p. 32).

[...] com a elevação dos valores masculinos e com o mundo pertencendo aos homens, surgiu o patriarcado como instituição. Essa passagem do matriarcado ou da sociedade matricêntrica para o patriarcado demorou em torno de mil anos para se efetivar. Como havia uma nítida identificação entre a mulher e a natureza, muito em virtude da fertilidade e do dom de gerar em si a vida, foi provavelmente a “vontade de dominar a natureza que levou o homem a dominar a mulher”. A partir dessa ruptura sociocultural acima descrita, o masculino concentra em si o poder e a supremacia, havendo relação de superioridade- inferioridade do homem em relação à mulher (Monteiro, 2008, p. 21).

Com o estabelecimento da civilização as relações de gênero sofreram mudanças, ressaltando uma crescente desigualdade no padrão familiar estabelecido nas sociedades agrícolas. Este período foi marcado pela expansão de novas religiões, pelo contato intercultural entre as civilizações, e crescente regularidade do comércio afro-eurasiano. Essas mudanças possibilitaram a interação com grupos nômades e também as variações existentes no modelo patriarcal de uma sociedade para outra (Stearn, 2017).

Conforme Beauvoir (2016a) o patriarcado se estabeleceu de diferentes formas nas diferentes sociedades. As leis de Hamurábi, na Babilônia possibilitavam alguns direitos às mulheres, como o de receber parte da herança paterna e também do dote quando há o casamento. Na Pérsia, a poligamia era comum e o incesto não era proibido. A mulher poderia receber parte da herança de seu marido, mas somente no caso do filho não ser digno dela.

No Egito a mulher teve as condições mais favorecidas, onde a unidade social e religiosa era constituída pelo homem e pela mulher. As mulheres tinham a mesma proteção jurídica que os homens, herdava e possuía bens, isso porque no Egito antigo a propriedade territorial era do rei, sendo utilizada como usufruto pela população. Assim, os bens a serem transmitidos como herança possuíam pouco valor. Por não haver patrimônio privado, a mulher conservava a dignidade enquanto pessoa (Beauvoir, 2016a).

Segundo Stearns (2017), na Grécia alguns elementos do patriarcado emergiram rapidamente, produzindo diferentes crenças sobre a inferioridade das mulheres e sua prioridade nas “obrigações domésticas”. A função principal das mulheres era a maternidade e a responsabilidade de incentivar os filhos a coragem, sendo esta necessária para o menino tornar-se um homem forte e para a vida militar, pois muitas cidades-estados gregas eram militares. As mulheres não eram consideradas aptas para atividades políticas sendo consideradas seres incapazes de raciocinar e vistas como castigo dado pelos deuses raivosos aos homens. Também não eram competentes perante a lei, o pai e o marido eram seus guardiões.

Em Atenas seus líderes criticavam os espartanos por darem muita liberdade às mulheres. Segundo Monteiro (2008) Aristóteles fez críticas ao comportamento das mulheres de Esparta, nomeando-as como luxuriosas, depravadas, acusando de mandarem em seus maridos. Mesmo com essa “liberdade” concedida a algumas mulheres, em geral, as mulheres gregas não possuíam proteção jurídica, eram excluídas do acesso a educação e assim como escravos e bens, eram propriedade do homem.

A mitologia grega caracteriza a mulher como ser irresponsável, incapaz, necessitando assim da tutela do homem. A explicação desta criação se dá através do mito da Caixa de Pandora, onde a criação de Pandora representa um castigo de Zeus, o rei dos deuses, aos homens porque Prometeu roubou o fogo divino. Pandora foi criada semelhante a uma deusa, com a aparência de uma linda jovem que

oculta um coração ardiloso e numerosos outros defeitos. Assim, “devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo o tipo de desgraça.” Desse modo, o mito grego da criação apresenta a mulher como uma segunda categoria, uma vez que os homens já existiam; aponta a mulher como ser mau e perigoso; e associa a ela a entrada do mal no mundo. Isso demonstra a disparidade entre os gêneros e, conseqüentemente, dos papéis de cada um na sociedade grega antiga, havendo uma notória relação de superioridade- inferioridade dos homens em relação às mulheres, respectivamente (Monteiro, 2008, p. 22).

Em Roma o contato intercultural com outras sociedades possibilitou às mulheres algumas conquistas como o direito de possuir propriedade e algumas proteção de acusações infundadas feitas pelos maridos., além de modelos de ornamentos e luxo para as mulheres romanas de classe alta, sob a influência da Grécia e do Mediterrâneo, “isso emprestou uma nova dimensão à vida das mulheres, embora pudesse tê-las afastado de outras metas e assim ajudado a confirmar a desigualdade do patriarcado” (Stearns, 2017, p. 57).

Com grandes transformações nas civilizações, Roma sofre a influência de uma nova ideologia, o cristianismo. Esta nova ideologia contribuiu muito para a opressão da mulher, condenando tudo que vinha dela. Os principais teóricos cristãos referiam-se às mulheres com ódio e repúdio. Segundo Monteiro (2008, p. 25), “muitos foram os estudiosos cristãos que (...) hostilizavam as mulheres e o sexo a elas associado, visto como algo nefasto e diabólico”.

Segundo Monteiro (2008), muitas foram as atrocidades cometidas contra as mulheres pela Igreja Católica, que tendo como regra a ideologia patriarcal, pregava como “inspiração divina” a autoridade do homem sobre a mulher. Para isso a Igreja criou a representação da mulher, Eva, pecadora, desobediente às ordens divinas, responsável pela desgraça da humanidade, reforçando o perigo de ser mulher e a necessidade de “controle” desta pelo homem. Assim,

A religião tem importante papel na formação das condutas e determinação dos comportamentos, sendo um dos “discursos de legitimação mais importantes”, sendo instrumento de justificação das condutas e papéis de cada sexo ao longo dos tempos. Logo, ainda a respeito da Igreja Católica e sua ligação com a reprodução da inferioridade da mulher, pode-se afirmar que toda a dominação e os atos decorrentes dela do gênero masculino contra o feminino teve o respaldo dessa forte e respeitável instituição, conferindo legitimidade a comportamentos absurdos (Monteiro, 2008, p. 26).

Para a autora, neste período, a mulher foi associada ao diabo, sendo objeto de tentação ao homem para desviá-lo do caminho de Deus. Neste período também, foram perseguidas, violentadas e mortas pela Igreja, através da “caça as bruxas”. Essas mulheres eram, parteiras, enfermeiras e assistentes, aquelas que conheciam plantas medicinais para cura de enfermidades, tendo assim, um grande poder social. Segundo Angelin (2008), essa caça as bruxas foi fruto de uma campanha de terror realizada pela classe dominante, juntamente com a Igreja.

Com o Renascimento, a imagem da mulher passa por uma ressignificação, sendo exaltada sua feminilidade, sua beleza como algo divino. Teve suas virtudes valorizadas, sendo admirada pelos papéis que lhe foram atribuídos de

mãe, esposa e senhora do lar (Monteiro, 2008). Porém, isso se dá nos campos da literatura e arte, não no campo social, onde a mulher devia obediência ao pai ou ao marido, sem participação em espaços públicos.

No período feudal, coube ao homem a tutela da mulher, filha ou esposa, esta que não possuía nenhum tipo de direito, sem nenhuma capacidade política. Conforme Beauvoir (2016a, p. 137), com casamentos arranjados para as mulheres, através de interesses dos homens, neste período “a mulher é um instrumento através do qual a propriedade se transmite”, ou seja, ela não é detentora de seus bens, e sim seu esposo, pois a propriedade não é familiar, é do senhor do feudo. Quando a mulher tem filhos, estes serão submissos ao senhor, bem como a mulher, tornando-se assim “escrava da propriedade através da ‘proteção’ de um marido que lhe é imposto (Beauvoir, 2016a, p. 137).

Para Monteiro (2008), pouco mudou nas relações de gênero entre os séculos XV e XIX. As mulheres continuaram a ser propriedade dos homens. Assim, as relações de gênero nas sociedades ocidentais, encontraram justificativa para a opressão das mulheres através dos discursos políticos, filosóficos, médicos, religiosos, classificando a mulher como irracional, incompetente, sedutora, pecadora, frágil, etc., a fim de sustentar um sistema de dominação patriarcal e machista.

Embora as mulheres não tenham conseguido mudar significativamente nestes períodos sua situação, não significa que elas não lutaram. “As mulheres sempre lutaram, de diferentes formas, adequadas ao contexto que estavam inseridas” (Monteiro, 2008, p. 33).

Para Safiotti (1976), as mulheres sempre contribuíram para a subsistência de sua família e para criar riqueza social. Para ela, o casamento era o entendimento de felicidade pessoal da mulher. Pois,

Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Isto equivale a dizer que, afóra as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de

seus maridos. E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (Saffioti, 1976, p. 17).

No entanto, cabe aqui destacar as fases do movimento feminista que luta constantemente para conquistar efetivamente a igualdade de gênero: a primeira onda feminista se deu com o movimento sufragista no século XIX na Inglaterra e com reivindicações de igualdade jurídica (direito ao voto e acesso a educação e profissões liberais). A segunda onda feminista, nas décadas de 60 e 70, ganhou destaque a partir da busca do direito político. Neste momento a luta das mulheres foi por causas que diziam respeito ao direito de autonomia sobre o seu corpo como, por exemplo: direito ao aborto, ao uso de métodos contraceptivos, punição para casos de agressões sexuais e violência de toda ordem física e psicológica, equidade de gêneros e liberdade sexual. A terceira onda do feminismo, iniciou em 1990, teve seu foco na luta contra a violência a mulher. Esta luta persiste, pois apesar de muitas conquistas legais, a cultura machista e patriarcal impregnada na sociedade faz com que a violência contra a mulher continue.

Apesar dos grandes avanços na luta pela igualdade de gênero, ainda são muitos os desafios para a concretização de uma sociedade justa e igualitária para as mulheres.

1.2.O MACHISMO

Vivemos em uma sociedade fundamentada em resquícios de uma cultura de modelo patriarcal, ou seja, em um sistema de organização social e econômico que delegou aos homens o poder econômico e o controle social (Saffioti, 2004), sendo recorrente a manifestação do preconceito com relação as mulheres.

A origem de patriarcado vem do grego *pater* que significa pai e *arkhe* que é origem e comando, ou seja, a autoridade do pai (Delphy, 2009). Diante desta origem, nas sociedades patriarcais os homens são considerados seres superiores, com direitos de posse sobre as mulheres.

[...] alguns historiadores argumentam que uma justificativa-chave para a existência do patriarcado era garantir, com o máximo de certeza possível, que os filhos de uma mulher fossem do marido. Dada a importância da propriedade em sociedades agrícolas [...], os homens sentiam necessidade de controlar a herança de gerações futuras, e isso começou regulando a sexualidade das esposas (Stearns, 2017, p. 32).

Desta forma, este sistema destacava as fragilidades e a inferioridade feminina, com muitas restrições as mulheres, que deveriam ser obedientes aos seus maridos. “O alcance do patriarcalismo foi poderoso e extenso” (Stearns, 2017, p. 33).

Assim, para manutenção do sistema patriarcal é necessária uma série de comportamentos, que se baseia na crença da superioridade do gênero masculino sobre o feminino, e, sua ação se expressa através da adoção de comportamentos que subjagam as mulheres, sendo o machismo.

Para Castañeda (2006), psicóloga que se dedica ao estudo sobre o machismo, ele não é de fácil definição, pois tem reconhecimento social e naturalizado em nossa sociedade, sendo visto como um problema pessoal nas relações maritais ou de trabalho.

Para que o machismo aconteça, não necessariamente precisa haver relações de violência física entre o homem e a mulher. Ele pode acontecer através do

“olhar, pelos gestos ou pela falta de atenção” (Castañeda, 2006, p. 15), tornando-se assim, uma violência simbólica onde se estabelece uma relação desigual, um é superior e o outro é inferior. Desta forma, a autora define o machismo como:

Um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas idéias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutualmente excludentes: por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como uma forma de vida baseada nele (Castañeda, 2006, p. 16).

Deste modo, o machismo é constituído por uma série de valores e padrões comportamentais que afetarão as relações interpessoais, como o “amor, amizade, trabalho, tempo livre e principalmente na política, orquestrando o funcionamento desses segmentos com objetivo de domínio sobre os demais, principalmente sobre as mulheres” (Francisco, 2014, p. 29). O comportamento machista inclui também a rivalidade entre os pares, onde o “homem de verdade” é aquele que apresenta comportamentos considerados viris: que possui múltiplas conquistas sexuais, que faz o uso da força física, da agressividade sempre que considerar necessário, o corajoso, que é indiferente a dor, e que despreza qualquer característica feminina. Esses traços são estabelecidos em nossa sociedade como a essência masculina, tornando-se naturalizados e aceitos, não causando estranheza nos comportamentos por se tratar de algo nato do homem, constitutivo de sua biologia (Francisco, 2014).

O machismo estabelece diferenças radicais entre homens e mulheres, propondo papéis excludentes na vida social de ambos, que possuem base no gênero sexual, como exemplo, profissões para homens e outras para mulheres, como o cuidado com a casa e com os filhos.

Para Drumont (1980, p. 81) o machismo é “um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição

entre o homem e a mulher”. Sendo um sistema ideológico, ele concede modelos de identidades masculinas e femininas, aceitas socialmente e aprendidas quando criança, fortalecendo assim os papéis excludentes na vida social de homens e mulheres.

Esse sistema de representação-dominação que constitui o machismo adota o argumento do sexo, hierarquizando-os e dividindo-os em polo dominante (homem) e em polo dominado (mulher). Assim,

Ao apropriar-se da realidade sexual, o machismo, em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens e representações eróticas, instituições sexuais, etc.) produzindo “duas linguagens”: uma masculina e uma feminina. Nesta produção-reprodução de papéis, código, representações sexuais, etc., há produção do espaço aberto, no sentido dado à expressão “corpo sem órgão” por Guattari e Deleuze (6) da extorsão do prazer, do sentido, do poder, do objeto, etc., onde se reproduzem as próprias condições de subordinação da mulher (Drumont, 1980, p. 82).

Desta forma, o machismo representa e articula as relações que são reais e/ou imaginárias da dominação do homem sobre a mulher, sendo assim um modelo que normatiza homens e mulheres, ocultando questões importantes das relações entre os sexos, invalidando todos os diferentes modos de interpretação e também das práticas que não condizem com os padrões estabelecidos (Drumont, 1980).

Bourdieu (2000) em seu livro “A Dominação Masculina” nos diz que

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Deste modo, a dominação masculina acontece silenciosamente a ponto de que suas vítimas não consigam perceber a violência nas relações. A incapacidade de reconhecimento desta dominação tem raiz na cultura de um povo que transforma esta forma de violência como normal e natural das relações de gênero. Bourdieu (2000) aponta para o desconhecimento, sendo ele uma forma de perpetuação da dominação masculina, pois não tendo a percepção da violência simbólica, não se pode reagir, reproduzindo a lógica dominante. A dominação sendo simbólica produz efeitos práticos e visíveis nos sujeitos dominados, como “vergonha, humilhação, culpa, onipotência, submissão e admiração” (Francisco, 2014, p. 26).

A submissão feminina não natural e normal, é uma “construção prática da lógica androcêntrica que rege as relações sociais e suas estruturas objetivas” (Francisco, 2004, p. 26). Sendo que, as mulheres são vistas como inferiores aos homens, e esta inferioridade sentida e consentida pelas mulheres, não sendo permitido o rompimento dessas barreiras físicas e simbólicas da dominação.

Para Bourdieu (2000) a divisão sexual do trabalho é o ponto chave da dominação masculina, pois é ela quem atribui papéis sociais aos homens e mulheres, limitando o espaço público aos homens, e o privado às mulheres.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos” (Bourdieu, 2000, p. 18).

A construção social sobre os corpos masculino e feminino determinantes de regras de agir conforme o sexo, contribuem para a “a dominação e inferiorização da mulher que se realiza através da diferença biológica que vai hierarquizar e organizar simbolicamente a sociedade. Desta forma, a divisão entre gêneros torna-se algo natural, pois as funções como a reprodução biológica servirá para fundamentar a divisão sexual e social do trabalho (Bourdieu, 2000).

Para Bourdieu (2000) a legitimação das relações de dominação inscritas em uma natureza biológica, é também uma construção social naturalizada, pois a somatização das relações sociais de dominação passa por um trabalho coletivo de contínua internalização da lógica de diferenciação dos sexos, e as estruturas de dominação são produto de um incansável trabalho de reprodução que recebe a contribuição de agentes específicos, as instituições: família, escola, Igreja e Estado.

Assim, a primazia concedida aos homens afirma-se nas estruturas sociais e nas atividades de produção e reprodução baseadas na divisão dos sexos para sustentar o machismo vigente na sociedade.

Lima (2007) diz que o machismo é uma concepção opressora de mundo que fixa e hierarquiza modelos do que é ser homem e do que é ser mulher”, e divide os modelos em duas partes: a “masculinidade hegemônica” que pretende justificar qual é o lugar do homem na sociedade, dizendo quais são os papéis do homem e da mulher, e afirmando hierarquia de poder nessas relações; a “feminilidade subordinada” que tenta justificar esse lugar que foi dado às mulheres que sustenta a obediência e subordinação feminina e naturaliza o discurso de fragilidade da mulher e do papel de mãe que deve desempenhar. Então, naturaliza-se também as desigualdades entre os gêneros.

Muitas teorias foram desenvolvidas no intuito de justificar a dominação masculina, manter o sistema patriarcal e os comportamentos machistas. Assim, buscamos em Castañeda, algumas explicações que foram desenvolvidas para essa justificativa, sendo as teorias essencialistas e construtivistas sobre o machismo.

1.2.1. Teorias essencialistas do machismo

Castañeda (2006) em seu livro “O machismo invisível” faz uma análise sobre as teorias essencialistas e as teorias construtivistas que no último século produziram diferentes respostas e enfoques sobre o machismo.

Segundo ela, as teorias essencialistas partem da biologia para argumentar e naturalizar o machismo onde as condutas e atitudes são explicadas como naturais, sendo próprio da constituição do homem. Estes argumentos foram difundidos na sociedade sendo ainda utilizados para justificar o machismo em nossa sociedade.

Esta ideia de naturalização das características nos homens foi baseada na etologia, ou seja, no estudo e observação dos animais em seu ambiente natural onde os pesquisadores preocupavam-se em pesquisar, entre outras coisas, as diferenças entre os machos e as fêmeas e suas formas de relação, buscando assim, “os papéis de cada um na corte e na reprodução, a divisão do trabalho na alimentação, na defesa e na criação dos filhotes, a liderança dentro do casal ou do grupo” (Castañeda, 2006, p. 34). Através destes estudos, deduziu-se que as condutas naturais como a agressividade, a delimitação do espaço, a dominação sobre a fêmea, a disputa entre os machos, a poligamia masculina, identificadas nos animais, também eram condutas e características do homem.

Com a entrada de mulheres no campo da etologia na segunda metade do século XX, até então dominada pelos homens, descobriu-se através de novas pesquisas, que nem todos os animais possuem as condutas acima mencionadas. Através de estudos de Dian Fossey sobre os gorilas e de Jane Goodall sobre os chimpanzés, percebeu-se que nas espécies mamíferas nem sempre os machos dominam. Entre os chimpanzés é a fêmea quem toma as decisões e quem determina a dinâmica e organização do grupo. Os primatas são matrilocais, sendo que quando crescem, as filhas permanecem em grupo, e os filhos vão embora, desta forma, as fêmeas representam a continuidade, são as líderes de suas comunidades. Além de que são as fêmeas quem escolhem seus pares masculinos.

Castañeda (2006) fala que muitos estudos etológicos foram realizados em animais em estado de confinamento, em espaços como laboratórios e zoológicos onde recursos alimentares são limitados. Esse tipo de observação distorceu por muito tempo, a compreensão dos hábitos dos animais, pois não consideravam o impacto nas condutas nos diferentes espaços e contextos.

Ao perceberem essa distorção, os etólogos passaram a observar mais atentamente os animais em seu espaço natural, concluindo que nem sempre os machos possuem condutas agressivas e que existem diversas variáveis nas relações entre machos e fêmeas. No entanto, não é possível transformar o comportamento animal como modelo para o comportamento humano, não sendo justificáveis as condutas machistas pela etologia.

Outra tentativa de explicação das condutas machistas se deu através da biologia, onde, conforme Castañeda (2006) alguns pesquisadores alegaram que o desenvolvimento do feto masculino era mais complicado que o do feto feminino. Para essa teoria, até a sexta semana de gestação os embriões XX e XY são iguais e somente após esta semana, “a presença do cromossomo Y no futuro homem inibe o desenvolvimento do sistema reprodutor feminino e ativa a produção de testosterona, encaminhando assim o embrião para o sexo masculino” (p. 37), então, o embrião teria tendência a ser do sexo feminino, sendo necessário “lutar” para tornar-se masculino.

A teoria hormonal da masculinidade tentou e explicou o machismo durante muito tempo com a ideia de que homens e mulheres produziam hormônios diferentes. Com estudos mais avançados na década de 1920, descobriu que há em ambos os sexos, os hormônios masculinos e femininos, mesmo que em quantidades diferentes.

Castañeda (2006) traz como exemplo a explicação para a homossexualidade, que seria provocada por um desequilíbrio hormonal, tendo estrógeno em grandes quantidades nos homens e testosterona nas mulheres. Essa teoria não é verdadeira, visto que estudos comprovam que os níveis hormonais são iguais em homossexuais e heterossexuais.

Esta visão das diferenças entre homens e mulheres tornaram-se populares na sociedade, onde aquilo que foi comprovado pela ciência como falso, continua a ser acreditado como verdadeiro, ou seja, permanece a lógica de que as características psicológicas diferentes são em função das diferenças hormonais.

O enfoque sociobiológico utilizou-se da teoria da evolução de Charles Darwin para justificar as condutas humanas através da biologia e também sustentar os papéis atribuídos tradicionalmente aos homens e mulheres, polarizando a visão sobre os sexos como se fosse permanente e imutável, para isso, baseou-se em duas ideias centrais: a primeira sobre a estratégia reprodutiva, onde os homens teriam como foco espalhar seu sêmen sempre que puderem; e as mulheres o foco de captar um só homem e mantê-lo em casa para ajudar a criar os filhos. A segunda seria a teoria da evolução da espécie, onde os homens seriam os caçadores e guerreiros, e as mulheres donas de casa, cuidadoras dos filhos (Castañeda, 2006).

Essa análise parte da diferença entre os gametas femininos e masculinos, justificada pelo fato da mulher produzir um óvulo uma vez no mês e o homem produzir milhões de espermatozoides por dia, explicando assim uma série de características ditas masculinas e femininas. Por isso, acredita-se que a mulher possui uma sexualidade cautelosa em função das mudanças que uma gravidez representa a uma mulher, fisicamente e emocionalmente. Já os homens, nada perderiam, e sim, ganhariam ao engravidar muitas mulheres, tendo uma função ativa e empreendedora, sendo necessário “lutar” para que o espermatozoide chegue ao óvulo; a mulher, seu destino é a função passiva e receptiva, pois o óvulo “aguardaria” a fecundação (Castañeda, 2006).

Justifica-se assim a promiscuidade masculina que seria natural por ser uma necessidade biológica dos homens, que são “programados” para a infidelidade, sexo, espírito empreendedor. O estupro também é justificado pela sociobiologia pois “obedece a um imperativo biológico e é, portanto, um fenômeno natural do homem” (Castañeda, 2006, p. 44). Para a autora o argumento seria de que se a função do homem é a reprodução do maior

número de mulheres, o estupro seria uma estratégia justificada pela sociobiologia. Sabemos que em verdade o estupro nada tem a ver com a reprodução, e sim com a necessidade de dominação e humilhação da vítima. Não sendo justificável essas condutas.

Outrossim, a autora aponta quatro críticas ao enfoque sociobiológico: a primeira é de que este enfoque pressupõe que todas as condutas universais sejam naturais e congênicas, sendo genericamente programadas em cada indivíduo, porém, muitas condutas são resultado de aprendizagem, não sendo condutas inatas. A segunda crítica é de que não existem razões para que a natureza animal seja modelo para as condutas humanas; a terceira seria a diversidade de esquemas reprodutivos, da composição dos casais e das comunidades no reino animal, não sendo possível falar em natureza universal; e por fim, a simplificação dos fenômenos psicológicos e sociais que são complexos e reduzidos a uma única causa neste enfoque.

[...] o enfoque sociobiológico conquistou muitos seguidores em certas esferas acadêmicas, científicas e políticas. Trata-se de uma perspectiva que combina esplendidamente com o machismo, porque confere uma base pseudocientífica a suas expressões mais extremas, como a promiscuidade, a possessividade, o ciúme, o estupro [...] (Castañeda, 2006, p. 47).

As explicações essencialistas do machismo, possuem características em comum, conforme Castañeda (2006), que são: traços e condutas descritos como naturais, sendo inatos, universais e inevitáveis, como se em todos os lugares e épocas a conduta do homem teria sido igual; “o uso de critérios biológicos como gênero e cor da pele para atribuir funções ou classes sociais às pessoas com base no racismo [...], e de outras injustiças sociais” (p. 48); visão dos gêneros como antagônicos, ou seja, atribuições específicas ao homem e à mulher, essencialmente diferentes, aprisionando ambos os sexos em papéis polarizados e condenando a desempenhar esses papéis com rigidez para que não se torne objeto de crítica, zombaria ou agressão, se não o fizer.

A autora resume as etapas das principais formações da masculinidade utilizando os estudos de diversos autores da tradição psicanalítica. Parte de Freud que estudou com profundidade o desenvolvimento psicosssexual dos homens.

Nos dois primeiros anos de vida, a criança precisa aprender a que gênero pertence. A infância é marcada pela relação próxima entre a mãe e o bebê – por duas razões, a biológica (amamentação) e a cultural (a mãe é responsável pelo cuidado com os filhos). Sabe-se assim que os bebês aprendem por identificação e por imitação, e que mantêm com a mãe, uma relação tão íntima, sendo o primeiro objeto de amor, que se fala em relação simbiótica entre ambos (Castañeda, 2006).

A menina aprende a ser menina imitando a mãe. O menino aprende a ser homem ao distinguir-se da mãe e demonstrar que não é como ela. O fato de se definir pela contraposição a mãe marcará as relações interpessoais do futuro homem, com as mulheres, filhos e consigo mesmo. Assim, o homem estabelece um distanciamento para evitar “um retorno angustiante à fusão com a mãe” (Castañeda, 2006, p.54), podendo por esse motivo desenvolver problemas com a intimidade, demarcação de limites, senso mais agudo de seu espaço pessoal, necessidade de defender sua autonomia, rivalidade e competição entre os homens, isso tudo por medo de perder sua autonomia e identidade construída. Esse processo de identificação do gênero e de separação que as crianças devem realizar ocupa os três primeiros anos de vida. É na etapa pré-ediânica que eles terão que superar a união simbiótica com a mãe (Castañeda, 2006).

Aos três anos o menino já deixou de se identificar com a mãe, pode assim, entrar em relação com ela e a primeira forma que essa relação se reveste é o desejo. O filho quer possuir a mãe, entrando em rivalidade com o pai, deseja substituí-lo, matá-lo simbolicamente, como o rei Édipo que matou o pai e casou-se com a mãe. Este é um desejo perdido, pois o filho nunca possuirá a mãe, sendo o medo da castração o maior impedimento desse desejo.

O medo da castração surge quando o menino descobre que as meninas não possuem pênis. Acreditando que todos o tenham, ele chega a conclusão de as

meninas sofreram um terrível castigo. Assim as vê como seres castrados e deficientes, nascendo o medo de perder o órgão de prazer colocando-o numa posição de superioridade às meninas. Com medo da castração, o menino busca se parecer com o pai, desta forma a resolução do complexo de Édipo implica que o menino tenha rompido a identificação com a mãe, que tenha superado o medo da castração identificando-se com o pai, para que esteja preparado para transferir o desejo para outras mulheres, consolidando o gênero masculino e a heterossexualidade (Castañeda, 2006).

De acordo com esta teoria, se o masculino for objeto de desejo a orientação homossexual será possível, sendo esta a primeira “semente da homofobia, [...] a rejeição a essa orientação em si mesmo e nos outros” (Castañeda, 2006, p. 56). A autora aponta uma possível origem do machismo, onde a necessidade de demonstrar a masculinidade faz com que os homens se afastem quase totalmente do mundo afetivo da feminilidade, ou seja, a oposição ao feminino.

A adolescência é uma etapa muito importante para a construção da identidade masculina. É nesta etapa que o homem aprenderá a ser, conforme as normas de seu ambiente social. Pode identificar-se com o pai, ou com modelos promovidos pelo contexto, como atletas, cantores, atores, etc., sendo estes últimos, um modelo de difícil alcance (Castañeda, 2006).

Na idade adulta o homem encontra diferentes maneiras de demonstrar sua masculinidade. Deve provar constantemente que não tem nada do feminino. Não deve chorar, fazer trabalhos domésticos, mostrar afeto aos filhos, condutas como diversas conquistas sexuais, agressividade, cuidado ao demonstrar as emoções e ao se relacionar com o outros, consumismo, entre outras, servem para reafirmar a masculinidade.

A autora traz algumas críticas feitas à teoria de Freud. A primeira diz respeito ao medo da castração. Cita Karen Horney que, para ela o menino não tem medo da castração pelo pai e sim o “terror da vagina”, ou seja, medo diante da onipotência de sua mãe. Horney também questiona a teoria de que as meninas teriam inveja do pênis, e considerou que são os homens que sentem inveja do útero, da capacidade de procriar feminina. Assim, a insegurança dos homens

nasce da incapacidade de reproduzir-se e para ela, a rejeição de tudo que é feminino, ou seja, o machismo, também deriva dessa inveja primária.

Outra crítica, foi a subestimação dos valores femininos e superestimação dos valores masculinos onde a autora cita Nancy Chodorow a qual explica que a separação da mãe e a identificação com o pai pressupõe que o valor mais importante da vida seja a autonomia individual, como vivem os homens e não a conexão afetiva e a empatia que caracterizam o mundo feminino.

Destarte, ao separar-se da mãe os meninos perdem sua capacidade primária para a intimidade, para a comunicação afetiva próxima e empática. Aqui, nessa perda, está a origem oculta do machismo, da atitude de superioridade que os homens assumem em relação às mulheres.

Castañeda (2006) traz a teoria da aprendizagem, que para esta, o machismo é resultado de uma rede de influências, tendo diferentes elementos para sua concretização – familiares, sociais, culturais e econômicos.

Desde o ventre materno, os bebês recebem diferentes tratamentos conforme o sexo, geralmente compra-se roupas azuis para meninos e rosa para as meninas. Quando crianças, compram-se bonecas para meninas e jogos criativos para meninos, ensinando as crianças o que devem e podem fazer, sendo esta ação muitas vezes despercebida por parecer natural, o certo a se fazer. As roupas, os brinquedos, jogos, elogios, tudo que o adulto fizer a criança será moldado conforme o gênero dos filhos. Assim, meninos e meninas são alvos de um aparato ideológico e publicitário que ditam as formas de viver, pensar e sentir, masculina e feminina (Castañeda, 2006).

Nesta construção, os pais assumem um papel mais ativo, principalmente com o filho homem, tendendo a reprimi-lo quando tiver condutas consideradas femininas. E as mães tendem a ensinar o bom comportamento às filhas, para que se tornem mulheres doces, boas esposas e mães amorosas.

Castañeda (2006) traz também a teoria de Carl Jung que teve grande influência para justificação do machismo. Nesta teoria, o masculino é o “logos”, a razão, e o feminino é o “eros”, a conexão afetiva com os outros. Ou seja, o homem é movimento, descoberta, conhecimento; a mulher é a emoção,

intuição, o inconsciente. Para eles, todos possuem elementos dos dois sexos, portanto são psiquicamente bissexuados e uma das tarefas do desenvolvimento individual é alcançar um equilíbrio entre os pólos, masculino e feminino.

A masculinidade e a feminilidade possuem características fixas, o que varia é a proporção que tem em si de cada lado, como os hormônios masculinos e femininos. Os gêneros são diametralmente opostos, estão sempre em contraposição, nos extremos de todas as faculdades humanas. Essa polaridade não reflete a complexidade da vida real nem leva em conta a história da humanidade (Castañeda, 2006).

Um importante exemplo que a autora trouxe é que esta teoria foi base para escritores de livros considerados best-seller como “João de Ferro” de Robert Bly, para resgatar o homem macho, sustentando a necessidade do homem recuperar a masculinidade primária; e “Homens são de Marte, mulheres são de Vênus” de John Gray, para afirmar que homens e mulheres são diferentes em todas as áreas da vida. Desta forma, essas ideias ignoram todos os aspectos sociais, econômicos e histórico das definições do masculino e feminino. Sendo necessário refletir o tipo de masculinidade e feminilidade que queremos em nossa sociedade.

A teoria da supercompensação foi desenvolvida por Alfred Adler para explicar os diversos traços físicos e psicológicos, incluindo a hipermasculinidade. Em suas observações, concluiu que o desenvolvimento deficiente de um órgão provoca seu mau funcionamento. Assim a pessoa afetada deverá lutar contra essa “inferioridade orgânica” e chegará, em alguns casos, na supercompensação, como por exemplo, uma pessoa com gagueira, através da supercompensação tornar-se-ia oradora (Castañeda, 2006).

Segundo esta teoria, todos os meninos são fracos e dependentes e veem a si mesmo como inferiores diante dos adultos, mas, o processo de compensação seria um mecanismo de “protesto viril”, pois numa sociedade dominada por valores masculinos, a fragilidade e a passividade são consideradas

características femininas. Já a vontade, atividade, ambição, força e poder, são considerados masculinos (Castañeda, 2006).

Algumas pessoas, devido a sentimentos de inferioridade, justificados ou não, vão longe demais em seus propósitos de compensação. Assim o homem persegue uma hipermasculinidade fictícia, adotando uma série de atitudes e gestos que hoje associaríamos ao machismo. Para ele as atitudes de hipermasculinidade sempre nascem de um sentimento de ser inferior, ou do medo de ser encarado como tal (Castañeda, 2006).

As teorias essencialistas que fundamentaram o machismo reforçam os estereótipos de feminilidade e masculinidade que vivemos socialmente, fortalecendo a superioridade entre os gêneros, produzindo maior desigualdade entre eles.

1.2.2. Teoria construtivista

Segundo a autora, com novos questionamentos sobre as definições de feminilidade e sobre os papéis tradicionalmente associados a ela, os teóricos do feminismo buscaram explicar a partir dos anos 60 porque e como as mulheres aprendem a expressar sua feminilidade de maneiras diferentes, conforme seu contexto social, econômico, político e social.

No entanto, os pesquisadores feministas propõem que os atributos femininos considerados naturais não o são, e argumentam que a biologia não basta para explicar papéis tradicionais elencados a mulher, pois para além da anatomia, existem diversos valores e condutas que se desenvolvem historicamente.

A teoria da aprendizagem introduziu o conceito de papéis aprendidos segundo o qual os meninos aprendem a ser homens de acordo com o ambiente familiar e social. A antropologia contribuiu para essa visão mais completa do

tema, com exemplos recolhidos de outras sociedades onde os homens não são agressivos, nem dominadores em relação às mulheres.

Através do enfoque construtivista, conclui-se então que existem diversas formas de ser homem e mulher, podendo-se afirmar nos dias de hoje que as condutas e atitudes relacionadas ao machismo não são universais, nem inatas e certamente não são irremediáveis.

Na teoria construtivista apresentada por Castañeda (2006) as características masculinas e femininas não nascem com o indivíduo, mas são construídas a partir de suas relações. Assim, o sexo biológico que é dado pela natureza, faz com que seres humanos e animais sejam fêmeas e machos, já o ser homem e mulher, a masculinidade e a feminilidade constituem o gênero, algo que acrescenta ao sexo. Por isso,

a única diferenciação natural entre homens e mulheres é resultante dos aspectos biológicos, ou, do sexo, ademais, ele será aquilo que fizer de si, não existindo, neste sentido, a natureza biológica como fator determinante (Souza, 2016, p. 6).

Para a psicóloga, a antropologia mostrou-nos que existem sociedades que reconhecem mais de dois gêneros, cita por exemplo os povos indígenas norte-americanos, os navajos que reconhecem a existência de três gêneros, homens masculinos, mulheres femininas e os nadle, gênero indeterminado. Assim, o sexo biológico não basta para determinar masculinidade ou feminilidade e que a demarcação entre os gêneros é muito mais fluída do que poderíamos supor.

Os estudos da masculinidade, basearam-se sobretudo na antropologia. Os antropólogos que estudaram tais sociedades sob a perspectiva de gênero buscaram características comuns quanto à maneira de viver a masculinidade e particularidades locais. Descobrir quais características da masculinidade são universais e quais variam de acordo com o contexto econômico, social e cultural, pois nem todas as sociedades são machistas, no sentido de cultivar nos homens a agressividade, competição, promiscuidade e o domínio sobre as mulheres. Nem todas estabelecem uma oposição entre papéis e funções de

homem e mulher, ou definem as mesmas características como especificamente masculinas e femininas.

Para Souza (2016) a elaboração dos conceitos masculino e feminino se dá através da construção social e não pela natureza humana proveniente da diferenciação biológica. Assim, não pode haver superioridade entre os sexos, já que esta construção de si se dará para além das características biológicas.

Considerando os conceitos construtivistas de homem e mulher, sabe-se que o ser humano não se constrói apenas pelo seu aparato biológico, ele também é uma complexidade de comportamentos, emoções e sentimentos que moldam e definem a sua identidade para além do sexo que possui (Souza, 2016, p. 6).

Se pensar que os componentes da personalidade de um indivíduo decorrem do seu sexo, é desconsiderar os fatores socioculturais que o cercam e, ignorar as mudanças históricas decorrentes de seu espaço (Souza, 2016). E ao compreender que o conceito de feminidade e masculinidade são construídos, compreende-se também que a biologia não é um destino, não é imutável e permanente, e que a identidade de um sujeito, será formada através das suas vivências e do significado dado a elas.

1.3.AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O termo Representação Social refere-se a um conjunto de fenômenos e conceitos que são explicados pela teoria desenvolvida por Serge Moscovici. Esta teoria surge em 1961, na França, com a publicação da obra *La Psychanalyse, son image, son public* pelo autor e teve suas origens na sociologia de Durkheim, no seu conceito de representação coletiva.

Para Moscovici (2015), as representações sociais são distintas da representação coletiva, pois a primeira, constitui um novo campo do

conhecimento e, ele sintetiza as diferenças considerando o termo “social” ao invés de “coletivo”.

Se, no sentido clássico, as representações coletivas constituem um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo de ser particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria a realidade tanto quanto o senso comum. É para enfatizar essa distinção que uso o termo “social” em vez de “coletivo” (Moscovici, 2015, p. 49).

Assim, para Moscovici as “representações são sociais e dinâmicas típicas de culturas modernas, espalham-se por toda a população e possuem um curto período de vida” (Santana, 2017, p. 180). O termo social torna-se um fenômeno exigindo explicação e produção de conhecimento.

As representações sociais são (Moscovici, 2015) teorias do senso comum sobre a realidade, um sistema de conceitos e valores com linguagem e lógica próprios, tendo por função determinar o campo das comunicações, dos valores ou ideias que são compartilhadas pelos grupos e reger as condutas que serão aceitas. Santana (2017) cita Jodelet, que conceitua as representações sociais como modalidades de conhecimento orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo, possibilitando o desenvolvimento de identidade pessoal, guiando os comportamentos das pessoas e contribuindo para a construção de uma realidade comum. Assim, as representações sociais têm a capacidade de atribuir significado à realidade e orientar comportamentos.

Jodelet (2001) também conceitua as representações sociais como formas de conhecimento elaboradas e partilhadas socialmente, contribuindo para a construção de uma realidade em comum através de um objetivo prático. Essa forma de conhecimento se diferencia do conhecimento científico, mas torna-se legítimo devido a importância na vida social possibilitando esclarecer os processos cognitivos e de interações sociais (Jodelet, 2001).

A representação social é sempre a representação de alguma coisa, ou de alguém, é a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, é o processo pelo qual se estabelecem as relações entre o mundo e as coisas (Jodelet, 2001).

Para Arruda (2002) a Teoria das Representações Sociais parte, da existência de diferentes maneiras de conhecer e de se comunicar com objetivos diferentes, formas que são móveis e com duas definições a consensual e a científica. São diferentes em seu propósito, onde o universo consensual seria aquele que se constitui no cotidiano, na conversação informal, e o universo reificado se solidifica no espaço científico, com sua linguagem e sua hierarquia interna, sendo ambas eficazes e indispensáveis para a vida humana.

É preciso compreender o processo de construção das representações sociais, que se dá através do novo, do não familiar, aos universos consensuais e conforme Moscovici, envolve dois processos geradores, a ancoragem e a objetivação (Santana, 2017). Porém, para Moscovici (2015) a ancoragem consiste em ancorar ideias estranhas, em classificar, denominar e reduzir as categorias e imagens comuns, familiares, tendo como função dar ao objeto sentido inteligível, dentro de um contexto, criando conforto no sujeito na aceitação do estranho.

Para Rezende (2017) este processo de ancoragem envolve um juízo de valor por classificar o novo dentro de uma categoria que passa a assumir características, tornando-se familiar e compreensível. A autora cita o exemplo de Oliveira e Werba sobre o surgimento da AIDS que, provocou grande confusão naqueles que não entendiam a dimensão da doença. E, para dar conta deste novo fenômeno, o senso comum ancorou a AIDS como uma doença contagiosa vinculada ao mal, uma peste que só atingia homossexuais, sendo conhecida como a “peste gay”. Com esta representação (preconceituosa e errônea) a doença se tornava menos perigosa, pois já havia sido dotada de significado compreendido e incorporado pelo senso comum.

A objetivação é “a conversão das ideias em coisas localizadas fora da mentalidade individual, é reproduzir um conceito em uma imagem [...], enfim

é um processo de concretização da realidade” (Santana, 2017, p. 181). É o momento em que o abstrato se transforma em concreto solidificando as ideias e objetivando-as. A objetivação leva a passagem dos conceitos ou ideias para imagens concretas, transformando-se em realidade. Moscovici (2010) cita o exemplo de Deus para explicar a objetivação. Deus ao ser chamado de pai, passa a ser conhecido por todos através da imagem de figura paterna, facilitando a compreensão da figura. Ou seja, atribui-se uma figura nunca vista a uma imagem, criando assim a objetivação.

Rezende (2017) cita Jodelet que explica as três fases da objetivação, sendo:

- seleção e descontextualização – onde o sujeito apropria-se e explora as informações sobre o objeto de representação, seleciona os elementos por conta de critérios culturais e normativos para estar em conformidade com os valores dos grupos sociais a qual pertence;
- formação de um núcleo figurativo –. Uma estrutura de imagem reproduz de forma visível a estrutura conceitual, possibilitando a compreensão dos elementos da representação, ou seja, o sujeito recorre as informações e dados que já possui para compreender o novo;
- naturalização – onde os elementos do núcleo figurativo tornam-se realidade. O abstrato torna-se concreto, cristalizando o conceito que passa a ser considerado elemento da própria realidade.

Os dois processos constroem a formação da representação, transformando o desconhecido em algo familiar, sendo assim “as Representações Sociais são construções que o sujeito faz para entender o mundo que o cerca” (Santana, 2017, p. 181).

Para Rezende (2017) a ancoragem e a objetivação articulam as três funções básicas das representações, sendo a função cognitiva da investigação da novidade, a função da interpretação da realidade e a função de orientação das condutas e das relações sociais, tornando assim motivo de interesse para diversos pesquisadores, pois estudar as representações possibilita compreender os meios de acesso “ao desenvolvimento de cognições e atitudes

que permeiam, significam e orientam as relações humanas em diversos âmbitos sociais, e em face de uma série de fenômenos” (Rezende, 2017, p. 73).

A Teoria das Representações Sociais possibilita compreender como os sujeitos pensam, agem, e que sentido atribuem a uma série de fenômenos. Tem como foco a interpretação da realidade, o significado dado a sua vida, como guiam suas condutas, tendo como diferencial a criação do objeto social de maneira não apriorística (Moscovici, 2015).

1.3.1.Representações sociais e o machismo

As relações de gênero baseadas no machismo tornam-se um fenômeno de relevância social por afetar a vida de homens e mulheres cotidianamente. Além de afetar na esfera privada, ela também está presente no público, no mundo do trabalho, nas mídias sociais, em programas de televisão, jornais e também é pauta de políticas públicas. Daí, pode-se dizer que o machismo é um objeto de representação, considerando que a representação social é um sinal e uma reprodução de um objeto socialmente valorizado (Moscovici, 2015).

Conforme Santos (2014), as representações sociais presentes em nosso universo cotidiano trazem consigo a identidade, a cultura e a história de um grupo de pessoas, as pessoas apreendem os acontecimentos do meio ambiente, as informações, o conhecimento do senso comum. A constituição deste conhecimento se dá a partir da experiência, das informações e conhecimentos que se transmite através da educação e da comunicação social. Para a autora, os processos de comunicação social possuem um papel fundamental na construção de um universo consensuado, remetendo-o ao âmbito das relações de influência e pertença social, determinante na criação das representações.

É no universo consensual que ocorre a produção das representações, ou seja, é onde elas são criadas com base nos conhecimentos sociais, e divulgadas

nas conversações cotidianas e no imaginário popular (Moscovici, 2015). Pode-se dizer que neste âmbito que as representações sociais do machismo são elaboradas. Os saberes que ao serem incorporados pelo senso comum permitindo a elaboração dessas representações sobre o machismo encontram sua produção e reprodução na família, religião, escola, propagandas televisivas, política, etc.

Essas fontes de informação contribuem para um pensar tradicionalista, baseado no patriarcado que concebe de modo desigual as relações de gênero. Dessa modo, os homens ainda são vistos como seres superiores às mulheres, são racionais e os únicos responsáveis pela família, ao passo que as mulheres são percebidas como frágeis, emotivas e complicadas (loucas), devendo assim serem “cuidadas” pelos homens. O controle da mulher, tanto em seu comportamento quanto sua sexualidade é justificável para garantir a dominação masculina, e as representações sociais que surgem ancoram nas práticas de regulação e domesticação da mulher pelo homem, sendo um ato normal e aceito nas relações privadas entre os casais, onde não pode haver interferência de terceiros (Rezende, 2017).

Outras fontes de informação têm lutado para que a temática tenha visibilidade social e que deve ser pensado em outras formas de se relacionar que não seja através da dominação masculina. Entre elas, destaco aqui o feminismo, a mídia sensacionalista e as políticas governamentais. Conforme Rezende (2017) o feminismo tem lutado contra todas as formas de desigualdade de gênero e a discrepância de poder entre os sexos, permitindo através de suas ações a conscientização das mulheres e o envolvimento delas nesta luta, “levando a imersão de representações sociais ancoradas no ideal de libertação feminina e da necessidade de pôr fim a violência” (p. 74).

Na sociedade brasileira inúmeras são as informações sobre o machismo, principalmente nas mídias (jornais, revistas, televisão, redes sociais), tornando esse fenômeno visível e de acesso a todos, permitindo a elaboração das representações sociais.

Ao estudar as representações sociais, é possível o acesso às crenças, valores, pressupostos ideológicos e significados que as mulheres atribuem ao machismo, e também a manutenção de atitudes, comportamentos e condutas que elas assumem diante do machismo, em seus espaços, público e privado. Por isso, esta teoria é significativa para a análise e compreensão deste fenômeno e também para podermos mapear as formas de ver a temática que essas mulheres possuem, afinal, as representações sociais são construções históricas, culturais, sociais e psicológicas, permitindo visualizar a complexidade da temática.

Para Rezende (2017) as representações sociais permitem apreender o objeto social com o contexto sócio-histórico de sua produção. Assim, ao pensarmos no nosso objeto social, o machismo é um fenômeno ancorado nas relações de gênero, sendo sustentação para o sistema patriarcal ao longo da evolução humana. Por isso, é relevante estudar este objeto à luz desta teoria que permite maior suporte ao entendimento das influências históricas da dominação e do machismo no cotidiano das mulheres.

2. **CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO**

2.1. **PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA**

No Brasil, a educação está prevista na Constituição da República Federativa de 1988, em seu artigo 205, como um direito para todos os cidadãos brasileiros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz em seu art. 4º a educação pública como um dever do Estado, garantido no inciso VII a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

A partir disso, O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – foi instituído pelo Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005, sendo substituído pelo decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, introduzindo novas diretrizes e ampliando a abrangência de ofertas de cursos.

O PROEJA nasce a partir da abertura do campo jurídico, tendo como proposta o ensino médio integrado para os estudantes jovens e adultos que não tiveram acesso ao sistema escolar em tempo regular, sendo seu principal objetivo a elevação de escolaridade dos jovens e adultos e a oferta de profissionalização.

Essa política de educação de jovens e adultos possui um documento orientador, sendo o Documento Base PROEJA (Brasil, 2007), e ao longo deste documento, a questão de gênero está bastante presente, sendo um dos seis princípios para a consolidação da política, onde se considera “as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se reproduzem as identidades sociais” (p. 40).

Segundo o documento base do PROEJA (Brasil, 2007), esta política deve considerar as “especificidades da educação de jovens e adultos” (p. 43), levando em consideração as aprendizagens que são desenvolvidas ao longo da vida pelos sujeitos e também as suas histórias de vida.

Assim, a educação [...] deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem (Brasil, 2005, cit. por Brasil, 2007, p. 43).

Para Colling (2015) as temáticas de “relações de gênero, sexualidade, direitos humanos, questões étnico-raciais, entre outras” (p. 33), fazem parte do contexto educacional por estarem presentes no cotidiano dos sujeitos, da sociedade como um todo, sendo um importante espaço de luta dos movimentos sociais.

A categoria gênero deve estar presente nos espaços de produção de conhecimento por que “falar de desigualdades entre os gêneros é situar o debate nas relações sociais, entendendo que as relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero são temas que atravessam todo o corpo social” (Colling, 2015, p. 34).

Os estudantes dos cursos da modalidade PROEJA são sujeitos que por algum motivo deixaram de estudar há certo tempo. No cotidiano profissional, através do desenvolvimento de diversas atividades institucionais com os alunos do PROEJA sobre as temáticas de gênero, violência e machismo, percebe-se que no grupo feminino muitas estudantes vivenciam ou vivenciaram situações de violência de gênero. No acompanhamento¹ sobre desistência do curso, algumas de nossas alunas interromperam seus estudos, por exigência de seu companheiro, por não conseguir conciliar a rotina dos estudos com o trabalho e também com suas “funções de mulher”, de dona de casa e de esposa.

¹ Registros realizados pela Coordenação de Assistência Estudantil e pela Comissão do Programa Permanência e Êxito do IFFar – Campus Santo Ângelo.

As questões de gênero, violência de gênero e de desigualdades sempre estiveram presentes no cotidiano profissional, sendo um estudo de relevância para compreendermos como as estudantes pensam sobre o machismo que está presente no dia a dia de suas vidas.

O reflexo do machismo e das desigualdades aparecem neste espaço institucional, como mostram os registros de atendimento² a estudantes que, por exigência do marido/companheiro/namorado abandonaram seus estudos, e dos atendimentos a alunas que vivenciam situações de violência. É preciso mencionar que no curso de Estética Proeja tivemos três³ alunos que abandonaram sua formação por pressão de amigos e/ou familiares que distinguem a profissão, de técnico em estética, como feminina. De tal forma que, compreende-se a importância deste estudo, pois o momento em que vivemos nos obriga a refletir, a buscar possibilidades para que as mulheres possam viver em um Brasil melhor, e essa construção, perpassa pelo espaço educacional.

O machismo define a forma como homens e mulheres devem viver na sociedade, onde um domina o outro. Porém, a necessidade de dominação de um gênero sobre o outro, não impediu avanços na história de luta das mulheres, mas ainda é um fator limitador para a igualdade de gênero. As mulheres ainda vivem em situações onde o machismo, a dominação do homem, se faz constantemente presente desenvolvendo e agudizando diversos tipos de desigualdades como social, econômica, sexual, etc. Desigualdades que trazem prejuízos para a vida de todos, homens e mulheres.

Com efeito, os números resultantes desta cultura machista são alarmantes. Conforme uma pesquisa realizada pela Datafolha (Santos, 2017), 503 mulheres foram agredidas fisicamente por hora no Brasil em 2016. Entre março de 2016 e março de 2017, os Ministérios Públicos estaduais registraram 2.925 casos de feminicídio no país, sendo oito casos de feminicídio por dia. E conforme a Organização Mundial de Saúde – OMS (ONU, 2016) o Brasil possui a quinta

² Registros realizados pela Coordenação de Assistência Estudantil – Serviço Social.

³ Idem

maior taxa de feminicídio do mundo, sendo 4,8 mortes para cada 100 mil mulheres.

Os índices de violência de todos os tipos contra as mulheres brasileiras não param de aumentar. Politicamente estamos vivendo um momento delicado para as discussões sobre gênero e direitos das mulheres, inclusive com diversas tentativas de retrocessos das legislações de proteção às mulheres, como, por exemplo, a aprovação de uma comissão especial da Câmara dos Deputados pela proibição de todas as possibilidades de aborto, até mesmo as que hoje são legalmente previstas que são nos casos de risco de morte à gestante e de estupro, naturalizando ainda mais o machismo em nossa sociedade. Esses dados e as tentativas de retrocesso nos mostram a importância e relevância de estudarmos as temáticas que envolvem essa cultura machista.

Este estudo toma como foco analítico as representações sociais em torno da reprodução social do machismo e das (des)igualdades de gênero entre as estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA e apresenta como principais objetivos: (i) mapear as principais representações que as estudantes do curso Técnico em Estética PROEJA têm sobre o machismo, (ii) identificar e caracterizar as situações de machismo vivenciadas pelas estudantes (iii) e identificar as representações sobre os efeitos e consequências do machismo vivenciado e da desigualdade de gênero nos seus quotidianos.

2.2. DESENHO METODOLÓGICO

A metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 1994, p. 16), incluindo abordagens teóricas e técnicas que possibilitam a construção da realidade e da criatividade do pesquisador. Para Demo (2005) a pesquisa permite a intervenção na realidade através da teoria aliada a prática, buscando o saber e a qualidade educativa e criativa do homem.

Para Prodanov e Freitas (2013) a metodologia é compreendida como uma matéria que possibilita compreender e avaliar diferentes métodos de realização de uma pesquisa. Sua aplicação consiste em examinar, descrever e avaliar métodos e técnicas, possibilitando a recolha e análise de dados, buscando resolver problemas e questões de investigação. Com o objetivo de validar, comprovar o uso do conhecimento na sociedade, a aplicação destes procedimentos e técnicas devem ser observados para a efetiva construção do conhecimento.

Para a construção deste trabalho que possui como objetivo mapear as principais representações sociais das estudantes, optou-se pela metodologia qualitativa, que é capaz de captar as atitudes, valores e representações dos indivíduos em relação à temática central do nosso estudo: o machismo e suas repercussões nos trajetos de vida das mulheres.

A pesquisa qualitativa busca os significados, os valores, os motivos, as crenças e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados (Minayo, 1994). Por estes motivos, consideramos que é a estratégia metodológica que melhor se adequa à natureza do nosso foco analítico e à prossecução dos objetivos (gerais e específicos) definidos para a presente pesquisa.

Considerando o domínio temático central da pesquisa - atitudes e representações sociais em torno das desigualdades e violência de gênero, e o respectivo recorte empírico: estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA, afigurou-se central, numa primeira fase, a identificação do perfil sociográfico destas estudantes, procurando saber quem são elas, qual o espaço que ocupam na família e sociedade. Para tal construiu-se um questionário que procurou traçar o perfil das alunas do PROEJA, bem como produzir outros dados e indicadores sobre as estudantes, que são importantes para compreendermos esse espaço. Também, neste questionário, buscou-se identificar algumas situações machistas vivenciadas pelas mulheres, bem como sua opinião sobre o machismo.

2.2.1. Técnicas de recolha e análise de dados privilegiadas

Para a prossecução dos objetivos desta pesquisa definiu-se um conjunto articulado de técnicas de recolha de dados: (i) questionário, (ii) entrevista semiestruturada e (iii) diário de campo.

Como a pesquisa se refere à história de vida de seres humanos, as condições éticas do projeto precisaram ser apreciadas pelo Comitê de Ética do IFFar, através do cadastro na Plataforma Brasil do Ministério da Saúde, tendo-se iniciado a pesquisa quando da respectiva aprovação.

Assim, o questionário aplicado foi composto por 21 questões a fim de identificar o perfil das estudantes e algumas vivências de situações machistas na vida das estudantes, sendo realizado com as três turmas do curso Técnico em Estética PROEJA, totalizando 36 mulheres participantes da pesquisa.

O referido questionário contemplou questões relativas a variáveis consideradas chave de caracterização do perfil sociográfico das participantes, como: a idade, o estado civil, se possui filhos, trabalho e renda, religião, cor/etnia, escola e também questões relativas às vivências de situações de machismo.

Após a construção deste perfil, selecionámos 10 alunas para a entrevista com a técnica de história oral de vida. O principal critério para a seleção das estudantes foi a idade, tendo-se escolhido 5 estudantes mais novas (idades de 20 até 24 anos) e 5 estudantes menos novas (com idades de 41 até 56 anos).

A técnica de história oral para Meihy (2002, p. 13)

é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história de tempo presente e também reconhecida como história viva.

A história oral é categorizada em três tipos: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Neste trabalho, utilizou-se a história oral de vida que tem como objetivo a narrativa das experiências de vida das pessoas, ou

conforme Alberti (2013), pressupõe responder a questões de como os sujeitos viam ou veem a questão apresentada. A história oral de vida teve o intuito de perceber o que as estudantes entendem sobre o machismo, quais as situações vivenciadas ao longo de sua vida e também como elas percebem os efeitos do machismo em sua vida, ou seja, quais são as representações que as estudantes possuem face ao machismo.

A história oral é reconhecida como história viva, pois implica que o passado seja percebido continuamente, onde o processo histórico não está acabado, “a presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral” (Meihy, 2002, p. 15).

Assim, a entrevista foi orientada por um guião semiestruturado, composto por perguntas abertas que foram organizadas à medida que as informações foram fornecidas pelas estudantes, a fim de atender os objetivos.

Para a realização das entrevistas, primeiramente foi feito contacto com as estudantes via telefone para convite e explicação do processo da pesquisa, principalmente, esclarecendo o uso do gravador. Após a aceitação de colaboração no estudo as entrevistas foram marcadas, sendo realizadas no IFFar-San, tendo sido este local uma escolha das estudantes. As entrevistas só iniciaram após a devida autorização das entrevistadas e respectiva assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo).

No momento da entrevista foi utilizado um diário de campo para anotações das reações, impressões, informações complementares que puderam ser importantes para a análise das entrevistas.

Para a análise dos dados do questionário, optou-se pela utilização de tratamento estatístico simples, com a tabulação dos dados através de planilhas eletrônicas da Microsoft Excel, organizado por planilhas individuais e posteriormente transformados em gráficos, dados ou tabelas.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a análise de conteúdo que consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para a análise das comunicações (Bardin, 2002), e considerou as seguintes etapas, conforme Bardin (2002): pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise é a fase de preparação e organização do material. Assim, primeiramente foi realizada a leitura flutuante que se caracteriza pelo contato exaustivo dos documentos e leitura do material produzido, considerando as regras da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência aos objetos propostos. A partir da leitura, se deu a escolha do material a ser analisado, constituindo o *corpus* da pesquisa, a elaboração de indicadores a fundamentar a interpretação final.

A exploração do material é a fase de análise. Envolve o processo de codificação que constitui na realização de recortes e agregações dos conteúdos, buscando a sua representatividade. Para este trabalho, escolheu-se como unidade de análise o tema que é utilizado em análises de conteúdo, com frequência, pois permite compreender e estudar opiniões, atitudes e crenças, por meio de unidades de sentido, como é o caso da nossa pesquisa, a partir das entrevistas com as mulheres acerca do machismo.

Através do recorte, o pesquisador escolhe as unidades de análise que será utilizada no processo categorização (Bardin, 2002). Este processo, é o agrupamento dos elementos a partir de critérios de semelhança e diferenças, escolhidos no processo.

Por fim, o tratamento dos resultados, que é a fase de compreensão profunda através da inferência e interpretação. Esta última, relaciona-se a interpretação dos resultados com a fundamentação teórica norteadora da pesquisa, com o objetivo de chegar a conclusões significativas do objeto de estudo (Bardin, 2002).

A análise de conteúdo é um método relevante para o tratamento dos dados desta pesquisa, pois ao averiguar a realidade, possibilita conhecer as reais representações compartilhadas pelas estudantes mulheres que participaram no estudo

2.2.2. Confiabilidade e validade

Conforme Paiva, Leão e Mello (2011, p. 196) a confiabilidade se refere “à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados”, assim, a produção dos dados deve ser transparente e poderá ser constatada a partir dos dados levantados. Sobre a validade, se refere “à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à consecução fidedigna de seus objetivos” (Paiva *et al.*, p. 194).

Para garantir a validade e confiabilidade deste estudo, as entrevistas foram aplicadas pela própria investigadora, em local escolhido pelas entrevistadas, sendo um espaço seguro e confortável para a contação das histórias de vida. A submissão da pesquisa no Comitê de Ética também contribuiu para a confiabilidade e validade da pesquisa.

A transcrição das entrevistas, foi realizada pela própria pesquisadora por entender que este processo é importante para a construção e análise das histórias de vida. Para dar confiabilidade ao estudo buscou-se fazer a transcrição fidedigna de cada entrevista logo após a entrevista. Diante das transcrições, foi realizada a leitura do material junto a escuta da gravação buscando uma conferência fidedigna da transcrição, além de considerar as observações relatadas no diário de campo. A transcrição das entrevistas, culminou em 230 páginas de textos narrativos.

2.3. LOCAL DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES

O presente estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Santo Ângelo (IFFar-San), situado no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O município de Santo Ângelo é localizado na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, região das Missões, sendo considerado a “Capital das Missões” por fazer parte dos chamados Sete Povos das Missões.

O IFFar-San iniciou suas atividades neste município em setembro de 2013, sendo uma das unidades mais recentes do IFFar. O surgimento desta unidade se deu através de demanda da comunidade local e regional com intensos debates e mobilizações, e também com a definição oficial de novas unidades federais, com a Fase III da expansão da Rede Federal de Educação pelo então governo de Dilma Rousseff.

Após debate com a comunidade, sobre as necessidades educacionais da região, definiram-se alguns eixos de atuação prioritários ao IFFar-San, sendo:

- Ambiente e Saúde, com os cursos de Enfermagem Subsequente;
- Estética Subsequente e Proeja;
- Gestão e Negócios, com o curso Técnico em Administração Integrado;
- Informação e Comunicação, com os cursos de Tecnologia em Sistemas para Internet; Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Licenciatura em Computação;
- Recursos Naturais, com o curso Integrado em Agricultura; Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

É importante ressaltar que a criação do IFFar se deu através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, integralizando o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, e sua então Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e também a Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Os Institutos Federais são instituições que se caracterizam por uma natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

É definido como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e

tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, é também equiparado às universidades, sendo uma instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

O IFFar é atualmente é composto por 11 campi, sendo nos municípios de: Alegrete, Fedrericco Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente e o Campus Avançado de Uruguaiana, além de Polos de Educação a Distância e de Centros de Referência espalhados pelo Estado.

Possui 177 cursos e 13.278 alunos matriculados em suas unidades, distribuídos nos seguintes eixos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais e Turismo, Hospitalidade e Lazer (Plataforma Nilo Peçanha).

A pesquisa foi realizada com estudantes mulheres do curso Técnico em Estética Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Inicialmente foi realizado um questionário a fim de verificar o perfil socioeconômico e de identificar algumas vivências machistas das mulheres estudantes deste curso, possibilitando assim, conhecer e aproximar-se à sua realidade, e a pesquisa foi feita com as estudantes das três turmas do referido curso.

Na primeira turma, EP 11 (Estética Proeja), no momento da pesquisa tínhamos 34 estudantes matriculados, sendo 29 mulheres e destas 19 frequentes às aulas. Na turma EP 21, eram 12 matriculadas e 9 estudantes frequentes. E na turma EP 31, eram 18 estudantes matriculados, 17 mulheres e 14 frequentes às aulas. Totalizando 42 mulheres, sendo que destas, 36 mulheres responderam ao questionário.

Importante dizer que das 6 estudantes que não participaram, duas estavam infrequentes para tratamento de saúde, e 4 não desejaram fazer parte da pesquisa.

Os primeiros questionamentos tiveram caráter demográfico e buscaram identificar a faixa etária, a situação conjugal, cor ou raça e se as estudantes possuem filhos, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Perfil sociográfico das inquiridas

Questão	Alternativa	Percentual
Idade	De 18 a 25 anos	28%
	De 25 a 35 anos	33%
	De 36 a 48 anos	39%
Estado Civil	Solteira	33%
	União Estável	28%
	Casada	22%
	Separada	0%
	Divorciada	11%
	Viúva	6%
Cor ou raça	Amarela	6%
	Branca	58%
	Indígena	0%
	Parda	28%
	Negra	8%
Possuem Filhos	Sim	78%
	Não	22%

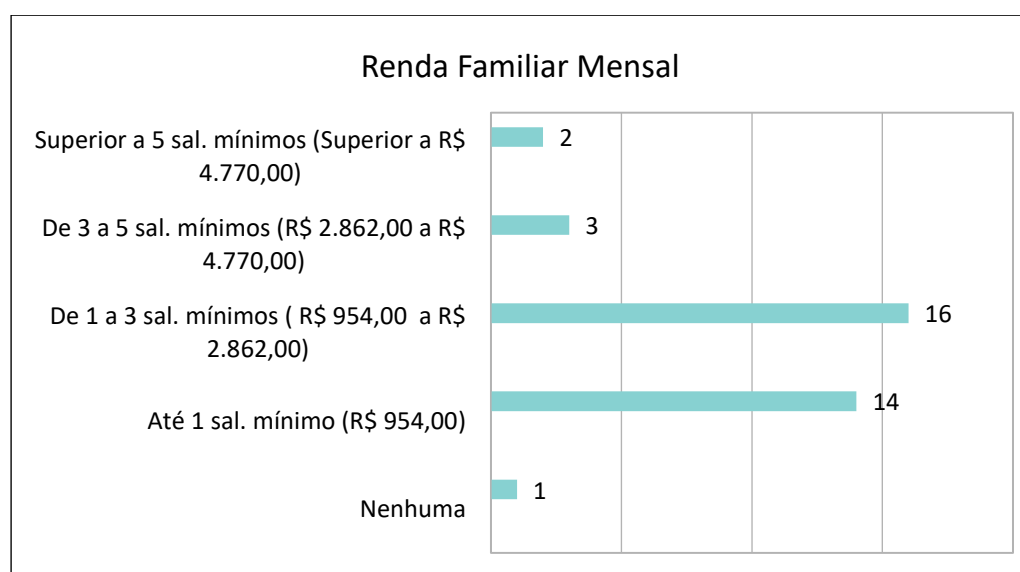
Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2018.

A idade média das estudantes foi de 33,02 anos, sendo 10 mulheres com a faixa etária entre 18 a 25 anos; 12, de 26 a 35 anos; e 14, de 36 a 48 anos. Um dado interessante é que a maioria das mulheres (11 e 12, respectivamente) possuem um ou dois filhos, sendo que apenas 5 mulheres têm 3 ou mais filhos. Ao cruzarmos os dados, pudemos verifica-se que entre as mulheres que se declararam solteiras, 66% possuem um ou dois filhos, sendo as principais responsáveis pela criação dos filhos.

Quanto a renda familiar mensal declarada pelas estudantes, a maioria recebe entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 954,00 e R\$ 2.862,00), sendo que há um número significativo de mulheres que recebem até um salário mínimo,

R\$ 954,00. Destas, 75% (27 estudantes) desenvolvem alguma atividade remunerada e 31% (11 estudantes) são as principais responsáveis pelo sustento da família. Deste universo de mulheres trabalhadoras, 48% declararam atuar como autônomas entre as seguintes profissões: manicure, cabeleireira, diarista, vendedora de roupas e acessórios, massoterapeuta e massagista; 33% declaram trabalhar com carteira de trabalho assinada, 7% são trabalhadoras sem vínculo (sem carteira assinada), 7% são funcionárias públicas, e 4% declaram ser trabalhadoras rurais. Quanto a ser beneficiada por algum programa social, 19% responderam que sim, entre eles, o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Auxílio-doença.

Gráfico 1 – Renda familiar das inquiridas



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2018.

Referente ao abandono escolar, a grande maioria das mulheres tinha idade entre 15 e 18 anos, totalizando 80% delas, e tiveram como motivação principal, gravidez na adolescência, a falta de interesse em estudar, casamento ou trabalho. Já as mulheres que abandonaram a escola com idade inferior a 15 anos, tiveram como principais motivações, a retenção escolar, falta de apoio

financeiro ou familiar, cuidado ou doença de familiares. Para concluir o ensino fundamental, a maioria retornou ao ensino regular, totalizando 69% das mulheres.

Tabela 2 – Abandono escolar, principais motivos e forma de conclusão do Ensino Fundamental

Questão	Alternativa	Percentual
Abandono Escolar	Menos de 10 anos	6%
	De 10 a 14 anos	14%
	De 15 a 18 anos	80%
Motivos do abandono	Não respondeu	6%
	Cuidado ou doença de familiares	6%
	Falta de interesse	8%
	Sem apoio financeiro ou familiares	11%
	Gravidez na adolescência	14%
	Retenção escolar	8%
	Casamento	19%
	Trabalho	28%
Forma de conclusão do ensino fundamental	ENCCEJA*	3%
	EJA**	14%
	Supletivos	14%
	Ensino Regular	69%

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2018.

* Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

** Educação de Jovens e Adultos

3. **CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo apresentamos a análise e as discussões dos resultados, que foram obtidos através de inquérito por questionário e entrevista.

Para isso, iniciamos este capítulo analisando as respostas do questionário realizado com as três turmas do curso de Técnico em Estética Proeja. Em seguida, fazemos uma breve contextualização das histórias dessas mulheres e uma análise sobre as principais situações de machismo vivenciadas pelas estudantes e suas representações acerca da temática, resultado das entrevistas.

3.1. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ATITUDES E VIVÊNCIAS DE MACHISMO, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELAS ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM ESTÉTICA DO PROEJA: PRINCIPAIS RESULTADOS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO**

O questionário aplicado foi composto por 21 questões, destas, 9 questões tiveram como objetivo identificar compreensões e vivências de situações machistas na vida das estudantes.

Ao perguntarmos sobre o que as mulheres entendem sobre o machismo, classificamos suas respostas em 4 categorias.

Categorias	Quantidade de respostas
Desigualdade de Gênero	13
Violência Física	8
Violência Psicológica	12
Dominação/Poder	21

Percebe-se que as estudantes compreendem o machismo como a desigualdade de gênero ao citarem situações sobre: atividades domésticas desiguais, salários inferiores para a mesma função, criação diferenciada para meninos e meninas, homem como principal provedor familiar.

Quanto a violência física, os termos que mais surgiram foram bater e espancar. Sobre a violência psicológica, surgiram: estupidez, grosseria, maltratar com palavras ásperas e de baixo calão, gritar, humilhar.

Na categoria dominação/poder, as estudantes citaram: autoritarismo; submissão da mulher; ciúme excessivo; controle das roupas, das redes sociais, do que a mulher faz, de onde vai, do corpo; homem como “dono” da mulher; impedimento da mulher de ir e vir.

Como conceito de machismo, duas estudantes compreendem como:

“Todo o comportamento que possa agredir, menosprezar, violentar uma pessoa, seja verbal ou física, cultural, etc... tudo que inferioriza o sexo feminino e algumas mulheres também se comportam com atitudes machistas, infelizmente”.

(Estudante do Curso Técnico em Estética PROEJA)

“Preconceito com relação a tudo que se relaciona por ser mulher, autoritarismo, controle excessivo, ciúme doentio, mandar no corpo, na vida da mulher”.

(Estudante do Curso Técnico em Estética PROEJA)

Todas as estudantes participantes da pesquisa, declararam ter vivenciado alguma situação de machismo e/ou violência. Na tabela a seguir, verifica-se que 39% das mulheres já sofreram agressão física e 72% sofreram agressão verbal. Sobre as agressões, tanto física quanto verbal, as mulheres declararam que os agressores foram/são: marido, companheiro, namorado, ex-namorado, ex-marido, ex-companheiro, pai, irmão e amigo, sendo que este último foi citado na agressão verbal, somente.

Grande parte das estudantes, 92% já presenciaram alguma situação de violência física e/ou verbal de um homem sobre uma mulher, 31% as estudantes já foram forçadas a terem relações sexuais pelo seu parceiro e, 72%

das mulheres já viveram relacionamentos em que seu parceiro quis controlar as amizades, os lugares aonde ia, roupas, celular ou redes sociais.

Tabela 3 – Síntese de situações de machismo e violência

Questão	Alternativa	Percentual
Agressão Física	Sim	39%
	Não	61%
Agressão Verbal	Sim	72%
	Não	28%
Presenciou situação de violência física e/ou verbal	Sim	92%
	Não	8%
Forçadas a terem relações sexuais	Sim	31%
	Não	69%
Controle de amizade, lugares que ia, roupas, celular ou redes sociais	Sim	72%
	Não	28%

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2018.

Ao questionarmos se estas mulheres já deixaram de fazer algo por serem mulheres, somente duas responderam que nunca deixaram de fazer nada por serem mulher, as demais responderam que deixaram de: brincar com meninos (primos, vizinhos, colegas de aula), usar roupas que queriam, usar batom vermelho, viajar, estudar, trabalhar, de manter contato com algumas amigas, de sair para beber, de ir em bares/bailes/baladas sozinhas, de caminhar na rua a noite sozinhas, de socializar, deixaram de viver, vagas de emprego.

“Ter vida e liberdade, ter paz”.

(Estudante do Curso Técnico em Estética PROEJA)

“Por ser mulher já deixei de ir em alguns lugares onde haviam homens em bares e por vergonha não fui e nem passei pela frente do lugar”.

(Estudante do Curso Técnico em Estética PROEJA)

“Deixei de usar roupas curtas e até mesmo de ser simpática com os homens por ter ocorrido uma situação onde o indivíduo achou que eu estava me fresquiando”.

(Estudante do Curso Técnico em Estética PROEJA)

Por fim, questionamos as estudantes tiveram uma educação diferenciada por ser mulher, sendo que 56% declararam que sim. Sobre a forma desta diferenciação, tivemos as seguintes respostas:

- Filhas deveriam ser obedientes a toda figura masculina (pai e irmãos);
- Exclusividade nos afazeres domésticos;
- Cuidado dos irmãos atribuídos a filha mulher;
- Ensinada ao casamento (cuidado da casa e do marido);
- Comportamento “dócil” e reservado;

“Sempre ouvi que mulher tem que se comportar, sentar direito, não falar tudo o que pensa, mesmo que possa ser apenas opinião e não falta de educação. Essas coisas por exemplo.”

(Estudante do Curso Técnico em Estética PROEJA)

Através da análise das respostas obtidas acima, percebe-se que todas as mulheres vivenciaram o machismo ou presenciaram alguma forma de violência, esta cometida sempre por um homem membro da família. A maioria das mulheres percebem o machismo como uma forma de dominação do homem sobre a mulher, iniciando na criação diferenciada entre os meninos e meninas, tendo impacto nas diversas fases da vida das mulheres.

3.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ATITUDES E VIVÊNCIAS DE MACHISMO, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELAS ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM ESTÉTICA DO PROEJA: PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

A realização das entrevistas no formato de história oral de vida teve como objetivo identificar as representações das estudantes sobre o machismo, também as situações por elas vivenciadas e consequências das relações machistas no caminhar de suas vidas. Através delas, pode-se perceber histórias marcadas por essas relações, tendo seu ápice na violência concretizada.

De forma a garantirmos o anonimato das entrevistadas, optou-se pela atribuição de nomes fictícios⁴

3.2.1. Histórias de vida

Rosa

Rosa teve uma infância tranquila, marcada por brincadeiras e lembranças felizes. Sua mãe não trabalhava, pois era a responsável pelo cuidado com a casa e com a avó, que estava enferma, sendo o seu pai, o responsável pelo sustento da família.

Na escola, os grupos de amizade se davam por gênero, sendo que Rosa preferia estar no grupo dos meninos, virando “chacota” das meninas por isso.

Aos 12 anos, a vida de Rosa começa a mudar com o abandono familiar pelo seu pai, sendo necessário mudança de casa, de escola e de cidade.

⁴ Foram definidos nomes de flores para cada uma das entrevistadas. Essa escolha se deu através de uma das histórias de vida contadas, onde a aluna recebia flores de seu ex-marido, após todas as vezes que ele lhe agredia.

Na adolescência, Rosa engravidou, tinha 16 anos, e assim, sua vida muda novamente. Abandonou a escola, para cuidar da filha e também porque o companheiro não permitiu que ela retornasse aos estudos.

Teve seu primeiro emprego aos 18 anos, em uma empresa na área de construção civil. Trabalhou neste local por 3 meses, e saiu em função de ciúmes do seu companheiro.

Este relacionamento durou cerca de 7 anos, chegando ao fim, a partir do momento em que Rosa entendeu que vivia um relacionamento abusivo, através de terapia e também da experiência de voltar a estudar e compartilhar histórias semelhante com suas colegas.

Hoje, Rosa tem 23 anos e está em um relacionamento homoafetivo. Sente-se feliz, apesar dos desafios de sua escolha.

Amarílis

Amarílis morou durante a infância no interior, com uma família grande, de 11 irmãos. Seus pais eram analfabetos e trabalhavam com a agricultura para a subsistência da família. Todos os filhos trabalhavam junto dos pais na roça, e as filhas, além do trabalho braçal, eram as responsáveis pela casa, junto da mãe.

Como queria muito estudar, Amarílis começou a frequentar a escola junto de suas irmãs mais velhas como ouvinte, pois ainda não tinha a idade regular para a época.

Suas melhores lembranças da infância, são dos momentos em que estava na escola, pois em casa, viviam momentos de terror todas as vezes que seu pai, alcoolizado, agredia sua mãe e a família toda. Muitas vezes, precisavam fugir para o mato próximo de sua casa, para que as agressões cessassem, neste lugar, já havia um acampamento, pois era frequente a necessidade da família de fugir. Com o passar dos anos, seus irmãos cresceram e não permitiam que o pai continuasse com as agressões.

Durante a adolescência, Amarílis e sua família foram morar em outra cidade, onde inicialmente, seguiu estudando, e logo começou a trabalhar como doméstica. As situações que mais marcaram Amarílis neste período, foram o

estupro de sua irmã mais nova, por conhecidos do bairro onde moravam e o abandono escolar motivado pelas dificuldades de conciliar o trabalho, o estudo e o namoro.

Com 17 anos casou-se, teve dois filhos e um casamento marcado por violência psicológica e alcoolismo. Amarílis sempre trabalhou, mesmo sem seu marido concordar, e para seguir trabalhando, fazia jornada dupla, durante o dia fazia faxinas e a noite, cuidava da casa. Os filhos, também eram sua responsabilidade, pois seu marido sempre deixou claro que nada faria.

Quando Amarílis passou em um concurso público, conseguiu ter uma estabilidade financeira e, após várias tentativas, conseguiu a separação e voltou a estudar.

Hoje, Amarílis tem 56 anos, é independente e cuida dos filhos com muito amor. Sente-se feliz, e não quer saber de outros relacionamentos.

Camélia

Camélia era a filha mais nova de três irmãos. Sua mãe trabalhava muito, era o sustento da casa. Seu pai, também trabalhava, porém não conseguia manter a família com o salário que recebia. Seus pais tinham uma relação onde as brigas e a violência psicológica eram constantes, Camélia lembra que sua mãe dizia que, mesmo assim, era apaixonada pelo marido.

Quando ela completou 7 anos, seu pai saiu de casa, descobriram assim, que ele tinha outra família e que desta outra relação, tinha mais 8 filhos. Foi um choque para Camélia, que sempre viu o pai como herói.

Nesta época, também descobriram que sua mãe estava com câncer, sendo necessária mudança de cidade para que pudesse realizar o tratamento. Lembra que neste período, quem a cuidava era sua irmã mais velha, que se responsabilizou pela família já que o pai os abandonou e a mãe necessitava de cuidados médicos.

Aos 14 anos, Camélia perdeu sua mãe, e assim, sua vida tem uma brusca mudança. Passou a morar com a irmã, abandonou a escola, se revoltou com o mundo, até que aos 16 anos, engravidou.

Sua irmã não aceitava o relacionamento que ela tinha, dizia que o rapaz não era boa companhia, mas, com a gravidez, Camélia decidiu morar com o namorado.

A partir deste momento, Camélia não teve paz em sua vida. Era humilhada, xingada e agredida fisicamente pelo seu companheiro, que, depois das brigas, lhe trazia flores. Grávida de 7 meses, seu companheiro lhe trouxe flores, e depois, enquanto estava no banho, tentou afogá-la na banheira.

Sua irmã, lhe ajudava a esconder as marcas das agressões no rosto, com maquiagem, e reforçava que mulher que apanhava do marido, boa coisa não era. Assim, Camélia estava destruída, com baixa estima, e sem apoio familiar.

Decidiu pela separação, quando, após uma discussão, seu companheiro lhe deu um soco, e seu filho, que estava com 3 anos, presenciou toda a cena. Sentiu que era hora de sair de casa, pois não desejava essa vida nem para ela, nem para seu filho.

A partir da separação, Camélia começou a trabalhar, decidiu voltar a estudar, teve um novo relacionamento, mas acabou terminando, pois, a família do ex namorado não a aceitava, por ser “mãe solteira”, e também, porque descobriu envolvimento do ex namorado com drogas.

Hoje, com 23 anos, sustenta sozinha seu filho, trabalha como garçoneiro em um restaurante, voltou a estudar e faz muitos planos para sua vida.

Margarida

Margarida teve uma infância difícil, seu pai era alcoolista e sua mãe tinha doença mental. Teve cinco irmãos que foram distribuídos pelo seu pai para familiares e conhecidos conforme iam crescendo, assim, Margarida foi criada pela sua avó, mãe de sua mãe.

Na casa da avó, também vivia seu tio que era alcoolista e cometia violência psicológica diariamente com Margarida. Com 7 anos, Margarida lembra que iniciaram os abusos sexuais dos quais, ela nunca teve coragem de falar.

Quando sua avó não teve mais condições de cuidá-la, Margarida foi morar com uma tia, e logo depois com seu irmão mais velho, com quem morou até os 14 anos.

Seu irmão era um homem que lhe causava medo, era autoritário e quem tomava todas as decisões familiares. Um dia, Margarida foi chamada por seu irmão até a sala, estavam sozinhos pois sua cunhada fora ao mercado. Mostrou uma arma, e disse a ela que se falasse a alguém sobre o que iria acontecer, lhe mataria. Assim, ele mandou que ela tocasse em seu corpo, e no final que fizesse sexo oral.

Depois deste dia, Margarida nunca mais ficou sozinha com seu irmão. Com 12 anos, não tinha outro lugar para morar, não tinha para onde fugir, decidiu, então, seguir todos os passos da cunhada, com muito medo de que nova violência lhe acontecesse.

Com 13 anos, Margarida começou a trabalhar. Trabalhou de copeira, de babá, de diarista. Em seus trabalhos, viu uma patroa ser agredida fisicamente pelo marido, tendo que fugir com a criança que cuidava para que não fossem agredidas também; foi assediada em uma entrevista de emprego e também por um patrão.

Na adolescência também conheceu seu marido, que decidiu que ela não deveria mais estudar, pois era perda de tempo, e ele não achava necessário. Margarida, naquele momento, aceitou esta condição, para principalmente, sair da casa do irmão, assim, abandonou a escola e mudaram de cidade. Desta relação, tiveram três filhos, além de marcas de violência psicológica, física e muitas privações, que segue até o momento da entrevista.

Atualmente, Margarida tem 43 anos e trabalha como doméstica. Sonha em terminar o curso para conseguir uma melhor condição de trabalho e finalmente sair desta situação de violência, que permanece.

Jasmin

Jasmin morava com seus pais e três irmãos no interior da cidade. De sua infância recorda de momentos tristes, da violência diária que sua mãe sofria. O

pai era alcoólatra e agredia fisicamente sua mãe, seus irmãos e ela também. Lembra que seu pai foi aposentado muito cedo, o que ganhava era para comprar comida e sua bebida diária.

Começou a trabalhar com 11 anos de diarista junto de sua mãe. Sempre teve esta profissão, diz não saber fazer outra coisa e voltou a estudar para ter uma nova profissão.

Com 15 anos Jasmin conheceu seu marido na escola, logo engravidou da primeira filha e mudaram de cidade. Trabalhava de doméstica e decidiu abandonar a escola, pois não conseguia conciliar o estudo, trabalho, cuidar da casa e da família.

Após o nascimento da sua segunda filha, Jasmin passou por um período turbulento em seu casamento, quando seu marido saiu de casa para viver com outra família. Jasmin sentiu-se profundamente triste, pois para ela seu casamento era muito bom, apesar do ciúme do marido.

Depois de uns seis meses, Jasmin aceitou seu marido de volta, afinal, não conseguia sustentar sozinha suas duas filhas e manter o aluguel da casa. Teve outras três separações por motivo de traição e ciúmes excessivo do marido.

Hoje, Jasmin tem 36 anos e está reatando a relação com o marido. Sente que desta vez será diferente. Sua filha mais velha está grávida, e abandonou a escola, assim como ela. Sente muita alegria pela neta que está a caminho, e tristeza por seguir seus passos, e parar de estudar.

Violeta

Violeta passou sua infância no interior, com o pai e os avós. Sua mãe trabalhava como professora durante o dia e a noite estudava para se qualificar. Seu pai, era alcoólatra e não trabalhava, sendo todo o sustento da família através do trabalho da mãe e da agricultura familiar, através dos avós.

É a filha mais velha, com dois irmãos, que conforme foram crescendo, começaram a trabalhar na lavoura, junto dos avós. Violeta também trabalhava na roça, mas depois de concluir o serviço doméstico, pois ela e a avó eram as responsáveis pela casa, na divisão das tarefas.

Para Violeta, a relação familiar era boa. Sua mãe quando estava em casa, não respondia as provocações do pai, que alcoolizado fazia insistentemente. Assim, não havia discussões, cultivando a família, que é o mais importante.

Violeta em sua adolescência sofria com o alcoolismo do pai. Ele a violentava psicologicamente, brigava por causa das suas roupas, do cabelo, chorava, humilhava, dizia que a mataria, sempre com sua arma ao lado. Assim, Violeta engravidou de seu primeiro namorado como fuga da violência psicológica que sofria. Casou, e logo enfrentou uma depressão que a deixou sem condições de cuidar do filho, obrigando-a a deixar o filho morando com sua mãe.

Com 17 anos decidiu parar de estudar para se casar e cuidar do filho. Conta que sua mãe ficou muito triste, pois desejava que ela concluísse os estudos. Seu marido, ajudou na decisão de parar de estudar, pois para ele, mulher deveria ficar em casa.

A relação com seu marido no início era boa, pois Violeta que sempre foi calma, não discutia ou retrucava o marido, sempre aceitou todas as condições. Com o tempo, isso começou a mudar. Percebeu que seu marido era egoísta, saía para festas enquanto ela ficava em casa. Apesar disso, Violeta diz que ele sempre esteve do seu lado, que era uma pessoa prática. Não contou para a família sobre isso, pois tinha vergonha, não conseguia falar.

Falava as vezes que talvez um dia iria se separar, e a mãe sempre lhe dizia que o mais importante é a família, independente de como ela é. Assim, começou uma pressão para que ela engravidasse novamente, por parte da família. Violeta cedeu a pressão familiar e engravidou de uma menina. Foi a melhor época. Violeta diz não ter tido problemas durante a gestação de sua filha, tendo o marido do seu lado o tempo todo.

Depois que a filha nasceu, seu marido começou a “aprontar”. Crises excessivas de ciúmes, bebia muito, sumia no final de semana, não a deixava trabalhar, se cuidar. Violenta não aguentava mais tanta violência psicológica e quando sua filha completou 3 anos, conseguiu um emprego e pediu a separação. O marido saiu de casa, mas continuou a procura-la, não aceitando a separação.

Por pensar que a família é o mais importante de tudo, depois de 8 meses separada, Violeta voltou com o marido. Sentia pressão da família, dos filhos, além de que seu marido fez muitas promessas, fazendo com que ela o aceitasse novamente.

Seus filhos hoje não se relacionam muito bem com o pai. O filho mais velho mora em outro estado e sua filha sofre com o machismo diário do pai, que controla suas roupas, cabelos, maquiagem, os amigos, tudo.

Hoje, Violeta tem 41 anos, já não acredita que seu marido irá mudar, mas ainda não consegue deixá-lo, pois, pensa na família deve ficar junto, independente do que aconteça.

Dália

Dália é a quarta filha, de uma família de onze filhos. Teve sua infância no interior, trabalhando na roça, junto da família toda. Para ela, os pais lhes deram uma boa educação, pois hoje todos os irmãos estão bem, as irmãs casadas.

Dália lamenta por não ter estudado, pois a escola só tinha até a 5ª série, e para continuar estudando era preciso morar na cidade, o que não era possível naquele momento. Também porque seus pais não incentivaram os filhos mais velhos para o estudo. Os mais novos tiveram incentivo, pois já se pensavam diferente nesta época.

Depois de um tempo sem estudar, Dália conseguiu voltar a escola e faltando 3 meses para concluir o ensino médio, descobriu estar muito doente, impossibilitando a conclusão do curso. Dália se emociona ao falar sobre sua condição de saúde, pois demorou muito para obter o diagnóstico de lúpus, sendo descoberto quando já estava bem avançado.

Dália se casou com 22 anos, tendo um casamento marcado pelo uso do álcool. Seu marido quando estava alcoolizado esnobava as pessoas, humilhava, tinha ciúmes. Não suportando esse comportamento, Dália pediu a separação. Depois disso, todos os relacionamentos que teve, o álcool era presente. Chegou a pensar que ela deveria ter ajudado seus companheiros a parar de beber, que ela poderia ter essa missão.

Com seu marido, teve um filho. Criou sozinha, com muitas dificuldades. Precisava trabalhar e por isso seu filho ficava com sua mãe. Seu ex marido não ajudou na criação do filho, pois logo encontrou outra companheira que não aceitava o filho, causando mágoas e ressentimentos entre eles.

Dália fez muitos cursos para trabalhar em salão de beleza. Trabalhou em diversos salões e hoje Dália, com 52 anos, é aposentada pois não tem condições de trabalhar em função do seu diagnóstico. Voltou a estudar pois sonha em concluir o ensino médio e ser técnica. Está em um relacionamento há 7 anos, o qual, ajudou o companheiro a parar de beber.

Melissa

Melissa foi criada pelos seus tios-avós, pois sua mãe não tinha condições de cria-la. Sua família de criação, fez questão de manter o vínculo com os irmãos e com a mãe, afinal, todos eram família.

Teve três irmãos, do último relacionamento de sua mãe biológica, com quem passava alguns finais de semana durante sua infância. Seu padrasto, que também vivia com a família, foi seu primeiro abusador. Conta, com muita tristeza, que ele a obrigava a passar a mão pelo seu corpo, isso quando tinha 5 anos de idade. A mãe, nunca soube, e vivia em situação de violência constante.

Quando Melissa completou 7 anos, sua mãe biológica faleceu, de câncer, e seus irmãos foram distribuídos para a família, pois seu padastro já os havia lhes abandonado.

Sua mãe adotiva era muito dura, cobrava muito das filhas que fossem educadas, que fizessem o trabalho doméstico com perfeição, afinal, era preciso para encontrar um bom casamento. Os irmãos não eram cobrados da mesma forma, mas aprenderam os afazeres domésticos também.

Melissa era muito agitada, foi diagnosticada com hiperatividade, passando a infância com medicamentos para “se acalmar”. Na adolescência, era tachada pela família de assanhada, pois tinha muitos “namoricos”. Na escola, sofreu com os colegas, que a chamavam de “Maria peitão”, pois teve o desenvolvimento de seu corpo precoce. Reclamava para a família sobre a forma

que a tratavam na escola, mas sempre diziam que era brincadeira, que logo passaria.

Na adolescência teve diversas mudanças. Morou com a avó e um tio, que era usuário de drogas dificultando com o tempo a relação entre eles. Depois de uma tentativa de agressão do tio, Melissa foi morar com o irmão mais velho, que, não deu certo também, pois o irmão não a permitia sair de casa, além de ir na escola pois tinha que cuidar dos sobrinhos, assim, sentia-se presa, não suportando por muito tempo essa situação. E por último, com 17 anos, foi morar com a irmã, em outro estado, onde finalmente conseguiu ter paz e sossego.

Quando teve seu primeiro relacionamento decidiu parar de estudar, pois já estava trabalhando em uma panificadora e pensou que não precisaria mais da escola. Conheceu o namorado na igreja, e pensava que com ele casaria. Quando sua família descobriu que ela havia perdido a virgindade com o rapaz, a proibiram de continuar o namoro, e a trataram muito mal, por não ser mais pura.

Seu segundo namorado era abusivo, causando muitas brigas e discussões, não tendo durabilidade. Hoje, Melissa tem um relacionamento homoafetivo, sendo outro relacionamento abusivo. Sofre violência psicológica diária e busca na terapia auxílio para conseguir sair desta situação.

Começou a trabalhar com 17 anos. Em todos os seus locais de trabalho Melissa sentiu que era respeitada, exceto no atual. Neste espaço seus colegas são muito machistas, desrespeitam as alunas (academia), e dizem que ela tem conserto, não respeitando sua orientação sexual. Sente que precisa corrigir os colegas o tempo todo, para que passem a respeitá-la.

Hoje, Melissa tem 20 anos, voltou a estudar pelo apoio da irmã, que a trouxe para morar junto na cidade, possibilitando uma nova vida a Melissa.

Petúnia

Petúnia e sua família viveram por muito tempo no interior, tendo como sustento familiar a agricultura. Desde muito pequena ajuda a família com os

afazeres domésticos e também na roça. Ela, a mãe e a avó cuidavam da casa e depois iam para a lavoura. O pai e o irmão, acordavam cedo e iam direto para a lavoura.

Na escola, Petúnia sofria com as brincadeiras dos colegas sobre seu corpo, era muito magra e colocavam muitos apelidos que a machucam até hoje. Por isso, sempre acreditou que não era capaz, que não era inteligente, reprovando na escola duas vezes.

Fez o ensino fundamental e depois decidiu parar, pois estava namorando e ele era muito ciumento. A família aceitou com tranquilidade, pois acreditavam que ela iria casar, ter família e isso era o suficiente.

Com este namorado, Petúnia morou por um tempo, mas logo se viu em uma relação abusiva. Ele não a deixava fazer nada e negava atender as suas necessidades. Quando ela começou a trabalhar como manicure, o ciúme aumentou, passou a perseguí-la e a deixando com medo. Petúnia decidiu terminar o relacionamento, e registrou um boletim de ocorrência para que ele não se aproximasse mais.

Algum tempo depois conheceu um rapaz e começaram a namorar. Conseguiu um emprego e voltou a estudar com o incentivo do namorado, que estudava muito para ser do exército. Depois que ele passou na prova, fez o curso e foi embora, terminando o relacionamento com Petúnia.

Do seu último relacionamento, Petúnia teve seu filho. Para ela, o relacionamento durou por causa da criança, pois seu companheiro a tratava muito mal. A abandonou diversas vezes durante a gravidez, causando muito incômodo e estresse. Após a separação e o nascimento do filho, Petúnia foi diagnosticada com depressão, tendo suporte de amigos e da sua família.

Começou a trabalhar em um salão de beleza, o que auxiliou para melhorar sua condição. Decidiu voltar a estudar novamente, e fazer o curso técnico na área de estética para aperfeiçoar cada vez mais seu trabalho.

Hoje Petúnia tem 24 anos, está em um novo relacionamento, e acredita ser diferente pois sente-se respeitada e amparada pelo novo namorado. Precisa lidar com as questões sobre seu ex-companheiro e seu filho, pois a relação

entre eles não é muito saudável, mas está feliz, pois coisas boas estão acontecendo.

Begônia

Begônia recorda que até seus 10 anos sua infância foi muito feliz. Viviam no interior, brincavam muito. Depois, tiveram que mudar de cidade, pois seu pai estava desempregado, e a partir deste momento, a família não teve mais paz.

Era uma família numerosa, teve 6 irmãos, e seu pai entrou em desespero dia a dia por não ter trabalho, começou a beber diariamente, brigando com a família toda, agredindo sua mãe.

A mãe era a responsável pelo sustento da família, além do cuidado com o lar, afinal para seu pai, essa era sua responsabilidade.

Quando tinha 14 anos, Begônia foi violentada sexualmente por um amigo da família e decidiu fugir de casa, indo para uma cidade distante, morar com uma tia. A tia a acolheu, e sua família não lhe procurou, somente a mãe, meses depois. Begônia nunca contou a ninguém da sua família sobre a violência sexual sofrida. Sempre disse que fugiu por não suportar mais a relação com o pai.

Abandonou a escola, e começou a trabalhar como faxineira na casa da tia e de conhecidos. Com 19 anos conheceu um homem mais velho, casou-se e teve dois filhos. O casamento durou 11 anos, sendo uma relação muito conturbada, com brigas constantes e muita violência psicológica de seu marido que era alcólatra.

Decidiu fazer cursos, estudar e buscar uma profissão. Assim, tornou-se dona de um salão de beleza e conseguiu a separação. Depois de muitos anos, casou-se novamente, e viveu uma relação baseada no respeito por 7 anos, pois seu marido veio a falecer.

Begônia hoje tem 48 anos, está concluindo os estudos, o que sempre foi seu sonho. Já possui sua empresa e busca se refazer todos os dias. Está em tratamento psicológico, pois a perda do marido a abalou muito, além de abalar seus filhos, pois viam no padrasto a relação afetiva de pai.

3.2.2. Machismo, desigualdade e violência de gênero: vivências e representações

Durante a vida das mulheres, as situações de machismo se fazem presente no dia a dia. Assim, a análise sobre essas situações foi pensada e organizada a partir da vivência de cada entrevistada, resultando em três classes temáticas: Família, Relacionamentos Abusivos e Trabalho, que estão detalhadas no quadro a seguir.

Classes Temáticas	Categorias
Família	Corpo
	Relações familiares
Relacionamentos Abusivos	Violência Física
	Violência Psicológica
	Violência Sexual
Trabalho	Assédio
	Desigualdade
	Divisão de tarefas

3.2.3. Família

O processo de construção de comportamentos machistas tem como base as relações familiares como um espaço privado de orientação cultural onde, ainda se percebe os preconceitos que são estabelecidos acerca da mulher.

Mesmo com tantas mudanças que o mundo tem fomentado como por exemplo, políticas públicas que efetivem as garantias de direito das mulheres e a diminuição das desigualdades de gênero, os conhecimentos e comportamentos específicos que têm sido reproduzido e perpetuado por homens e mulheres, são constituídos através de padrões culturais patriarcais.

Esses padrões são percebidos em diversas situações durante a vida da mulher, nas relações familiares, amorosas, de amizade, no trabalho, ou seja,

nos espaços públicos e privados, podendo configurar-se como situações invisíveis, por não serem percebidos como um comportamento machista, ou visível, chegando ao ápice que é a violência concretizada ou o feminicídio.

Através das entrevistas com as mulheres, pode-se perceber que esta construção se dá através da reprodução e exigência de comportamentos específicos para meninos e meninas: meninas aprendem a “ser mulher”, “donas” do lar, responsáveis por este e pela criação dos filhos. Sendo a maternidade um destino, as mulheres precisam se tornar mães amorosas e esposas exemplares (bem-comportada, submissa, fraca e dependente); enquanto ao menino, é ensinado o controle das emoções, a força, racionalidade, a agressividade, lógica, a independência e dominação, afinal, este será o responsável pelo sustento familiar.

Para Simone de Beauvoir (2016b) este “destino” que é imposto as meninas pelos seus educadores e pela sociedade não deve ser confundido como um fator biológico. Pois é essa construção que caracterizará a mulher “feminina” como passiva, e encorajará o homem a “pôr-se para si”, ou seja, a independência, a liberdade e o desprezo às meninas.

Na classe temática família, dividimos em duas categorias as situações vivenciadas de machismo na vida de nossas entrevistadas: corpo e relações familiares. Assim, na categoria relações familiares, identificamos as seguintes situações:

Relações familiares	Controle/Dominação
	Criação diferente para meninos e meninas
	Culpabilização da mulher
	Discriminação por ter filho
	Filho reproduzindo o comportamento do pai
	Homofobia
	Incentivo ao genro de agressão na filha
	Justificação do comportamento agressivo
	Pai violento
	Religiosidade como reforço a cultura machista
	Submissão da mãe

É no seio familiar que se aprende os estereótipos que são um dos pilares de sustentação do machismo: o que é feminino e o que é masculino. Foi possível perceber, nas histórias de vida das entrevistadas, que essa construção, dada na infância, marcou significativamente suas vidas, determinando as ações e comportamentos em todas as suas relações.

Das dez entrevistadas, seis viveram sua infância em área rural, com uma constituição familiar tradicional, sendo pai, mãe e filhos. A maioria das famílias era numerosa (5 entrevistadas), em média 5 a 11 filhos, e todos trabalhavam para o sustento familiar, independente da idade, sendo que a atividade principal era a agricultura.

Conforme os relatos das entrevistadas, as cinco que residiram no meio rural, tiveram uma criação muito “dura”, sem afeto dos seus responsáveis que tinham dificuldade de demonstrar sentimentos, os pais ainda mais que as mães, tendo a repressão como forma de lidar com as situações familiares. Somente uma entrevistada trouxe como positiva a relação familiar conforme os relatos a seguir:

“Bom, eu fui criada no interior né, para fora, com uma família de 11 irmãos. Os três mais velhos já tinham casado. Então, era menos, era uns 8 filhos em casa. Mas bastante dificuldade, bastante na verdade (pensativa), assim, até fome a gente passou né, foi bem complicado, acho que eles tinha tanto filho pra bota trabalha mesmo, na roça, no pesado. (...) meus pais eles não tinham muito, como é que eu vou dizer, instrução, sabe, por eles serem analfabetos, enfim, não tinham muito conhecimento das coisa também. Não era aquele paparico, de mimados, porque, tipo na verdade a gente não teve assim aquele afeto, pai e mãe sempre junto, mas era entre irmãos que um cuidava do outro né. (Pensativa) O pai na verdade, era só na base da violência, e a mãe não falava nada, e no domingo era todo mundo na missa, fingindo ser feliz porque o padre dizia que o casamento e a família eram eternos”.

(Entrevistada Amarilis)

“As minhas relações familiares foram muito boas, nós éramos entre 11 irmãos e meus pais. Eles sempre deram direção pra gente né, pro bem, trabalhar, só não deram muito incentivo pra estudar. (...) Eles nos deram uma boa educação,

nenhum dos meus irmãos teve problema com drogas, com justiça, essas coisas, as minhas irmãs também, todas são casadas, como eles nos ensinaram. (...) Eles foram pais maravilhosos, minha mãe é viva ainda, e eu tive uma infância boa. Com muita brincadeira, essas coisas, o pai era bem rígido com nós, ele castigava a gente quando a gente aprontava, mas também dava atenção e carinho pra gente”.

(Entrevistada Dália).

As quatro entrevistadas que vivenciaram sua infância em local urbano (cidade) tiveram diferentes configurações familiares: duas conviveram com os pais parte da infância, tendo este abandonado a família após a separação; uma foi criada pela avó e por um tio; e uma foi adotada pelos tios, não se mantendo o padrão de família tradicional socialmente aceito.

“Meu pai era complicado, ele e a mãe tinham uma relação de bastante briga. Ele saía, virava as costas, ele empurrava ela, ele gritava com ela. A mãe chorava porque dizia que era apaixonada (...). Era ruim, bem pesado, ainda mais quando passavam a noite brigando e no outro dia chegava uma visita daí todo mundo sentava tomar mate, com aquela cara sabe, de sorriso, feliz. Com a gente ele era bom, quer dizer, mais ou menos bom. Ele nos abandonou quando a mãe mais precisou, isso foi complicado”.

(Entrevistada Camélia)

“Minha criação não foi muito fácil. Porque fui criada pela minha avó, né, e tinha um tio que morava junto. E, que eu me lembro, da minha infância, eu tive muita opressão, tudo era proibido, tudo era feio. Não tive momento feliz, pelo menos não me lembro”.

(Entrevistada Margarida).

Como podemos perceber, uma das diferenças entre as entrevistadas na infância, foi a constituição familiar. Conforme os relatos de vida, observa-se que no espaço rural, os casamentos dos pais das entrevistadas mantiveram-se por muito tempo, alguns já faleceram, outros continuam juntos. Também é possível perceber que a participação de outras instituições pode ter colaborado para a manutenção desta constituição, principalmente a vinculação a espaços

religiosos, onde a ideia de que o casamento é para sempre é constantemente reforçada.

Somente duas entrevistadas não foram criadas no Rio Grande do Sul, que é um dos estados mais conversadores do Brasil, onde as tradições gaúchas e religiosas, sustentam a educação das meninas, sendo esta para o espaço doméstico, para o bom comportamento e a submissão aos homens. Esta tradição está presente desde a vestimenta até as letras de músicas, que incentivam o preconceito e a violência com as mulheres, muitas vezes defendidas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e instituições religiosas.

Somente as entrevistadas que moraram em área rural citaram as instituições religiosas e tradicionalistas em sua história de vida, como importantes espaços. Dessas, quatro participavam de CTGs – Centros de Tradição Gaúcha, apreendendo sobre a cultura gaúcha e como uma “prenda” deve se portar. E as seis mulheres, participavam também de movimentos da Igreja, reforçando o comportamento não adequado, sendo o feminino um pecado.

“Eu gostava muito da minha adolescência, nós era do CTG, e foi muito boa. Eu só ia em baile de CTG, até meus 17 anos e era uma maravilha. Nós tinha um grupo de dança, onde eu aprendi a dançar, com muito respeito, os guris não se passavam não. Aprendi muita coisa lá, artesanato, comida, costura, tudo da cultura que é muito bonita. Lembro que eles sempre diziam que era importante a mulher saber o seu lugar. Era uma maravilha, tinha um CTG muito bom lá fora”.

(Entrevistada Dália)

“Me lembro como se fosse hoje, perguntei pro padre se Deus gostava de ver minha mãe apanhando do meu pai, da gente tendo que fugir pro mato, ele disse que mulher só apanha quando não se comporta, a partir desse dia eu achava que minha mãe nunca se comportava, mas não entendia bem o que ela fazia para merecer tanta paulada. Demorei muito pra entender que não era nada disso. Mas a mulher era culpada de todo mal, e o padre deixava claro isso, eram pecadoras. Diziam na catequese que a gente não podia usar roupa curta, que tinha que ser pura, essas coisas, sabe?”

(Entrevistada Amarílis)

Percebe-se que a Igreja é um espaço marcado historicamente pelo preconceito, julgamento, condenação e reforço de ideias machistas. Para Bordieu (2012) a Igreja condena as mulheres à decência, nas vestimentas, na reprodução, no saber, construindo uma visão negativa sobre o feminino. Sendo um lugar dominado por valores patriarcais, a ideia de inferioridade da mulher é central. Para ele, a Igreja age indiretamente no inconsciente, através da simbologia dos textos sagrados, reforçando a inferioridade feminina.

Durante a infância e adolescência das nossas entrevistadas, o acesso a educação era muito precário ou era negligenciado pela família. Aquelas que viveram em área rural (interior/roça), somente tinham acesso as escolas próximas das localidades onde moravam, onde a maioria ofertava até o quarto ano, não sendo possível a conclusão do ensino fundamental, pois não existia transporte para a “cidade”, seis entrevistadas vivenciaram esta situação. No espaço onde as entrevistadas residiram, não havia oferta de emprego, muito menos o acesso a educação contribuindo assim, para a perpetuação da cultura machista. As que estavam em área urbana, apesar de ter acesso, ou foram negligenciadas ou abandonaram os estudos.

Diante das configurações familiares, da falta de acesso as políticas públicas, do negligenciamento familiar, da participação em instituições rígidas, foi possível perceber que as regras e estereótipos para com as meninas e meninos foram bem definidos.

“Na minha casa, as coisas eram muito claras. Eu e minhas irmãs a gente só podia fazer coisas de meninas, aí o meu irmão brincava de boneca com nós, né, mas Deus o livre, o pai não podia ver, porque se visse, nossa. (pensando) Eu acho que o pai iria bater nele se visse ele brincar de boneca, porque ele sempre dizia que ele tinha um filho homem, e se fosse viado, era os palavreado dele né, ele matava. Então o mano brincava com nós só que escondido, brincava de casinha e coisa, mas tudo escondido. Sabe, um dia a gente tava brincando de jogar bola, lembro como se fosse agora. Meu pai dizia que jogar bola era coisa de guri, e quando me viu, me bateu tanto, que nunca esqueci. Lembro também de como ele era preconceituoso, naquela época a gente nem entendia essas coisas de homossexualidade, né? Mas meu pai já dizia que se meu irmão fosse viado, ele

ia matar, preferia do que envergonha a família, filho homem era homem, nada de ser mulherzinha, ele dia”.

(Entrevistada Jasmin).

“Pra brincar a gente só podia de boneca, cozinha e com amiguinhas. Minha mãe dizia que assim a gente já ia aprendendo ser mulher, a cuidar da casa, das ‘filhas’. Mas, na hora de ir pra roça, aí era pareio. Aí meu pai não se importava da gente ter que trabalhar que nem homem. Meu pai era muito bruto, não tinha sentimentos”

(Entrevistada Begônia)

Percebe-se que ainda persistem concepções essencialistas sobre o ser mulher e ser mãe. Esta construção também inicia na infância, pois as brincadeiras de “meninas” geralmente se dão através de bonecas, carrinhos, mamadeira, fraldas, etc., ensinado então, a função principal da mulher: ser mãe.

Além da definição de brincadeiras específicas para meninos e meninas, é na infância, também, que se afirma o padrão sexual aceito socialmente, ou seja, o padrão heteronormativo. Para Castañeda (2006), os homens “machos”, buscam de todas as formas distanciar-se de qualquer atributo que possa lhe associar aos homossexuais. Para o machismo, qualquer atitude considerada feminina, coloca em suspeita a sua virilidade. Assim, é possível compreender as formas tão “duras” de tratamento os pais para com os filhos, pois ao mostrarem afetividade, sua masculinidade pode ser questionada.

Independente de ser criada em área urbana ou rural, ficou claro que a construção da feminilidade e da masculinidade se dá via o reforço dessas funções/construções. Percebe-se que todas as entrevistadas foram ensinadas na infância que as mulheres possuem função específica: ser mãe e dona de casa, sendo reproduzido posteriormente essa função nas relações conjugais.

Assim, seis entrevistadas relataram que aprenderam que o casamento é essencial na vida das mulheres. E que era preciso fazer de tudo para mantê-los, assim como suas mães fizeram. Percebe-se no seguinte relato:

“Enquanto meus pais eram vivos ninguém lá de casa se separou assim, depois que eles faleceram que tem 3 irmãs minhas que se separaram. Deus o livre pro pai e pra mãe ter os filhos separados, né. Uma tava meio querendo separar, e eles ficavam, ‘bah, fulana agora separada, que vergonha’. A gente foi criada pra casar, e ficar o resto da vida com aquela pessoa. Porque a minha mãe ficou né, mesmo sofrendo, e dizia que tudo passava, o que era importante era a família”.

(Entrevistada Amarílis)

Também foi nas relações familiares que a maioria das nossas entrevistadas vivenciaram as primeiras relações de diversas formas de violência. Sete mulheres relataram que seus pais eram agressivos com suas mães, e para duas mulheres, as agressões se estendiam aos filhos. Com esta vivência, aprenderam que a violência se justifica pelo comportamento feminino e que é preciso “ensinar” as mulheres quando não souberem se comportar.

“O meu pai era bem machista também, era possessivo e dominador. Ele dizia: ‘as vezes, a mulher tem que apanhar pra aprender, eu bato na minha, tem que levar na rédia’. Acredita que ele disse pro meu marido, quando foi lá em casa na primeira vez ele? (...) eu fiquei brava com ele, acho que por isso que talvez o meu fez isso comigo”.

(Entrevistada Amarílis)

“Quando eu era adolescente, minha irmã dizia, que era vergonhoso uma mulher falar que apanhou, porque apanhar é coisa de vagabunda, ela falava assim ‘tu escolheu ele pra ser o homem da tua vida, depois que tu dormiu com ele, ele é o homem da tua vida’, e assim eu acreditei por muito tempo”.

(Entrevistada Camélia)

Com toda essa construção cultural de ser mulher, do trabalho doméstico atribuído à mulher, de “autorização” de comportamentos agressivos e machistas, observa-se que todas as entrevistadas reproduziram comportamentos apreendidos no contexto familiar de submissão e crenças em suas relações com seus companheiros/maridos/namorados e filhos.

“O pai fazia bico, não conseguia emprego e além disso em casa só queria mandar, e nós tinha que obedecer, inclusive ela né, que tinha que obedecer sempre. Ele tratava ela muito mal. Depois eu cresci, e adivinha? Arrumei um marido parecido com meu pai. Trabalhava, mas eu tinha que obedecer, sempre, era tenso, muito tenso”.

(Entrevistada Begônia)

“O meu filho ele foi indiciado por estupro, e pro meu marido foi tranquilo, porque pra ele a guria quis e agora tá se fazendo. (...) Ele (marido) não fez nada, simplesmente foi chamado lá (Promotoria da Infância e Juventude), porque meu filho é menos de idade, né. Meu marido foi na promotoria né, ouviu o que o delegado falou, o promotor, e eu nem sei se ele conversou com o guri. Pelo jeito ele não conversou nada, sabe? E esse tipo de coisa, ontem mesmo eu tava conversando com ele assim, que relação de namoro, essas coisas, quem tem que conversar com o guri é ele né, o pai. Eu não sei o que falar. Na minha família, ninguém falava sobre isso, ainda mais com os guris. Minha mãe nunca falou com meus irmão sobre, é o pai que tem que ensinar o filho homem”.

(Entrevistada Margarida)

“Eu não deixava ele fazer nada, eu achava que era eu quem tinha que fazer. Não ensinava ele a arrumar o quarto, a fazer uma coisa. Então hoje meu filho não sabe fazer nada. Hoje eu cobro muito as coisas dele, brigo com ele, xingo ele, to sempre em cima dele, só que eu errei. Eu não podia estar sempre em cima dele, ele é dependente de mim demais. Já minha filha não, eu criei diferente, ela é independente e sabe fazer tudo. Errei muito com meu filho, fiz igual minha mãe com meus irmãos, e eu detestava”.

(Entrevistada Amarílis)

Sobre as relações familiares, percebe-se claramente a construção dos comportamentos machistas. O sistema patriarcal enquanto sistema social de dominação e exploração da mulher pelo homem, perpetua-se através do machismo. E para isso, é fundamental que as mulheres aprendam esses comportamentos, aceitem essas opressões e reproduzam-nos mantendo as relações desiguais de gênero.

Outra categoria fundamental para a manutenção do patriarcado, é o corpo da mulher. Através da história de vida de nossas entrevistadas identificamos as seguintes situações a ele relacionadas construídas no espaço familiar:

Corpo	Cuidado e controle das roupas
	Comportamento corporal específico para mulheres (sentar, falar, etc)
	Gravidez por pressão
	Gravidez na adolescência como vergonha familiar
	Homem tem que ensinar filho homem sobre sexo
	Maquiagem associada a profissional do sexo
	Maquiagem para esconder marcas de agressão no rosto e corpo
	Virgindade como tabu
	Técnicas para não ter relação sexual

Conforme já visto, para Bordieu (2002), todo o trabalho de socialização para com as meninas tende a impor limites referente ao corpo, que é definido como sagrado. Essa aprendizagem que é eficaz e despercebida, impõe a moral feminina através da disciplina do corpo, assim, os diferentes princípios da identidade masculina e feminina se inscrevem de forma permanente de se servir do corpo ou de manter uma postura, tornando-se a naturalização de uma ética.

Esta construção familiar de comportamento do corpo reflete no relato de Camélia:

“Desde muito criança lembro que a mana dizia: ‘fecha essas pernas, mulher não senta de perna aberta. Não é pra ti usar saia, vai que alguém te estupe quando chegar na adolescência, tu vai chamar a atenção’. Elas tinham isso na cabeça, sempre foi. ‘Não, não vai passar batom vermelho, isso é coisa de mulher da vida’. A minha mãe e minha irmã falavam isso, e por muito tempo, eu acreditei”.

(Entrevistada Camélia)

Para além do limite e da docilidade, a disciplina do corpo tem como objetivo o controle pois retira da mulher as decisões sobre seu corpo, conforme os relatos a seguir:

“Meu guri ficou grande, a mãe queria que eu engravidasse, e ele sempre daquele jeito. Eu dizia pra minha mãe, que um dia eu ia me separar, que um dia eu ia viver a minha vida e que não era pra eles levarem por surpresa. Só que a minha mãe e o meu pai são muito de família né, mal ou bem, é a família que importa. Daí queriam muito que eu engravidasse, porque tinha só o guri. Minha mãe dizia que uma mulher só era realizada se tivesse filhos. Era muita cobrança, o meu filho me cobrava também pra mim engravidar, aí eu tentei. Sei que dá oito anos de diferença um do outro. Eu levei quase um ano para conseguir engravidar dela, era uma pressão danada. Eu amo a minha filha, mas eu não queria ter tido mais”.

(Entrevistada Violeta)

Com a construção da ideia de maternidade como um dom, como uma função natural e, portanto, obrigatória, toda mulher nasceu para a maternidade, atribuindo a realização da mulher na condição de ser mãe. Essa ideia romântica da maternidade não permite que a mulher não queira ter filhos, afinal, é seu destino natural.

“Eu me culpei por muito tempo, tive depressão depois que meu filho nasceu e eu não queria ele. Na verdade, eu nunca pensei em ter filhos, sofri demais porque todo mundo dizia que eu tinha que ter. Me achava um monstro por não querer. Não ser mãe nunca foi uma opção”.

(Entrevistada Violeta)

Para Lara, Rangel, Moura, Barioni e Malaquias (2016), apesar das mulheres acreditarem que possuem o “dom” para a maternidade ou o “instinto materno”, os estudos acerca da instituição familiar mostram que esta construção é recente. Para elas, a maternidade como instintiva e natural é um mito, construído por discursos filosóficos, médico, político e religioso a partir do século XVII, onde novas transformações mudam a forma de olhar para a infância, no sentido de valorização desta.

Moura e Araújo (2004) resgatam a história da maternidade e associam a mudança cultural da relação mulher e criança a dois discursos: o econômico, “que demonstrava a importância do numerário populacional para um país e

alertava quanto aos perigos (e prejuízos) decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa” (p. 46); e também o filosófico, que através do liberalismo, favorecia as ideias de liberdade, igualdade e felicidade individual.

Com as mudanças culturais e sociais, o casamento passou a ser fundado na ideia do amor. Aliada a teologia cristã, a figura da mulher nesta relação passou de Eva, a traiçoeira, para Maria, a doce mãe e esposa, tendo a mulher esse novo ideário a seguir.

Sendo a maternidade a função principal da mulher, a essência do feminino, a decisão de não ser mãe coloca a mulher na posição de ir contra o natural, contra o seu destino. Foi possível observar que as entrevistadas que não tinham a maternidade como um “sonho” natural, por pressão social engravidaram, passaram por diversos conflitos pessoais e adoecimento pela dificuldade de lidar com a maternidade: a culpa por não desejar o filho; a culpa por ter engravidado; depressão; o abandono da escola ou do trabalho para cuidar dos filhos, abandono dos sonhos.

Assim como ser mãe ainda é visto como uma obrigatoriedade da mulher, a gravidez na adolescência é um tabu. Quatro entrevistadas engravidaram na adolescência e foram discriminadas pela família. Três entrevistadas tiveram irmãs que engravidaram na adolescência, destas, uma foi acolhida e as outras duas foram abandonadas pela família.

Outra situação na categoria corpo é a questão da virgindade. Todas as entrevistadas tiveram sua primeira relação sexual, sem conhecimento sobre. Nas famílias esse assunto era proibido, todas as entrevistadas foram ensinadas que a relação sexual só deveria acontecer depois do casamento, pois as mulheres deveriam ser “puras”.

As famílias descobriam que a pureza havia sido rompida, quando as entrevistadas estavam grávidas ou quando desconfiavam das filhas, como no relato a seguir:

“Minha mãe desconfiava muito de mim, um dia ela pressionou minha irmã que acabou contando, aí ela descobriu que eu não era mais virgem e me mandou

embora. Fui pra casa do meu irmão de novo e ele era muito religioso. Daí lá eu fiquei trancada, sem celular, sem contato com o meu namorado. Me tratavam muito mal, porque eu não era mais ‘pura’.”

(Entrevistada Melissa)

De acordo com Lara *et al.* (2016), apesar da atividade sexual ser uma esfera específica da vida humana, ela depende de diversos significados sociais no contexto que está inscrita. Mesmo com os avanços sobre a temática, ainda é considerada “suja, maldosa, obscena, indecente e irresponsável” (p. 78). Essas ideias relacionadas à virgindade, relações sexuais que ainda são tabus no espaço familiar, dificulta a preparação para uma primeira relação sexual segura, implicando na prevenção para o ato, no conhecimento do corpo e no estabelecimento de limites.

Toda a construção para o controle do corpo feminino, desde o cuidado com as roupas até a reprodução, tem o papel de “administrar o funcionamento do espaço doméstico ocupado pela mulher” (Lara *et al.*, 2016), enquanto o homem ocupa o espaço público, sendo o chefe e provedor familiar. Assim as atribuições de papéis conforme o sexo, funcionam como controle e manutenção do equilíbrio das relações capitalistas e patriarcais (Lara *et al.*, 2016, p. 84).

Além do sexo como ato de reprodução, também é um ato de satisfação do prazer masculino, mas nunca do prazer feminino. Algumas alunas (três), aprenderam com suas mães como não ter relações sexuais com seu marido, sem que ele sinta que essa mulher não deseja satisfazê-lo, pois isso colocaria o casamento em risco, conforme o relato a seguir:

“Ele queria o tempo todo, era horrível, aí na verdade eu dizia, eu fazia que nem minha mãe fazia, minha mãe que ensinou assim, dizer que tava com dor de cabeça, que tava menstruada, e ficava uns 10 dias né. Na verdade ficava fazendo que tava, mas não tava né, só pra tipo, não toca né. E daí ele não...nessa parte daí ele entendia. Ele nem desconfiava, aí eu me livrava por alguns dias.”

(Entrevistada Amarilis)

A construção de que o sexo é para o homem, e não para a mulher, faz com que a mulher tenha dificuldade de sentir prazer com o ato sexual, não conhecendo o próprio corpo e perdendo o desejo.

“Eu nunca gostei de me deitar com ele. Sempre foi ruim, mas minha mãe dizia que eu tinha que fazer, era minha obrigação. Acho que não tenho desejo dessas coisas. Depois da separação nunca mais quis saber de homem, só pra não ser obrigada a deitar com ele de novo. Tenho até vergonha de falar a palavra, sabe? Por isso digo me deitar”.

(Entrevistada Margarida)

“Eu odiava transar com ele, pois era muito bruto, e eu também não sabia que o sexo podia ser bom sabe? Só descobri isso depois de muito tempo, em outra relação”.

(Entrevistada Rosa)

Os comportamentos esperados da mulher referente ao corpo é de que ela seja submissa, que só tenha relação sexual com seu marido e que satisfaça o “apetite sexual” dele, mesmo que não tenha vontade de fazê-lo. As mulheres sofrem por muito tempo pela crença de que o sexo é obrigação, de que é atribuição da mulher satisfazer seu marido. Cinco entrevistadas, aprenderam através de suas mães que o sexo é uma função a ser desempenhada pela mulher para que o casamento funcione, dentro dos valores tradicionais.

Os comportamentos, crenças, ideias e valores que são construídos socialmente, através das instituições (família, Igreja, etc), moldam a forma de relacionar-se com os outros. Toda construção para o machismo reflete diretamente na vida de homens e mulheres e vai determinar a forma de vida de cada um, sendo reproduzido de geração em geração.

3.2.4. Relacionamentos abusivos

A cultura machista e patriarcal reproduzida pela família, é fundamental para a construção e naturalização do comportamento dos homens e mulheres. A divisão sexual em masculino e feminino, voltada para a dominação de um e submissão do outro, gera diversas formas de violência.

Os relacionamentos abusivos se configuram como relações onde predominam o excesso de poder sobre o outro. Geralmente, este comportamento inicia de modo sutil, aumentando gradativamente, causando sofrimento e violência.

Para Barreto (2018), as relações abusivas comportam todos os tipos de violência, principalmente as de natureza física, sexual e psicológica. O que mantém essa relação de poder é o abuso, a dominação do abusador sobre o abusado, que o vê como um objeto. A autora cita Arendt (1985 como citado em Barreto, 2018) ao refletir sobre a violência, que é a última alternativa possível que o abusador tem de poder sobre o outro. Assim o poder afirma a desigualdade existente entre as forças do abusador e do sujeito que sofre o abuso, utilizando a força física ou simbólica no intuito de atingir determinado objetivo.

Desse modo, na classe temática relacionamentos abusivos, dividimos em três categorias as situações vivenciadas pelas mulheres, sendo: violência física, violência psicológica e violência sexual.

Iniciaremos pela categoria violência psicológica, que normalmente são as primeiras manifestações de violência nas relações. Essa violência simbólica é a expressão do poder mais eficaz, iniciando de forma suave, quase invisível, que quando não percebida como tal, pelas próprias mulheres, abre espaço para outras formas de violência.

Conforme já visto, Bourdieu (2012) utilizou esse conceito para ressaltar a força da dominação social injusta, no caso da dominação masculina, as razões da submissão feminina a este jogo. Esse tipo de violência é “suave” porque reproduz os esquemas de pensamento, comportamento e avaliação

relacionados a um tipo de visão de mundo que essencializa as disposições “masculinas” e “femininas”, ou seja, reproduz as concepções machistas de mundo para manutenção do sistema patriarcal.

Nas histórias de vida das entrevistadas, a violência psicológica foi a forma mais presente. Todas as mulheres relatam que em algum momento de sua vida vivenciaram esta forma de violência, e em tantos outros momentos elas não as perceberam. Desta forma, foi possível identificar e caracterizar as seguintes situações:

Violência psicológica	Ameaça
	Ciúmes
	Chantagem relacionada aos filhos
	Chamar a mulher de louca
	Controle: de amizades, roupas, dos locais que a mulher vai, celular e redes sociais
	Constrangimento
	Desprezo
	Humilhações
	Mandar na mulher
	Perseguição
	Proibir de estudar, trabalhar, ter contato com amigos.
	Tomar decisões pela mulher
	Xingamento

As situações de ciúmes e controle de roupa, amizades, redes sociais e celular surgiram em todas as falas, conforme pode-se observar no relato a seguir:

“Ele era muito ciumento, e eu achava até bonitinho, sempre soube que ciúmes significava amor, até que ele começou a me nega as coisa. Não deixava eu coloca aparelho nos dente, não deixava sair de casa e quando deixava controlava onde eu ia, celular, roupa, tudo. Quando eu tentava fala com ele, ele dizia que eu tava louca, que ele confiava em mim, mas não confiava nos “outros, por isso ele agia assim, pra me proteger dos outros. Eu, mesmo me sentindo sufocada, achava que exagerava, sabe, porque eu realmente acreditava que ele queria o meu bem. No final me sentia culpada e eu pedia desculpas pra ele.”

(Entrevistada Petúnia)

O homem agressor, muitas vezes, faz um jogo de manipulação, impulsionado pela crença de que é o “dono” e conseqüentemente usufrui de direitos sobre o corpo e a vida da mulher. Assim, utiliza-se de discursos distorcidos, omitindo ou criando informações que provocam dúvidas na mulher sobre seus sentimentos, sua capacidade e até sua sanidade.

Esse tipo de manipulação tem o nome de *gaslighting* (Lara *et al.*, 2016) e tem como objetivo manipular a mulher psicologicamente para ter controle sobre ela, ao ponto de anulá-la, gerar inseguranças, dúvidas, medos, baixa estima. A origem deste termo se deu através de uma peça teatral de 1938, com o nome *Gas Light* (Iluminação a gás), onde “um homem tenta convencer a esposa de que ela está louca, diminuindo as luzes da casa e, depois, negando ter percebido qualquer mudança na iluminação” (Lara *et al.*, 2016, p. 181).

O agressor também consegue justificar o seu abuso manipulando a mulher e transferindo a responsabilidade da agressão para ela. Utiliza da aparência, do isolamento social, privando do contato com amigos e familiares, ou de críticas diversas para que a mulher sinta que não está fazendo o seu máximo para manter a relação. Podemos perceber no relato a seguir:

“Eu fiquei grávida com 17 anos, e escondi até o limite, uns 4 meses. Daí contei pra ele, e depois que contei pra ele, tudo mudou, tudo mesmo. Ele que era um homem incrível passou a ser agressivo, muito agressivo. Ele dizia que eu tava gorda, que tava feia, eu me olhava no espelho e ele dizia ‘quem é que vai te querer, tu tá feia, tá ridícula, tu não é o que tu era’, isso porque eu engordei quase 32 kgs. Me dava uma tristeza tão grande que quanto mais ele falava, mais eu comia. Ele se arrumava pra sair e eu queria ir junto, porque a gente sempre saia junto, e ele falava que não ia sair comigo, porque tinha vergonha que eu tava gorda, feia, que eu não entrava nas minhas roupas. Não me deixava mais trabalhar, estudar, nem falar com minha irmã eu conseguia direito. Me afastei de todos os meus amigos, porque ele tinha ciúmes. Eu me sentia um lixo, não conseguia me olhar no espelho.”

(Entrevistada Camélia)

Das nossas entrevistadas, nove relataram que o sentimento de responsabilidade sobre as agressões e sobre o insucesso do relacionamento

eram reforçados diariamente pelos seus companheiros. Todas tiveram sua autoestima afetada, e se tornaram mais suscetíveis para outras formas de violência.

Nas situações de ciúmes, todas as entrevistadas não se importaram inicialmente, pois acreditavam que era uma manifestação do amor sentido pelos companheiros, e também porque elas relataram também sentir ciúmes, relativizando assim a violência. Estas situações não são exclusividade dos relacionamentos heterossexuais, as relações homoafetivas também podem ser abusivas, conforme o relato de Melissa:

“Eu sempre achei que namorar com mulher é mais fácil, mas me enganei muito. Foi igual os meus namoros com homem. Tudo Igual. A gente tinha o controle das redes sociais uma da outra. Quando começou a ficar estranho o namoro, eu não podia falar sobre com minhas amigas pelas redes, porque ela via e a gente já brigava, já dizia que eu tava escondendo algo dela e a tortura começava. Minha amiga tentou me avisar, mas eu não enxergava, eu tava cega, totalmente apaixonada por ela. Teve traição, eu perdoei, duas vezes. Ela dizia que eu era louca, que eu era possessiva, revertia toda a história pra me colocar como errada e pra me sentir culpada. Fizemos um ano de namoro e ainda não consegui largar dela, até porque somente agora me dei conta, isso depois que ela ameaçou me bater, aí eu percebi que é violência né, é totalmente louco, me faz mal e eu não consigo deixar. Ela é totalmente machista, possessiva. Comecei terapia agora, para conseguir me libertar.”

(Entrevistada Melissa)

As entrevistadas relatam que demoraram muito tempo para perceber que a violência psicológica que sofriam, todas passaram a enxergar a partir do momento em que a violência ficou mais nítida, como ameaça de agressão ou a efetivação dela. Mesmo com a percepção de algumas situações eram de violência, as mulheres não conseguiram sair dela da forma como gostariam.

Todas relatam que o companheiro/companheira não era abusivo o tempo todo, e que as vezes eram carinhosos, produzindo memórias com sentimentos positivos, dificultando a decisão de deixá-lo (a). Assim, as entrevistadas

passaram anos em relações abusivas com a crença de que iria mudar e tudo voltaria a ser como no início da relação.

“Eu era apaixonada demais pra ver que ele era muito machista. Daqueles machistas que aprontavam sabe. Dizia aquele ditado que homem e cachorro na rua e mulher e gato em casa”. Saía pra trabalhar e não tinha hora pra voltar, principalmente na sexta-feira que ele saía pra trabalhar e só voltava domingo de noite ou segunda, passava me traindo né. Aí quando chegava era só humilhação, dizia que eu não era mulher, que não sabia satisfazer ele. Gritava, me torturava a cabeça. Eu achava que era isso mesmo, que eu era uma esposa muito ruim, ele dizia isso, e eu acreditava. Depois vinha como quem não queria nada, todo pro meu lado, me dava um pouquinho de carinho e eu já cedia. Demorei 25 anos pra entender que eu não era louca.”

(Entrevistada Violeta)

Para as mulheres que participaram desta pesquisa inúmeras foram as consequências dessas situações de violência psicológica. Seis entrevistadas fazem acompanhamento psicológico para lidar com os traumas dessas relações. Três delas permanecem nos relacionamentos abusivos que descreveram nas suas histórias de vida.

Foi possível perceber através dos relatos que a construção social e cultural desta ideologia, patriarcal e machista, utiliza-se da violência psicológica como expressão do poder, fortalecendo crenças de que são comportamentos e situações corretas e necessárias, sem perceber o quanto é prejudicial para si mesmas.

Percebe-se também, através das histórias de vida, que as mulheres têm dificuldades de perceber as atitudes abusivas como uma violência, por acreditar que a violência é somente o ato de agressão física, com marcas no corpo. O reconhecer e perceber a violência psicológica é um desafio, diante de uma construção social de naturalização e aceitação destes comportamentos.

Sobre as agressões físicas, identificam-se diversas situações na vida das entrevistadas, divididas e caracterizadas na categoria violência física, conforme tabela a seguir:

Violência Física	Arrastar
	Beliscões
	Chutes
	Empurrões
	Mordida
	Estrangulamento
	Socos
	Tapas
	Tentativa de feminicídio

No Brasil, a cultura da violência a mulher é reforçada diariamente, não apenas nos espaços familiares, nas relações, instituições, mas também através dos meios de comunicação, sendo presentes nos comerciais, nas novelas, nas letras de músicas. Desde muito cedo, escuta-se que “mulher gosta de apanhar”, que “merece” ser agredida, ou que “pediu” para ser estuprada, sendo essa ideia reforçada por todas essas instâncias.

Entre nossas entrevistadas, a violência psicológica foi presente na vida de todas, a violência física foi relatada por seis mulheres. Nessas histórias de vida, é possível identificar diversos sentimentos, reações e a perpetuação do ciclo da violência.

“Quando a gente se apaixona é lindo né? A gente fica boba, nas nuvens. Foi assim no início, mas logo depois começou a ficar ruim. Logo percebi que ele me fazia mal, porque do nada eu ficava me sentindo culpada por qualquer coisa que fazia que ele não gostava. Começou com um grito, um xingamento, depois com o ciúme a ponto de roubar meu celular. Como eu achava que ele tinha razão e que eu tinha culpa, ficava bem na minha. Mas piorou, de repente ele me batia, brigava o tempo todo. Chegava em casa bêbado e só queria sexo, como eu não queria, apanhava muito. Ele ia embora, me abandonava e depois queria me cobrar as coisas, quando eu falava algo, já era agredida. Um dia ele me puxou os cabelos, me arrastou pela casa e me encheu de soco. Fui parar no hospital porque fiquei muito machucada. Depois desse dia, me separei dele, meus pais me ajudaram muito, porque eu entrei em depressão, só chorava (...)”.

(Entrevistada Petúnia)

A teoria do ciclo da violência (Brasil, 2018) que foi construída pela psicóloga americana Lenore Walter, define que a violência entre homens e mulheres nas relações afetivas é apresentada de três fases:

- 1) Acumulação da Tensão: é a fase inicial do processo de violência, marcada pelas agressões psicológicas, situações como as que já foram relatadas nas histórias de nossas entrevistadas. Nesta fase, a tendência é de que a mulher tente evitar a violência, colocando-se em posição de maior submissão, assim, a tensão vai aumentando, até sair do controle e tornar-se uma violência física.
- 2) Explosão: é a fase do ataque, da violência física concretizada.
- 3) Lua de Mel: é a fase onde o agressor se mostra arrependido, e passa a ter mudanças comportamentais, sendo gentil e amoroso, dando presentes como flores (símbolo dos relatos das entrevistadas), com a intenção de compensar a mulher pela agressão a ela feita (Brasil, 2018).

A repetição dessas fases, tornam-se rotinas com o passar do tempo, sendo que a fase de explosão tende a se tornar mais violenta a cada repetição, retomando o ciclo da violência na relação. Essa situação pode levar ao feminicídio, situações como depressão, suicídio e também assassinato de seu agressor.

Sobre o feminicídio, segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher (2013), é a última instância de controle do homem sobre a mulher, que quando cometido pelo parceiro (ex), lhe dá o “direito” de definir sobre a vida e a morte da mulher, igualando-a a um objeto.

Para Bandeira (2013), este ato representa a última fase da violência, e seu caráter, demonstra a predominância das relações de gênero, hierárquicas e desiguais que sustentam a lógica da submissão das mulheres à dominação masculina e à padrões culturais machistas e patriarcais apreendidos de geração em geração.

Entre as entrevistadas, duas sofreram tentativas de feminicídio, que na época do fato, ainda não possuía legislação própria no Brasil, tendo sido regulamentado em 2015, através da Lei 13.104. Também é importante dizer que elas não fizeram nenhum boletim de ocorrência, pois acreditam que não seriam atendidas adequadamente na delegacia de polícia.

“No início era incrível, eu me sentia a mulher mais amada do mundo (...). Aos pouco começou o ciúme, que piorou cada vez mais, mas eu achava que era assim mesmo, que era amor, preocupação, eu nunca tinha namorado com ninguém (...). Quando começou a me bater, eu achava que eu merecia, que tinha feito alguma coisa, e depois ele sempre pedia desculpas, e ficava tudo bem, ele me trazia flores, todas as vezes, aí ficava tudo bem, eu achava que era amor (...). Com o tempo eu não aguentava mais a vida com ele, ele me ameaçava o tempo todo, que ia me bater, eu tinha medo e ficava quieta. Ele dizia que ia socar a minha cara e eu achava que era da boca pra fora. (...) Ele me agrediu quando eu tava grávida, várias vezes, acredita? Ele me empurrava, me batia, me mordida, era assim horrível. Cheguei a achar que ia perde o meu filho, eu tava grávida de sete meses e mesmo assim ele tentou me afoga na banheira do banheiro uma vez, e quase conseguiu me matar, por pouco que não. (...) quando contei pra mim família, minha irmã só disse que ninguém podia sabe, porque era muito feio uma mulher apanha do marido. Fui na polícia, mas me falaram a mesma coisa que a minha irmã, e ainda que se eu voltasse pra ele, era porque gostava de apanhar. Foi horrível como me trataram na delegacia, nunca mais voltei”.

(Entrevistada Camélia)

“Foi uma relação bem terrível, bem errado, porque eu não amava ele, não tinha amor, não tinha nada. Não era nada legal, era um bêbado também, muito ciumento e agressivo, me batia muito. Eu tava sempre com marcas no corpo. Chegou a um dia tentar me estrangular, ele ia me matar, quando meu vizinho invadiu a casa, e eu fugi, mas a gente ficou 11 anos ainda junto, sabe, e eu nunca fiz nenhuma queixa contra ele”.

(Entrevistada Begônia)

São muitos os fatores que levam a mulher a não denunciar uma agressão: dependência financeira, emocional, não ter apoio familiar, medo do julgamento, ter tido experiências negativas no espaço policial, entre outras. Isso

se dá pela hostilidade desses espaços, que são profundamente impregnados pela cultura de culpabilização da mulher. No Brasil, as mulheres que denunciam agressões, ainda são vistas como mentirosas e manipuladoras, que querem destruir a moral do homem.

Assim também é com denúncias referente à violência sexual, onde o despreparo dos agentes é maior ainda. A tendência é de que nestes espaços, o relato da mulher é sempre posto em dúvidas, e surgem questionamentos que violentam ainda mais a mulher, como por exemplo, por que saiu sozinha? Estava com essa roupa? Entre tantas outras que questões de humilham e desqualificam a mulher.

Na categoria violência sexual, quatro mulheres foram vítimas deste abuso, e também a irmã de duas entrevistadas. Importante relatar que somente uma delas fez registro na polícia sobre a violência, e que outra teve sua infância e adolescência marcada pela violência sexual, por três homens diferentes. Nestas histórias, identificamos as seguintes situações:

Violência Sexual	Estupro cometido por conhecidos
	Estupro cometido por estranho
	Estupro dentro do casamento ou namoro
	Investidas sexuais

No Brasil, apesar de ser criminalizado, vivencia-se uma cultura do estupro. Entende-se que essa cultura, assim como o conceito de violência simbólica de Bourdieu (já referenciado neste trabalho), “pode ser definida como uma forma de violência simbólica que consiste na justificação, na tolerância ou no estímulo do estupro” (Lara *et al.*, 2016, p. 164).

Essa sutil cultura é perceptível em diversas ocasiões, como em propagandas na televisão e redes sociais; nas cenas de estupro em novelas que são romantizadas, em piadas, nos discursos como: “mulheres feias devem agradecer por terem sido estupradas”; “com aquela saia ela tava pedindo”; “mas também, porque bebeu daquele jeito”?, entre tantos outros.

A cultura do estupro no Brasil está vinculada a sua história colonial e escravocrata. Mulheres negras eram propriedade de seus senhores de fazendas, e sistematicamente estupradas. Esse comportamento nunca foi questionado socialmente. Hoje, as mulheres negras são as mais violentadas no país.

A cultura do estupro, também contribui para a erotização precoce da mulher, por considerarem as adolescentes como “novinhas”, relacionando através das letras de músicas à abusos sexuais com meninas. Com letras de música como: “taca bebida, depois taca a pica e abandona na rua”, ou “as novinha são sensacional”, entre tantas outras de todos os estilos musicais, a cultura vai sendo naturalizada, sem ser questionada, responsabilizando a mulher ou a “novinha” por qualquer violência sofrida.

Destaca-se no relato de Amarílis, que presenciou o estupro de sua irmã mais nova por um desconhecido, retrata essa cultura do estupro, e a erotização da menina/adolescente:

“Na minha adolescência o que me marcou mesmo assim, foi o estupro da minha irmã, eu já tinha 18 anos, ela tinha 13, era uma menina, e ainda pura (...). Nós foi numa festa na boate. (...) quando nós tava indo embora, uns marginal, levaram nós, nós duas fomos. (...) Eu presenciei, eu não pude fazer nada.. (...) Eu tentei fazer alguma coisa porque eles tavam bêbedo, os que tavam comigo, tavam bêbedo, e não conseguiu fazer nada comigo né, mas o outro era muito perigoso, sabe, daí ele fez, e eu não pude fazer nada por ela, sabe? (...) Eu pedia socorro, gritava, mas ninguém fez nada, sabe? (...) Eu perguntava porque ele tava fazendo isso com ela, e ele só dizia que as novinha eram as melhor e que ela seduziu ele na festa, que ela dançava seduzindo ele, vê se pode? A gente nem viu ele lá, tava só se divertindo mesmo. Depois levaram nós pra casa, e eu dizia, “vocês vão paga, vocês vão vê, porque eu vou denuncia vocês”, daí ele disse assim, “denuncia porque eu conheço o teu irmão, eu sei onde ele trabalha, eu sei a hora que ele sai pro serviço, eu sei tudo da vida de vocês, cuido faz muito tempo, eu vou taca fogo na casa da tua mãe e do teu pai, mata tudo vocês”. Eu só chorava, e ela tava paralisada, nós nunca mais falamos disso, ela nunca mais quis falar. Até hoje me sinto mal porque eu paralisei na verdade, não contei pra ninguém, fiquei quieta (choro)”.

(Entrevistada Amarílis)

Essa cultura do estupro que naturaliza a violência sexual e erotiza as meninas, contribui diretamente nos altos índices de violência registrados no país. Conforme o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018 foi registrado 66.041 estupros (180 por dia), sendo que 53,8% dos registros eram de meninas de até 13 anos. Pela divisão de faixa etária, 9% dos registros foram de crianças de 0 a quatro anos; 17,9% de crianças com 5 a 9 anos; e 26,9% com crianças de 10 a 13 anos. Portanto, a cada hora, quatro meninas são estupradas no país.

Sabe-se que esses número podem ser maiores, visto que em muitos casos, as meninas não contam a sua família sobre a violência sofrida, por inúmeros fatores, entre eles o medo pelas ameaças sofridas pelo agressor.

Entre nossas entrevistadas, duas foram estupradas na infância. Uma delas, nunca havia falado sobre os estupros, a outra, foi negligenciada pela família.

“O meu tio me torturava, bem dizer, psicologicamente e também me abusava. Me abusava e era alcoólatra. Ninguém sabe disso, eu nunca contei isso pra ninguém (choro), ele me obrigava a fazer coisas, só lembro disso na minha infância. Quando penso em mim, penso nele me passando a mão, colocando os dedo em mim (choro) e me obrigando a passar nele também. (...) Fui mora na casa do meu irmão e fiquei até os 14 anos. Eu tinha uns 12 anos quando eu conheci um rapaz, e me apaixonei por ele. A gente namorou uns dois, três meses e ele queria (sexo), e eu disse não. Um dia ele me buscou no trabalho e me levou num quarto, e eu não sabia onde era, e praticamente me estuprou naquele dia. Depois, ele virou as costas, me deixou em casa e eu nunca mais quis saber dele, porque foi péssimo né, o jeito que ele me tratou, então nunca mais. Já que to falando disso, tu vai achar que to inventando, mas posso contar? Tu acredita que também fui abusada pelo meu irmão? (Choro) Nunca falei sobre essas coisas pra ninguém nessa vida. Teve um final de semana que a minha cunhada não tava e ele simplesmente me obrigou a fazer coisas, ele não fez em mim, mas queria que eu fizesse. Ele dizia que eu tava grandinha, que já podia aprende o que era bom, e que ele ia me ensina. Que nojo! Eu tinha medo desse meu irmão, muito medo, das atitudes dele, das coisas dele, ele era ruim (choro). Nunca falei pra ninguém, afinal quem acredita né? lam dizer que eu que provoquei ele”.

(Entrevistada Margarida).

“Enquanto meu irmão tava dormindo, meu padrasto me chamava pra ir quarto dele e abusava de mim. Ele me fazia toca nele, depois colocava os dedos dentro de mim. Eu lembro que chorava muito, porque doia, depois ele batia na minha bunda e dizia “minha Lolita”, eu não sabia o que era. Só soube quando cresci. Eu tinha 4 anos e lembro como se fosse agora, isso foi até uns 10 anos, eu acho. Depois eu descobri que não era só comigo, com a minha irmã também aconteceu. Com ela foi pior, ele colocou o pinto pra dentro, machucou ela que foi para no hospital. Depois disso a justiça nunca mais deixou a gente ver a mãe, porque a mãe não fazia nada. Meus pais adotivos nunca falaram nada, eu contei e mesmo assim nunca falaram nada. A mãe já dizia que eu ia ser assanhada, lembro disso, acho que eu tinha uns 9 anos”.

(Entrevistada Melissa)

A sociedade condena fortemente o estupro e as demais formas de violência infantil, tendo como ideia de que esse agressor, seja um doente, alguém com transtornos psicológicos. Porém, sabe-se que não é assim. A maioria dos casos de pedofilia, de estupro de vulnerável, se dá por pessoas da família ou amigos próximos, aqueles que conseguem a confiança da criança.

Segundo Felipe (2013), na história da humanidade, situações sexuais envolvendo crianças e adultos, são marcas que contribuíram para a cultura do estupro. Com a sexualização precoce das meninas, encontra-se em diversos lugares do mundo o turismo sexual; leilões de meninas virgens; romances, filmes, minisséries que mostram o encantamento de homens mais velhos com meninas, em especial, lembra-se do clássico livro “Lolita”, tornando-se filme mais tarde que relata o poder de sedução da menina sobre seu padrasto.

Assim, quando esta criança, principalmente a menina, passa a desenvolver seu corpo, na puberdade, ela se torna a “novinha”, a “Lolita”, justifica-se qualquer abuso sexual sob as meninas, pois são elas quem “exercem o poder” de sedução, são as responsáveis pelo encantamento dos homens, que não as consideram mais como crianças, o ato sexual, seria a forma física de torná-la mulher.

Importante refletir que a legislação no Brasil sobre o estupro, teve diversas modificações ao longo do tempo. Já foi considerado um crime contra a segurança da honra (do homem) e também como um crime contra a

honestidade da família. Tipificou as mulheres como honesta e desonesta, cabendo a ela provar que foi verdadeiramente forçada ao ato. Quando comprovado o estupro, o homem poderia casar-se com sua vítima para a extinção da pena e isto só foi retirado da legislação brasileira em 2005. Toda lógica patriarcal e machista perpassou a legislação por muitos anos, somente em 2009 que o estupro passou a ser um crime contra a dignidade sexual, tendo a mulher como vítima e não mais a honra do marido ou da família (Lara *et al.*, 2016).

Apesar das mudanças na legislação, a cultura se faz presente nas ações dos agentes de segurança, no discurso que rotula a mulher e justifica o estupro cometido. Quando a mulher casada é estuprada pelo seu marido, esta violência geralmente não é considerada como tal. Pois o sexo é visto como “obrigação” da mulher, e ela precisará ter uma justificativa relevante para não querer ou se negar a fazer sexo com seu marido. Como a ideia da mulher ser propriedade do homem permanece, o estupro marital não é visto como uma violência, e sim algo natural, sendo a mulher ensinada a satisfazer os desejos sexuais do marido, pois conforme diz o ditado “o que o homem não tem em casa, ele busca fora”, justificando a traição e culpabilizando a mulher pela insatisfação sexual.

Percebe-se no relato a seguir, essa construção de naturalização do estupro marital:

“Sabe, eu achava que estupro só acontecia com gente do mal, gente estranha, que nem ca minha irmã né? Quando eu era casada, eu ficava tipo uma tábua em cima da cama, não tinha como ser diferente. Eu fazia sexo sem ter vontade. E eu tinha que fazer, não tinha jeito, não. A mãe sempre dizia que a gente tinha que dá pro marido sempre que ele queria. Eu fiquei sabendo que fazer sem ter vontade também era estupro, foi aqui na escola. Fiquei em choque, porque se é assim, eu sempre fui estuprada no casamento. Até hoje eu não tenho nada de vontade de transar, por mim eu ficava o resto da vida sem ninguém me tocar, sabe? Nunca tive prazer, acho que eu fiquei assim, meio com trauma, com problema, não sei”.

(Entrevistada Amarilis)

“Eu sofri violência (choro) com 14 anos. Com 14 anos, uma menina, acredita? Foi antes de eu fugir de casa, porque a pessoa que fez, disse que era amigo do nosso pai, sabe? (...) Eu fui estuprada, e era uma criança. Minha família nunca soube disso. (...) Esse foi um dos motivos pra mim sair, porque eu não ia ter apoio, eu sabia como eram as coisas, já tinha acontecido com uma prima e ninguém ajudou. Minha mãe subordinada ao pai, eu não tinha outra opção, o jeito era sair e me virar (...). Meu marido tinha muito dinheiro, achei que essas coisas não aconteciam com quem tinha dinheiro. Ele se apaixonou por mim quando tinha 15 anos. Casei com ele pra fugir, e ter o que comer. Logo percebi que eu parecia ser uma escrava sexual. Era sexo o tempo todo, e eu chegava a ficar machucada, porque eu não queria, e ele enfiava mesmo assim. Depois que começou a beber só piorou. Só quando fui fazer terapia entendi que fui estuprada a vida toda”.

(Entrevistada Begônia)

Percebe-se que no Brasil existe o estereótipo do estupro de verdade, que seria praticado por um sujeito qualquer, desconhecido, em algum lugar público, talvez, que ao usar a força, impede a resistência da mulher. Porém, é claro que isso não é real. A maioria dos casos que envolve estupro, são por conhecidos, pais, padrastos, amigos da família, marido, namorado, companheiro. Sendo assim, é mais difícil para que a mulher consiga denunciar, pois muitas vezes demoram a perceber que é uma agressão sexual. Além disso, o julgamento feito nos espaços que deveriam ser de acolhimento a essas demandas, reforça a violência a mulher. Causando mais sofrimento e diversos agravos para a saúde física e principalmente mental.

As entrevistadas relataram ainda, as importunações sexuais que vivenciaram em sua história de vida. Hoje, é considerado crime através da Lei 13.718 de 2018, que define como a prática de atos libidinosos com o objetivo de satisfação a próprias lascívia ou a de terceiro, sem violência ou grave ameaça.

Cinco entrevistadas sofreram esta prática em ônibus coletivo, em horários de superlotação, sendo “encoxadas” por homens que pressionaram a genitália sobre seu corpo. Duas relataram que era comum em festas, os homens passarem por elas passando a mão em seu corpo, levantando a saia ou vestido.

Nenhuma delas percebeu esta importunação como uma violência, apesar de sentirem-se desconfortáveis, desprotegidas, com medo, desses comportamentos, relataram como algo natural, frequente em suas vidas.

Assim, percebe-se que a cultura do estupro é tão forte e naturalizada, que compreender os comportamentos como violência ainda é um desafio para as mulheres. Mudar esta cultura, é mais difícil ainda, pois ela é necessária para a manutenção do patriarcado que utiliza a dominação masculina para a divisão e desigualdade de gênero.

3.2.5.Trabalho

Pensar sobre a mulher no espaço de trabalho, é sempre relevante, visto que vivendo em uma sociedade patriarcal, o machismo estruturante colabora para a inferiorização da mulheres e perpetuação de mitos quanto ao seu papel em todos os espaços.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, se deu a partir da primeira guerra mundial quando passaram a exercer o trabalho dos maridos que estavam na guerra, incapacitados ou mortos. Desde então, a mulher busca firmar seu espaço neste território ainda considerado masculino, onde muitas vezes é inferiorizada sexualmente e socialmente (Oliveira & Rodrigues, 2018).

Sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) definem como uma

forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Essa divisão ainda faz uma separação de que existem trabalhos para homens e trabalho para mulheres, além de produzir hierarquia, pois o trabalho do homem tem mais valor que o trabalho da mulher. Assim, a mulher se torna responsável pelo privado, enquanto o homem ocupa os espaços públicos.

Nas histórias de vida das nossas entrevistadas, essa divisão é perceptível e dividimos as situações por elas vividas na classe temática do trabalho, em duas categorias, desigualdade e assédio.

Na categoria desigualdade, tivemos as seguintes situações relatadas pelas entrevistadas:

Desigualdade	Associar a mulher à fragilidade, fraqueza, necessitando do homem
	Atribuir a função de limpeza, “serviços gerais” à mulheres
	Clientes não aceitarem ser atendidos por mulheres (garçonete)
	Diferença no uso da vestimenta entre mulher e homem (uniforme obrigatório para as mulheres)
	Explicações óbvias dadas a elas (mansplaining)
	Falta de respeito
	Jornada dupla de trabalho para a mulher
	Interrupções enquanto elas falam (manterrupting)
	Não poder usar batom no trabalho, por ser mais nova
	Salários diferentes para as mesmas funções

Conforme nossas entrevistadas que residiam no meio rural, a figura de chefe da família está no homem, que é o provedor, obedecendo aos padrões patriarcais. Neste espaço, as mulheres acumulam as tarefas domésticas e as da roça. A subsistência dessas famílias se deu através da agricultura familiar, que utilizava da mão de obra dos membros da família para a produção de alimentação para o consumo ou para venda.

As relações de trabalho neste espaço são permeadas pela dominação e subordinação com base no patriarcado, favorecendo a superioridade do homem e desvalorizando o trabalho da mulher. No patriarcado, o homem é o responsável pelas tarefas do âmbito público, fora do espaço doméstico, sendo o espaço mais importante socialmente. Para a mulher, seu espaço de direito é

a casa, o mundo privado, onde deve desempenhar seu papel de mãe e esposa, naturalizando a cultura através da reprodução, da manutenção da moral, das tradições e costumes.

Observa-se a divisão sexual do trabalho no espaço rural com o relato a seguir:

“Pra fora a gente trabalhava desde pequena, primeiro tinha que fazer o serviço pra depois pegar no caderno, o estudo era em segundo lugar. O serviço era de fazer comida, cuida da casa, cuida o irmão que era menor. Todo mundo trabalhava na roça, minha mãe trabalhava que nem homem. Mas em casa, o pai nunca fazia nada, só quando o mano nasceu, que ele fez comida, e era horrível, ele não sabia fazer. Mas a mãe sempre deu tudo na mão dele, acho que ela acostumou ele assim. O pai vendia as coisa na cidade, nunca dava dinheiro pra mãe, eu eu sempre achava que ela trabalhava bem mais.”

(Entrevistada Begônia)

Há muito tempo as mulheres conseguiram ocupar um espaço no público, no ambiente de trabalho, porém, as situações explícitas ou veladas de machismo reforçam uma desigualdade de gênero, diariamente. As mulheres ainda são julgadas, objetificadas, menosprezadas, tendo menor valor nos espaços profissionais, muitas vezes recebem salários inferiores aos homens, para exercer a mesma função.

Entre nossas entrevistadas, todas, já trabalharam em espaços que recebiam salário inferior para desenvolver a mesma função, conforme o relato a seguir:

“Nós ganhamos a mesma coisa, teoricamente né. Minha colega que trabalha de noite se queixa, porque o horário dela fecha as 22:20, e ela é mandada embora porque só os guris podem fazer hora extra. Ficam até fechar o estabelecimento, por causa que eles são homens, e eles dão mais segurança e eles acham que dão mais segurança. Se um ladrão entra, ele também não vão fazer nada, eles não andam armado, não tão preparado, nem treinado. A dona manda sempre a colega embora e paga só os R\$ 1.200,00 e os guris tiram R\$ 1.800,00. Ela não gosta porque ela tem filho, tem casa, ela quer tirar mais, o pai do guri não ajuda em nada. Podia ser rodízio, ser escala, cada dia um fica mais sabe? Mas ela não, dá o horário e ela já manda embora. A minha colega não tem direito de fazer

hora extra porque ela é mulher. É a mesma base salarial, mas na realidade não é os mesmos direitos”.

(Entrevistada Camélia)

Conforme a história de Camélia, mesmo tendo como base salarial o mesmo valor, a condição dos trabalhos e a possibilidade de receber “horas extras”, era permitido somente aos colegas homens. Por ter definido os papéis, a mulher não traz segurança ao espaço à noite, o que não acontece com o homem, que neste caso, é sinônimo de segurança.

Neste relato, também pode-se perceber a desigualdade na divisão sexual de trabalho, recaindo à mulher o público e o privado, ou seja, além de trabalhar em um restaurante ela precisa cuidar de sua casa e é a única responsável pela criação do filho, pois o pai, não assumiu essa função. Com a jornada dupla de trabalho, sabe-se que se torna um desafio para que a mulher possa progredir da mesma forma que o homem, pois ela, além de impedida, assume muitas funções. Cabe destacar aqui, que todas as entrevistadas relataram a jornada dupla de trabalho.

Conforme dados do IBGE (2017) mostram que as mulheres dedicam em média 20,9 horas da semana para a realização de atividades domésticas, ao que o homem, dedica 10,8 horas. Mostra-se assim, a desigualdade na divisão das tarefas.

No relato a seguir, além da questão salarial, identifica-se uma situação interessante para analisar sobre a profissão de cozinheira. Neste caso, mesmo que no espaço privado a cozinha pertença a mulher, no espaço público é o homem quem adquire mais status e reconhecimento com a profissão.

“Nós temos uma cozinheira e um cozinheiro. A cozinheira tem 9 anos e o cozinheiro tem 5 anos de trabalho. O chefe de cozinha é ele que ganha uns R\$ 300,00 a mais que ela. E ela se sente muito assim, porque eles têm a mesma função, só que ele tem o salário mais alto. E ele usa roupa escrito chefe, sabe? E ela diz que dói muito, passa humilhação com ele, e quando sai um buffet de festa, todo mundo faz, mas o único que tira foto e sai o nome é o dele. A minha colega se sente muito menosprezada, porque ela ensinou ele, ele pegou até

ideias que ela tinha e ficou como chefe, porque ela (a dona) precisava de um chefe para os eventos fora né? Ela diz que precisa de um chefe pra apresentar, e sempre pega ele, ela diz que chefe homem dá mais reconhecimento pro restaurante, é ridículo isso né?”

(Entrevistada Camélia)

A falta de reconhecimento dos superiores sobre o trabalho desenvolvido pela mulher, impede o crescimento dela no espaço de trabalho, onde não terá novos desafios, responsabilidades, muito menos aumento de salário e outras oportunidades, aumentando a desigualdade.

Outra situação de machismo é o roubo de ideias feitas pela mulher. Não são poucos os casos onde as ideias femininas foram “concedidas” aos homens para que eles fossem aceitos na sociedade ou ainda para conseguir a promoção ou emprego desejado.

O relato de Melissa, mostra situações cotidianas que merecem atenção, e que foram relatadas por todas as entrevistadas:

“Tem um instrutor que é assim, bem machista, daqueles chatos. Teve um dia que eu corriji uma fala dele, que era super machista. Ele teve uma questão, uma discussão, com uma colega da área dele. Quando terminaram, ela saiu chorando e ele saiu falando que ela deveria era ser da limpeza, que era lugar de mulher. Era um grosso, ele queria falar pra ela o que ela já sabia, além de que interrompia a coitada o tempo todo. Guria, me ferveu o sangue. Falei pra ele que tava sendo machista e preconceituoso, gerou uma baita discussão”

(Entrevistada Melissa).

A primeira situação é a tentativa de desconsiderar a mulher após uma discussão em que ela saiu chorando. Desqualificar a mulher por expressar sentimentos, reações e opiniões no espaço de trabalho é comum. Também é comum entre as mulheres que associem aos comportamentos como TPM (tensão pré-menstrual, reforçando as ideias de que a mulher é fraca, vulnerável e de que o seu lugar de trabalho seja com funções historicamente ditas de mulher, como a limpeza, que no Brasil, é uma profissão desvalorizada.

As interrupções de colegas na fala da mulher, conforme o relato, nos remete a Solnit (2017) que reflete sobre o fato de que todas as mulheres em algum momento da vida já foram impedidas de falar, ou de serem ouvidas quando desejaram falar. Os homens (alguns) explicam tudo, mesmo quando as mulheres já saibam sobre o que se trata. Esta forma de interrupção masculina, recebeu um termo próprio, sendo mansplaining.

Esse tipo de situação acontece em qualquer espaço, em reuniões discussões de trabalho, apresentações ou até em avaliações de desempenho, ou seja, qualquer situação em que as mulheres sejam impedidas de falar.

No relato também surge o mansplaining, que são as situações onde o homem explica coisas que são óbvias para as mulheres, menosprezando todo o conhecimento das mulheres sobre o assunto.

Além dessas situações encontradas, pode-se identificar duas formas de assédio que as entrevistadas sofreram em seus espaços de trabalho, moral e sexual, conforme o quadro a seguir:

Assédio	Assobio
	Brincadeiras / piadas
	Contar vantagens sobre relações sexuais com mulheres
	Humilhação por ser mulher
	Negar folgas
	Toque em partes do corpo: mãos, cabelo, coxa, “tapinha na bunda”

O assédio moral e sexual pode ocorrer de diversas formas, e o assediador pode ter posição hierárquica superior ou a mesma posição do assediado, sem questão de subordinação. Ele tem a intenção de desestabilizar emocionalmente o outro, humilhar, constranger, ameaçar, chantagear, sendo uma ação repetitiva, onde muitas vezes a vítima acaba pedindo sua demissão.

No trabalho, a mulher está mais sujeita a sofrer assédio moral e sexual, podendo causar diversos danos psicológicos e físicos, prejudicando a vida social, familiar e profissional dessa mulher, com marcas irreparáveis, conforme o relato abaixo:

“Eu era uma guria e era empregada doméstica. Ela tinha duas crianças que eu cuidava. E o marido dela era sapateiro e umas duas vezes ele me deu tapa na bunda, sabe? Passava e dava tapa na bunda, sabe? Ele fez várias vezes, depois eu contei para ela, ele parou, mas ela me vigiava o tempo todo. (...) Depois fui trabalhar de secretária, achava chique. Tinha que ir arrumada, e logo comecei a odiar o trabalho. Meu colega de trabalho era um grosso, me tratava muito mal. Dizia que eu não sabia fazer nada, que era burra, que todas as mulheres eram assim, deveriam ficar em casa, que é o lugar. Eu não aguentei, logo pedi demissão, era muita humilhação.”

(Entrevistada Margarida)

Assim como Margarida, seis entrevistadas relataram situações de assédio sexual no trabalho. Todas tiveram toques, na mão, coxa ou bunda. Somente a Margarida relatou para alguém (sua patroa) o que estava acontecendo e foi vigiada por isso. As demais silenciaram, sendo que duas continuaram no trabalho e vivenciaram mais situações de assédio, e três saíram imediatamente do emprego.

“Era uma empresa grande, e o nosso patrão, o chefinho, como era chamado, chegava toda segunda e contava pra galera toda, que tinha ido nas casas de prostituição e contava os detalhes. Eu ficava horrorizada com tudo que ele contava, era horrível o que ele falava, porque ele fazia o que ele queria, só porque tava pagando. Era um grosso, e tentava se passa com todas as colega, e a colega que não aceitava, ele não deixava tirar folga, era muito ruim. Ele gritava com a gente, era superior, mandava e desmandava só pra brigar e dizer que a gente não obedecia, era muita humilhação, e fazia tudo isso na frente de todo mundo. Muitas colega ficaram com ele porque precisavam do emprego, e também porque não aguentavam o jeito de trata. Eu não, foi uma vez que me tratou assim, fui embora e nunca mais voltei.”

(Entrevistada Begônia)

As mulheres que são vítimas de assédio passam por diversas variações de abusos psicológicos e até físicos. Com tanto sofrimento, é difícil encontrar coragem para denunciar seu agressor, que é colega ou chefe. Com a ideia machista de que a mulher é a responsável por toda violência que acontece, o

medo de não ser acreditada, ouvida e respeitada é grande, pois a expõe a maiores tipos de violência e preconceito.

Nossas entrevistadas, em sua maioria trabalharam como empregada domésticas, e hoje ou trabalham em espaços de estética para mulheres, ou permanecem na profissão doméstica. Uma delas, que trabalha em outro espaço, relata que precisou mudar o comportamento para com seus colegas, para que assim, os assédios terminassem:

“Na secretaria, só tem homem né? No começo assim eles (colegas de trabalho) assediavam bastante lá sabe? Quando eu fui trabalhar na secretaria, por eu ser separada, né? Achavam que podiam fazer aquelas brincadeirinhas que se colar, colo, aquelas brincadeiras eram sempre de coisa sexual, odiava isso”. (...) Me sentia muito mal, falavam do meu corpo, demorei pra entender como eu tinha que ser com eles, porque eles não iam mudar. Aí eu impus né, o respeito. Eu sou uma mulher de respeito, mesmo depois de não casada continuei a mesma coisa. Eu comecei a tratar eles mal também. Era bem general, e dizia pra eles que eu não me relaciono com colega nem homem casado, nem vem! Então eu continuo sendo meio generalzona assim. Hoje eles brincam, eu brinco com eles tudo assim, sadicamente, mas se eu ver que tiver qualquer coisa de abuso, se passando, já sento as patas também, bem general mesmo (risos), as vezes eles diziam eu que era mais homem que muito homem (risos). Mas eu não fui sempre assim, acho que fiquei assim porque se for diferente, eles se passam”.

(Entrevistada Amarílis)

Percebe-se que a necessidade de mudança de comportamento da mulher nas relações de trabalho, reforçam a ideia machista de que a agressão sofrida pela mulher é sua responsabilidade, e que essas situações fazem parte do jogo, tendo a mulher que mudar ou sair.

A banalização e a normalização do assédio contra a mulher, faz com que muitas não consigam identificá-lo como tal, assim como nas demais formas de violência. Como violência simbólica, muitas situações no espaço de trabalho são “invisíveis”, não tendo agressão física, tornando-se um crime de difícil comprovação. Muitas vezes as declarações dadas pelas mulheres são vistas com desconfiança, sem credibilidade, muitos questionam: “mas ele é bom”, “o

que ela fez para que ele agisse assim? ”. Desta maneira, a análise se dá no comportamento da mulher, e não na ação do homem.

Em qualquer forma e espaço onde a mulher é violada, casa, trabalho, rua; o medo é a palavra mais repetida entre elas. Todas as entrevistadas relataram esse sentimento com frequência nos relatos.

Além do sentimento de medo, as mulheres que sofrem qualquer tipo de violência, em geral, sentem-se impotentes a situação acreditando que são responsáveis pelos atos e merecedoras da violência, culpando-se por não abandonar ou denunciar a situação (marido ou trabalho), por diversos fatores.

3.3.FORMAS DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MACHISMO

Nem sempre é fácil identificar o machismo. Muitas vezes ele é tão sutil, invisível e silencioso que faz com que as mulheres acreditem estar “loucas” ou imaginando coisas que segundo os homens, não existem.

Alias, acreditar nisso, também é construção do machismo. O ideal para o patriarcado é que os comportamentos machistas mantenham as mulheres em situação de submissão e os homens no poder e dominação, e para isso, como já vimos, existe um sistema que podemos dizer eficiente utilizando do corpo feminino, das relações familiares, sociais, da divisão sexual do trabalho, da desigualdades entre os gêneros para que isso se mantenha.

Diante disso, perguntamos às mulheres sobre o que elas compreendem sobre o machismo. Entre suas compreensões, podemos classificar conforme o quadro a seguir:

Abandono familiar pelo homem
Agressão (física e psicológica)
Comportamento egoísta do homem: que só pensa e faz coisas para si
Comportamento que vem de gerações passadas
Tarefas domésticas

Dominação do homem sobre a mulher: mandar na mulher; controlar sua vida, roupas; redes sociais; relações de amizade e familiares
Educação para aceitação e reprodução do machismo
Falta de respeito e cuidado com a mulher
Mulher reprodutora do machismo – julgamento do comportamento de outras mulheres

Todas as mulheres entrevistadas, compreendem o machismo através da sua experiência com comportamentos dos homens que passaram (ou permanecem) em suas vidas. Apenas duas mulheres, trouxeram a compreensão de que a mulher também pode ser machista. O relato seguinte reforça também, o processo de educação para a construção familiar da aceitação do comportamento machista e sua reprodução pelas mulheres.

“O machismo é tão presente que nós mesmo usamos contra nós, toda hora. É algo que vem de criação, de tempo muito antigo, que a vovó, a bisavó trouxe e a gente acaba usando pela educação que a mãe passou. A mãe ensinou isso e é assim. Eu lembro sempre do que a mãe falou, e a mãe falou porque o pai mandou. Então é algo que eu acho que vem de geração em geração e a gente acaba sendo escravo involuntariamente, a gente pode até dizer, não sou machista, mas a gente acaba sendo sim. Se tu escutar a metade do que tu fala, tu é machista, a gente não respeita no fundo as escolhas da outras mulheres e julga tudo, é a roupa, a maquiagem, com quem ela se relaciona. A gente reproduz geral o machismo”.

(Entrevistada Camélia)

Nas entrevistas todas as mulheres relataram sobre a educação para o machismo feita por suas famílias. Algumas conseguiram no decorrer da vida compreender isto, outras não e ainda há aquelas que percebem, mas não conseguem reagir diante das situações de vida, conforme o relato abaixo:

“É muito ruim, (...) torna a pessoa horrível, constrói a pessoa pra ser dominadora e dominada. Não dá pra usar a roupa que quer, maquiagem, ter amigos, quem dirá amigos homens. Mas sabe, no mundo que vivemos todos temos um lado machista. (...) A minha filha já pensa bem diferente de mim, já é bem mais positiva, ela sempre diz que eu não sou obrigada a ficar com ele, a aguentar, que

preciso dar um basta, que tá na hora de acordar pra vida, que o mundo mudou. Ela é bem feminista. Me dá cada lição, que tá louco. (...) A minha cabeça é ogra, sabe? Pra mim, eu não consigo, to fechada, amarrada, eu não acho que as coisas mudaram tanto assim, eu me criei assim sabe? (...) É tão difícil. Eu brigo comigo mesma, dentro de mim é uma briga constante. (...) É horrível tudo que eu passei e ainda passo com meu marido, mas as vezes acho que nunca vou conseguir deixar dele, é muito contraditório né? Eu me criei assim, ainda acho que é pra sempre, casamento é pra sempre”.

(Entrevistada Violeta)

Entre nossas entrevistadas, 9 mulheres trouxeram a dominação do homem como uma compreensão de machismo, nesta categoria, podemos elencar vários tipos de comportamento na fala das mulheres, como: proibição de estudar, trabalhar, sair com amigas, visitar a família; mandar na mulher e exigir que ela cumpra o que ele determina; obriga a mulher a mostrar o celular, dar as senhas das redes sociais; não permite que use maquiagem, controle das roupas.

“É horrível a gente viver sobre a pressão de homem, que quer que eu faça tudo, quer que tu obedeça. Tem que obedecer, e achar que tu tem que obedecer. Não é pra estudar, tem que mostrar as coisas do celular, porque ele quer que faça isso. Esse é o machismo que eu entendo. São várias coisas, que levam ao machismo né. Tipo um menino não pode varrer a casa, pra mim pode, eu digo pro meu guri, ele pode varrer, não vai deixar de ser menino por varrer a casa. Raramente ele faz, quando eu fico brava sim. Meu marido agora ajuda, faz uns 4 anos que ele limpa a casa, lava a louça, a louça é com ele, e o almoço é com ele. (...) eu entendo uma coisa que ele faz pra mim hoje, é um excesso de culpa. De culpa que ele tem, por tudo que ele me fez. Mas eu disse pra ele que não é lavando louça, tudo bem que lavar me ajuda, fazer qualquer coisa me ajuda, porque eu não tenho muito tempo de chegar em casa e fazer tudo isso. Só que assim, não é lavar a louça, varrer a casa, que vai diminuir aquilo que aconteceu, né. Ele sempre diz que faz porque gosta e que assim somos iguais em casa, mas as atitudes dele continuam a mesma, não mudou nada, continua a fazer as outras coisa, quer me controlar, isso que ele disse que ia mudar. De certo sou eu quem tem que mudar. Eu que tenho que mudar pra não permitir tudo isso. Eu enxergo isso hoje, entendeu?”

(Entrevistada Margarida)

Algo é que preciso destacar na fala de Margarida é o conceito de ajuda que ela recebe do marido nas atividades domésticas. Sendo este lugar “o lugar da mulher”, há uma dificuldade de compreender que as atividades de casa, seriam responsabilidade de todos que nela vivem, e não somente da mulher. Porém, percebe-se que essa dificuldade não é somente dos homens, 3 entrevistadas, relataram ter essa dificuldade no decorrer das entrevistas. Também, conforme Margarida, essa “ajuda” do marido, seria para mascarar a igualdade entre eles na família, visto que as atitudes para controle dela, continuam a existir e podemos pensar que o sistema patriarcal utiliza-se de novos argumentos, novas situações e/ou comportamentos na tentativa de criar “uma falsa” igualdade entre os gêneros.

Entre as 10 entrevistadas, 8 relataram histórias de abandono da família pelo homem, seja o pai ou o companheiro. No relato a seguir, perceber-se que, além do abandono, a permanência do comportamento machista através das tentativas de dominação que a entrevistada vivenciou com o ex companheiro, trazendo tudo isso. Temos aí, uma compreensão sobre o machismo.

“Eu acho ridículo. Tanto a mulher quanto o homem podem fazer as mesmas coisas. Ninguém é melhor que ninguém, todo mundo tem direito e liberdade pra escolher o que quer fazer. Tu não vai deixar de ser homem por fazer tarefas de casa. Tem machismo em todos os lugares né, desde os salários, do jeito de falarem conosco. Uma coisa que acho que é machismo é o abandono, porque eles jogam pra gente o cuidado com os filhos. O pai do meu filho por exemplo, não me queria, ele me abandonou, abandonou a nossa família, mas mesmo não estando junto era machista comigo, não queria que eu saísse com minhas amigas, me mandava um monte de mensagens me chamando de um monte de coisas, era horrível. Dizia que eu tinha que ficar em casa cuidando do nosso filho, que eu era mulher da vida. Até me seguir ele fazia, acredita? No fundo ele achava que eu era eternamente dele, mesmo ele tendo outras mulheres, ele queria me mandar, me dominar mesmo sabe”.

(Entrevistada Petúnia)

Segundo Castañeda (2006), muitas pessoas acreditam que o machismo está desaparecendo, pois é fato que ele tem se modificado ao longo dos tempos.

Com a evolução das mulheres, dos estudos que possibilitaram compreender melhor todo esse universo, muitos comportamentos já não são aceitos com facilidade, exigindo uma mudança nos comportamentos machistas para a manutenção deste sistema de opressão. Através do relato a seguir, podemos refletir melhor sobre isso:

“Machismo é um absurdo. Não tem fundamento. Qual é a necessidade? Eu sempre acreditei que se foi o tempo do machismo. Eu dizia que graças a Deus que eu sou dessa época, que se eu fosse da época anterior eu acho que já tinham me matado, (risos), porque eu não aceito, não concordo. Eu achava que machismo era o que minha avó e minha mãe tinham vivido, mas não percebia que eu também tinha vivido porque sempre achava que eu era responsável pelo que acontecia. O pior é que quando vim estudar, eu descobri que ainda existe machismo, e é bem forte, descobri que a gente mesmo, muitas vezes é machista né, agora eu aprendi um monte de coisas aqui na escola, sabe. Hoje eu acho que o machismo é bem escondido, mas consigo as vezes perceber. Nas falas dos homens e até das mulheres mesmo, no jeito de olhar. O mais difícil na minha vida foi perceber que vivi sempre na violência, na opressão, e quando descobri que meu filho é gay, aí fui aprendendo muita coisa.”

(Entrevistada Begônia)

Assim como Begônia, perceber que estamos vivenciando situações machistas não é tão simples. Todas as alunas relataram demorar muito tempo para perceber essas situações, algumas ainda compreendem que o machismo sutil, invisível, são situações normais da vida de uma mulher, principalmente de uma mulher casada.

O fato de não ter essa compreensão sobre o machismo invisível, favorece a manutenção do sistema patriarcal, modificando alguns comportamentos, mas mantendo a submissão e dominação das mulheres.

3.4. INFLUÊNCIAS DO MACHISMO NA VIDA DAS MULHERES

Muitas são as influências do machismo e da desigualdade de gênero na vida das mulheres, estas moldaram (e ainda moldam) a forma de viver, pensar e agir, limitando a vida das entrevistadas em diversas fases da sua história.

Perguntamos para as mulheres, se elas acreditavam que as relações machistas vivenciadas tiveram influência sobre suas vidas, tendo como respostas as seguintes categorias:

Falta de liberdade: para sair com amigos, família, para trabalhar, para se expressar
Controle das roupas e maquiagem
Cobranças para comportamentos considerados femininos
Criação diferente entre filhos homens e mulheres
Aceitação de todo comportamento masculino
Criação baseada no preconceito com as diferenças
Aceitação de relacionamentos abusivos
Mudança de comportamento no espaço de trabalho
Culpa e vergonha

As primeiras influências do machismo que as entrevistadas percebem em suas vidas se dão ainda na infância. Nove mulheres, relatam comportamentos machistas dos pais, mães, familiares, professores e/ou amigos que tiveram ou ainda tem impacto direto na sua forma de ser e viver.

“Tive muita influência, eu acho que sim. Se pensar, o pai né, Deus o livre nós brincar de carrinho ou o mano brincar de boneca. Então da parte do pai era muito machista. (...) não podia brincar de jeito nenhum, nem andar de bicicleta, pra ele menina não andava de bicicleta, era feio menina andar de bicicleta, era feio menina brincar com piá. Nós só brincava com as meninas, e o meu irmão era só com os guris, e a gente se criou assim. O pai era muito machista, muito preconceituoso, muito tudo sabe? E a mãe era só amém, tadinha, tinha voz pra nada. Na escola lembro que era tudo separado também, o professor ficava de olho pra gente não se ‘frequiá’ com os guri e era sempre nós, nunca eles”.

(Entrevistada Jasmim)

Das dez mulheres entrevistadas, nove relatam que as relações machistas tiveram muita influência em sua vida, controlando sua forma de viver por muito tempo através do controle de roupas, maquiagem, de onde as mulheres iriam, etc., além de reproduzir o machismo no seu dia a dia. Esse controle inicia com a família, e depois passa a ser exercido pelo companheiro, como podemos observar no relato abaixo:

“Quando criança e adolescente eu escutava muito da minha mãe e irmã que não podia usar batom vermelho, que não podia senta de perna aberta, essas coisas. Acho que o pior é que eu aprendi que tinha que ser obediente, aí, muitas coisas que eu deixei de fazer porque ele não iria gostar. Deixei de sair com as amigas, deixei muito de ir pro centro de tarde tomar um mate com as minhas amiga, porque ele não ia gostar. Não usava algumas roupas que eu gostava, nem maquiagem, porque ele não gostava. Acredita que em dia eu sai com uma amiga e com minha filha junto e eu cheguei em casa e ele tava bêbado incomodando porque eu tinha saído, apanhei nesse dia. Ele me bateu várias vezes, porque dizia que eu não tinha comportamento de mulher casada. E sabe que eu achava que existia comportamento de mulher casada, achava que ele tava certo. Até dizia para as minhas amigas que não podia sair com elas porque era casada. Algumas coisas me afetam até hoje, acredita que nunca usei batom vermelho?”.

(Entrevistada Rosa)

Por acreditar que existe um tipo específico de comportamento de mulher casada, muitas mulheres mudam sua forma de ser, vestir, agir, abdicando de seus desejos e sonhos com o objetivo de assumir esse papel esperado socialmente. Aquela que não corresponde a este papel, geralmente é julgada pela sociedade por não aceitar os rótulos, e esse julgamento se dá por homens e mulheres que continuam a reproduzir os comportamentos e estereótipos do masculino e feminino. Todas as entrevistadas relatam que aprenderam a julgar o comportamento das outras mulheres, conforme relato abaixo:

“Eu acho que influenciou muito na forma de eu pensar, de eu não concordar com o mundo de hoje sabe? Eu ainda julgo sabe? Tenho uma amiga que fica com vários homens, eu acho o fim isso. A minha cunhada que antes de ficar com meu irmão era casada com um primo nosso, deu em cima dele até que conseguiu

ficar com ele. Acho o fim disso. As mulheres que não se valorizam. O homem a gente tá acostumada a ver isso, mas a mulher não. Aí eu sou machista, eu não fui criada assim, acho isso errado, a mulher tem que se respeitar. Não sei se tô certa ou errada, mais ainda penso assim. A família ainda é em primeiro lugar, talvez por isso que eu sofro né, nesse casamento. Eu digo pra minha filha também, que eu acho tão feio as gurias da idade dela com os shorts muito curtos, saia muito curta na rua, essas coisas eu também sou machista, e a minha filha diz isso. E o machismo ensina a gente a botar a culpa na mulher né, a minha filha sempre me fala isso, mas como é difícil pra mim separar tudo isso”.

(Entrevistada Violeta)

Além do julgamento, a culpa e a vergonha estão muito presentes nas histórias de vida de todas as mulheres entrevistadas. Sentem-se culpadas por não conseguirem ser as mães, mulheres e profissionais que a sociedade determina como ideal. Culpam as mulheres que são diferentes e não aceitam esses rótulos. Sentem-se responsáveis e envergonhadas pelas violências sofridas, a ponto de não conseguirem denunciar por acreditar que a culpa é sua e que muitas vezes, é merecedora da agressão.

“(…) eu acho que eu fui criada pra ser preconceituosa com muitas coisas, e por isso eu tinha uma cabeça meio fechada. Eu achava que essas coisas eram certas, que ele podia me tratar como queria, que a culpa era minha, que eu tinha que cuidar a roupa, não usar maquiagem, que eu era uma péssima mãe e esposa, essas coisas. Eu sentia muita vergonha por tudo que acontecia e eu também fui machista com relação a muitas coisas porque eu julguei muito mulheres também, porque sempre soube que algumas coisas eram erradas, já na criação da gente né, passaram isso, demorei muito pra entender que não é assim. A tal da sororidade que a professora fala na sala de aula, quando eu entendi isso, comecei a não julgar as mulheres. O machismo influenciou toda a minha vida, hoje eu vejo.”

(Entrevistada Margarida)

A aceitação de qualquer tipo de comportamento masculino e dos relacionamentos abusivos, também surgiram nas histórias das mulheres

entrevistadas. Sete mulheres relataram que aprenderam que o lugar da mulher era também o lugar de aceitação das condutas machistas e violentas.

“Na relação sexual assim, quando a gente mantia relação, ele gostava e dizia pra mim que era vagabunda dele, me mandava dizer que eu era vadia, e outras coisas pior, né? E eu disse assim, mas eu não vou dizer, eu não sou. Ele dizia “eu sei que tu não é, mas eu quero que tu me diga”. Tipo, ele sentia prazer em eu dizer aquilo né. O que importava pra ele, era o prazer dele, não o meu né. Depois que terminava tudo eu ia pro banheiro tomar banho e chorar, eu chorava, chorava, chorava, e vinha com os olhos desse tamanho de lá, de tanto chorar, e de raiva porque eu tinha dito, sabe? Porque que eu fui falar, sabe? E aquilo me chocava, me machucava. Fui falar com minha mãe sobre isso e ela me mandou calar a boca, porque ninguém tinha que saber dos problema de casal e que eu tinha que obedece ele. Só entendi que não era assim aqui na escola (chorando)”.

(Entrevistada Amarilis)

As crenças aprendidas pelas mulheres, as diversas situações de machismo que enfrentaram durante suas vidas, causaram impactos profundos nas nossas entrevistadas. Os sentimentos de culpa e vergonha acompanham a grande maioria, trazendo consequências para suas relações, buscando uma falsa ideia de perfeição e da obrigação de dar conta das inúmeras funções que a elas são atribuídas.

O controle e opressão vivenciados, impossibilitam algumas ações que podem parecer simples, como passar um batom vermelho, mas que para essa mulher ainda não é possível de ser realizado, seja por estigmas ou por baixa estima.

Todas a entrevistadas relataram que passaram a pensar sobre o machismo e sobre suas vidas, a partir do momento em que retornaram à escola. Foi na instituição de ensino e através de projetos e ações que levaram as discussões sobre violência doméstica, desigualdade de gênero e machismo, que as entrevistadas conseguiram compreender melhor e principalmente se perceber nessas relações.

3.5. E ENTÃO, O QUE PODE SER FEITO? ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO MACHISMO NA PERSPECTIVA DAS ENTREVISTADAS

Quando paramos para pensar sobre o que essas mulheres vivenciaram, suas percepções sobre como o machismo e a desigualdade de gênero fizeram parte de sua história influenciando toda a sua vida, perguntamos sobre o que elas acham que poderia ser feito para contrariar essa abordagem machista que nos domina socialmente, podendo classificar as respostas em três categorias principais: (i) campanhas de sensibilização; (ii) educação; e (iii) grupos de apoio e diálogo para as mulheres.

Entre as nossas entrevistadas, sete responderam que campanhas seriam muito importantes para iniciar este trabalho de mudança social. Essas campanhas seriam em: mídias sociais; televisão; em empresas; escolas; espaços públicos; igrejas.

“Eu tinha um pensamento muito diferente quando vim pra cá. Nem sabia o que era violência, nem nada dessas coisas. Achava que era assim e ponto, que a vida era assim. Eu penso que é preciso fazer muita campanha e tem muita possibilidade, TV, redes sociais, investimento pesado nisso. Educação é o negócio. Dava pra fazer também nas igrejas, eu sofri na igreja, lá seria muito importante”.

(Entrevistada Melissa)

Entre as nossas dez entrevistadas, todas acreditam que a educação tem o papel principal neste trabalho de mudança social. Três mulheres trazem a educação da família, que esta deveria ser a primeira a introduzir valores positivos para que o convívio entre homens e mulheres seja baseado no respeito e empatia, independente do gênero.

Cinco entrevistadas, apontam a educação como uma ação constante em diversos espaços e formas, como: escola, trabalho, programas de conscientização utilizando redes sociais. E duas entrevistadas trazem a educação como uma ação do espaço escolar.

“Eu acho que muita gente não sabe e não conhece o assunto, as vezes acho que é desconhecimento mesmo, além de que é preciso se colocar no lugar das mulheres. Então eu acho que é a educação, que primeiro deveria vir da família o respeito e a empatia a todo mundo né. A gente sabe como os gays sofrem, temos o nosso colega aqui, então a família deveria ser o lugar do amor e respeito. Aí também poderia ser através de palestras, divulgação na internet falando sobre como se colocar no lugar, nas escolas e em todos os lugares. Dizer o que é ser mulher nos dias de hoje, o que não é nada fácil, a força da mulher. Para que os homens entendam que isso não é competição, é crescimento feminino. Acho que tem que fazer algo em relação a isso. Acho que se o homem tivesse um dia de mulher, ele corria na mesma hora (risos). Sabe, todas as coisas que aconteceram na minha vida teve um porque, acho que as mulheres são fortes para administrar as coisas, acredito que com o tempo nós vamos conseguir mais espaços em todas as áreas, e vamos ser vistas com bons olhos, pode até demorar, mas a mulher, o feminino é o que vai melhorar esse mundo. É importante conhecer a história das mulheres, as mulheres já passaram por coisas muito ruins. Acredito que tudo isso se da pela educação, seja dos pais, familiares, da escola, o melhor seria todos juntos, né? Não custa sonhar. Nós fazemos a diferença sabe? Mulher é superação, superação todos os dias”.

(Entrevistada Petúnia)

Sobre a categoria grupos de apoio e diálogo, tivemos seis entrevistadas que relatam a importância desses grupos para que sua vida pudesse ser transformada e que conseguisse apoio suficiente para sair das situações que estavam vivendo.

“Eu acho que grupos de mulheres, de apoio e pra falar sobre isso poderia ser legal, aquela pessoa que passou por isso tentar ajudar outras, sabe. Como eu né, porque na verdade eu enchei o relacionamento abusivo que eu tava quando eu entrei aqui no IFF, que eu comecei a ver as coisas que aconteciam. Que não era uma vez que ele fez, tinham sido várias vezes já, e que além da agressão física, tinha a verbal. Então o meu relacionamento era abusivo desde o início. E foi a partir das palestras que eu tive aqui e do grupo que vocês me encaminharam. O grupo que a gente tinha foi bem importante, ali teve as pessoas dando os relatos, as colegas também falando das suas histórias, então tudo aquilo ali foi fazendo com que eu enxergasse o que tava passando, tanto que no primeiro ano que eu entrei aqui eu consegui fazer o que queria a 5 anos atrás, deixar ele, e antes eu não tinha coragem, porque eu pensava que eu

precisava dele. O grupo me ajudou muito, me sentia forte nele e que eu não precisava dele”.

(Entrevistada Rosa)

Nos relatos das mulheres, foi possível compreender o valor atribuído à educação. Todas elas abandonaram os estudos na adolescência, por diversos motivos, buscando a qualificação profissional junto ao ensino médio, anos mais tarde.

É interessante analisar que o espaço escolar tem sido um local de apoio e suporte para as mulheres em situação de violência, pois ao abordar esses temas, proporcionando discussão, leitura e troca de histórias, possibilitou que muitas mulheres, a partir da compreensão de sua situação de violência, buscassem alternativas para encerrar o ciclo e/não aceitassem mais comportamentos machistas com impactos negativos em suas vidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito analisar as representações sociais em torno da reprodução social do machismo e da desigualdade de gênero na vida das mulheres estudantes do curso Técnico em Estética do PROEJA. Para atender a este objetivo, a escuta por meio da entrevista, utilizando a técnica história oral de vida, foi essencial, possibilitando uma melhor compreensão das situações vivenciadas, os significados e representações na vida das mulheres.

A partir das falas foi possível constatar que as representações sociais acerca do machismo e das desigualdades de gênero não foram uniformes e unilaterais. As percepções e significados ora combinavam, ora se contradiziam, percebendo assim uma constante reelaboração, conforme as vivências das mulheres.

Percebe-se também que as representações estavam ancoradas e objetivadas em teorias sociais, morais e biológicas, principalmente daquelas que ainda sustentam (mitos) o machismo e justificam a desigualdade de gênero em nossa sociedade.

Esses conhecimentos têm sido reproduzidos e perpetuados por homens e mulheres através de padrões culturais patriarcais, que iniciam no espaço familiar, com a exigência de comportamentos específicos para meninos e meninas, criando estereótipos de como cada um deve ser.

Pode-se perceber que é no espaço familiar que a maioria das mulheres vivenciaram as primeiras relações de violência, onde aprenderam a ser submissas e crenças que as levam a aceitar relações abusivas. Aprenderam a se comportar, docilizando o corpo, para que assim, pudessem cumprir a função que o sistema patriarcal demanda à mulher.

Como possibilidade de ação para mudar esta abordagem machista que vivemos, a educação, o conhecimento sobre essas pautas, possibilitaria o pensar na mudança desta estrutura patriarcal. E o espaço familiar seria o

primeiro lugar onde a educação deveria trabalhar a igualdade, o cuidado e o respeito para com as mulheres, segundo nossas entrevistadas.

Desta forma, pensar sobre o machismo e a desigualdade de gênero na vida das mulheres, não é tarefa fácil. São situações dolorosas que impactaram e ainda impactam a vida de cada uma. E este foi o maior desafio deste trabalho, pois algumas mulheres não desejaram falar sobre suas dores.

Aquelas que aceitaram, contaram histórias de muito sofrimento, onde conseguiam compreender que estavam vivenciando situações de violência, mas não conseguiam visualizar uma saída para esta situação. Diante disso, após a entrevista, encaminhamos duas estudantes para a rede de atendimento a mulher do município, sendo solicitado por ambas, no final da entrevista.

Percebe-se que as mulheres nem sempre conseguem identificar e compreender um comportamento machista, uma situação de desigualdade de gênero ou o início de uma relação abusiva, pois são tantas crenças apreendidas e interiorizadas no decorrer da vida que justificam e ainda afirmam essas ações, não sendo claro o suficiente para que a mulher consiga agir ou não se envolver.

Para encerrar, é preciso dizer que este estudo não se encerra. O objeto de estudo está em constante mudança, ora de avanço, ora de retrocesso, e é necessário estudá-lo (e denunciá-lo) nestes diferentes momentos, nomeadamente na academia dando voz a estas estudantes e mulheres, às suas histórias de vida, e dotando-as (assim se espera) de competências reflexivas em torno do machismo e das desigualdades de gênero.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, V. (2013). *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Angelin, R. (s. a.). A “caça as bruxas”: uma interpretação feminista. Recuperado em 25 de julho, 2018, de <http://www.espacoacademico.com.br/053/53agelin.htm>.
- Arruda, A. (2002). Teoria das Representações sociais e Teoria de Gêneros. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147.
- Bandeira, L. (2013). *Feminicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher*. Recuperado em 5 de fevereiro, 2019, de <http://www.compromissoeatitude.org.br/feminicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contr-a-mulher-por-lourdes-bandeira/>.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, R. S. (2018). Relacionamentos Abusivos: Uma discussão dos Entraves ao Ponto Final. *Revista Gênero*, 18(2), 142-154.
- Beauvoir, S. (2016a). *O segundo Sexo: Fatos e Mitos* (Vol. 1, 3a ed., S. Milliet, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2016b). *O segundo Sexo: A experiência Vivida* (Vol. 2, 3a ed., S. Milliet, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. (2007). *Documento base - Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA*. Brasília: MEC/ SETEC.

- Brasil. (2013). *Relatório Final*. Brasília: Senado Federal/ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.
- Brasil. (2018). *Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Senado Federal/ Observatório da Mulher Contra a Violência.
- Castañeda, M. (2006). *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora.
- Colling, A. M. (2015). Inquietações sobre educação e gênero. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, 4(8), 33-48. Recuperado em 21 de julho, 2017, de http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/687/pdf_71.
- Demo, P. (2005). *Metodologia da investigação em educação*. Curitiba: Ibpex.
- Deslandes, S. F, Gomes, R, Minayo, M. C. S., & Neto, O. C. (1994). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Drumont, M. P. (1980). Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, 3, 81-85.
- Foucault, M. (2014). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- Francisco, R. S. (2014). Tornando o invisível visível: um olhar panorâmico sobre a dominação masculina, machismo e a criação do “próprio” para mulheres. *Revista Perspectivas Online*, 11(4), 25-36. Doi: <https://doi.org/10.25242/88764112014556>.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007, setembro/dezembro). Novas configurações da divisão sexual do trabalho (F. Murad, trad.). *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *Representações sociais* (L. Ulup, trad.). Rio de Janeiro: Eduerj.

- Lara, B., Rangel, B., Moura, G., Barioni, P., & Malaquias, T. (2016). *#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes. Não Me Kahlo*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Lima, R. C. E., Filho (2007). *Opressões relativas ao gênero, Masculinidades e a Contradição Opressor-Oprimido (a)*. Recuperado em 10 de novembro, 2018, de <http://www.itaporanga.net/genero/1/GT07/16.pdf>.
- Meyer, D. E. (2013). Gênero e educação: teoria e política. In G. L. Louro, J. Felipe, & S. V. Goellner (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monteiro, C. S. (2008). *As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento*. Dissertação de mestrado, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, RS, Brasil.
- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais: investigação em psicologia social* (11a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Moura, S. M. S. R., & Araújo, M. F. A. (2004). Maternidade na história e a História dos Cuidados Materno. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 24(1), 44-55.
- ONU (2016). *Taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. Brasília, DF: ONU Brasil. Recuperado em 24 de novembro, 2018, de <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>.
- Osterne, M. S. F., & Silveira, C. M. H. (2012). Relações de Gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *Revista o Público e o Privado*, 10(19), 101-121.

- Paiva, F. G., Jr., Leão, A. L. M. S., & Mello, S. C. B. (2011). Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista Ciências da Administração*, 13(31), 190-209. Recuperado em 5 de setembro, 2019, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n31p190>.
- Pessis, A. M., & Martín, G. (2005). Das origens da desigualdade de gênero. In M. C. Martín, & S. Oliveira (Orgs.). *Marcadas a Ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2a ed.). S.l.: Editora Feevale.
- Rezende, A. M. A. (2017). *Violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto: representações sociais de adolescentes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Santana, M. A. (2017). Teoria das representações sociais como referencial teórico-metodológico e epistemológico para pesquisas em educação. *Revista Alpha*, 18(2), 178-190.
- Santos, B. F. (2017). *Os números da violência contra mulher no Brasil*. Recuperado em 15 de novembro, 2017, de <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>.
- Santos, T. C. B. (2014). Representações Sociais Acerca do Feminino e do Masculino: uma proposta para a co-educação. *Anais do Encontro Nacional*

da ABRAPSO, Maceió, AL, Brasil, 15. Recuperado em 27 de agosto, 2018, de <https://www.abrapso.org.br/>

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 15(2), 71-99.


Silva, V. P., & Barros, D. D. (2010) Métodos história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. *Rev. Terapia Ocupacional Univ. São Paulo*, 21(1), 68.

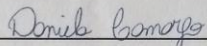
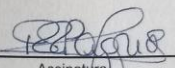
Silva, V., & Londero, J. C. (2016). Do matriarcalismo ao Patriarcalimo: formas de controle e opressão das mulheres. *Anais do Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades - CONAGES*, Campina Grande, PB, Brasil, 12. Recuperado em 5 de julho, 2018, de <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/>.

Souza, J. H. (2016, janeiro/julho). As implicações do sexismo benévolo na afirmação de estereótipos femininos. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 2(1), 5-10. 2016. Recuperado em 26 de dezembro, 2017, de <https://portal.seer.ufba.br/index.php/cadgendiv>

Stearns, P. N. (2017). *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto.

ANEXO A – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: As representações das mulheres do curso Técnico em Estética PROEJA face ao machismo e respectivo impacto no cotidiano			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 57			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: DANIELA CAMARGO			
6. CPF: 012.173.040-96	7. Endereço (Rua, n.º): SANTA MARIA CENTRO APTO 102 SANTA ROSA RIO GRANDE DO SUL 98796252		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (55) 9649-9304	10. Outro Telefone:	11. Email: daniela.camargo@ifarroupilha.edu.br
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>14 / 03 / 2018</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	13. CNPJ: 10.662.072/0010-49	14. Unidade/Orgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	
15. Telefone: (55) 9148-1555	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Rosane Rodrigues Pagano</u>	CPF: <u>364.285.310-20</u>		
Cargo/Função: <u>Direção Geral</u>			
Data: <u>14 / 03 / 2018</u>	 Assinatura		
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezadas alunas.

Convidamos a aluna _____ (nome da aluna) a participar da Pesquisa “As representações das mulheres do curso Técnico em Estética PROEJA face ao machismo e respectivo impacto no cotidiano”, sob a responsabilidade da pesquisadora Daniela Camargo, a qual pretende mapear as principais representações que as alunas possuem sobre a temática.

Participar desta pesquisa não apresenta riscos a estudante. A sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista cujas respostas serão baseadas em experiências de vida, assim, pode ocorrer dos sujeitos se sentirem angustiados por lembrarem de situações constrangedoras que eventualmente tenham passado. Caso isso venha ocorrer, a pesquisadora responsável se coloca a disposição para acolhimento dessa angústia, e se necessário, encaminhamento para o setor de Assistência Estudantil do Campus Santo Ângelo. Se, depois de consentir a participação, você quiser desistir de continuar participando ou quiser anular o registro, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a você. A participação não implica nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, e a identidade das participantes não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Se tiver dúvidas sobre a pesquisa ou o processo de coleta de informações, pode contatar pelos telefones (55) 9 9649-9304 ou (55) 3931-3900 ou pelo e-mail: daniela.camargo@iffarroupilha.edu.br

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informada sobre o objetivo dessa pesquisa. Assim, eu concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que não vou receber remuneração e que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

Santo Ângelo, _____(dia) de _____(mês), de 2018.

Estudante (Assinatura)

Daniela Camargo – Pesquisadora

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezadas alunas.

Convidamos a aluna _____ (nome da aluna) a participar da Pesquisa “As representações das mulheres do curso Técnico em Estética PROEJA face ao machismo e respectivo impacto no cotidiano”, sob a responsabilidade da pesquisadora Daniela Camargo, a qual pretende mapear as principais representações que as alunas possuem sobre a temática.

A participação da estudante é voluntária e se dará por meio de aplicações de um questionário de perfil socioeconômico a ser preenchido de maneira que NÃO identifique a estudante. Trata-se, portanto, apenas de uma coleta de informações. Participar desta pesquisa não apresenta riscos a estudante, porém se tratando de um questionário cujas respostas são baseadas em experiências pessoais, pode ocorrer das estudantes se sentirem angustiadas por lembrarem de situações constrangedoras que eventualmente tenham passado. Caso isso venha ocorrer, a pesquisadora responsável se coloca a disposição para acolhimento dessa angústia, e se necessário, encaminhamento para o setor de Assistência Estudantil do Campus Santo Ângelo. Se, depois de consentir a participação você quiser desistir de continuar participando ou quiser anular o registro, tem o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a você. A participação não implica nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados.

Se tiver dúvidas sobre a pesquisa ou o processo de coleta de informações, pode contatar pelos telefones (55) 9 9649-9304 ou (55) 3931-3900 ou pelo e-mail: daniela.camargo@iffarroupilha.edu.br

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informada sobre o objetivo dessa pesquisa. Assim, eu concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que não vou receber remuneração e que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

Santo Ângelo, _____(dia) de _____(mês), de 2018.

Estudante (Assinatura)

Daniela Camargo – Pesquisadora

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO – PERFIL DAS ALUNAS DO CURSO DE ESTÉTICA PROEJA

Prezada aluna

Este questionário faz parte de uma pesquisa para dissertação de mestrado em Educação e Formação de Adultos do Instituto Politécnico do Porto - Portugal. Esta pesquisa garante o anonimato das respostas e os resultados serão utilizados apenas para fins acadêmicos. Solicitamos que respondam de forma sincera e espontânea, pois não existem respostas certas e erradas. Obrigada pela sua colaboração.

1. Idade:

2. Em qual raça ou cor você se classifica:
 - a. Amarela
 - b. Branca
 - c. Indígena
 - d. Negra
 - e. Parda

3. Estado Civil:
 - a. () Casada
 - b. () Divorciada
 - c. () Separada
 - d. () Solteira
 - e. () União Estável
 - f. () Viúva

4. Qual a sua religião?
 - a. () Sem religião
 - b. () Candomblé
 - c. () Católica
 - d. () Espírita
 - e. () Evangélica

- f. Umbanda
- g. Outra. Qual? _____

5. Filhos:

- a. Sim Idade: _____
- b. Não

6. Qual a renda familiar mensal?

- a. Nenhuma
- b. Até 1 salário mínimo (R\$ 954,00)
- c. De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 954,00 a R\$ 2.862,00)
- d. De 3 a 5 salários mínimos (R\$ 2.862,00 a R\$ 4.770,00)
- e. Superior a 5 salários mínimos (Superior a R\$ 4.770,00)

7. Qual é a sua participação na vida econômica da sua família?

- a. Você não trabalha e seus gastos são custeados.
- b. Você trabalha e é independente financeiramente.
- c. Você trabalha, mas não é independente financeiramente.
- d. Você trabalha e é responsável pelo sustento da família.

8. Quantas pessoas dependem desta renda?

- a. Uma pessoa
- b. Duas pessoas
- c. Três pessoas
- d. Quatro pessoas
- e. Mais de cinco pessoas

9. Se você desenvolve alguma atividade remunerada, qual o vínculo?

- a. Estágio
- b. Emprego com carteira de trabalho assinada
- c. Emprego sem carteira de trabalho assinada
- d. Emprego autônomo
- e. Trabalhadora rural
- f. Outro _____

10. É beneficiária de algum programa social?
- a. Sim. Qual? _____
 - b. Não
11. Quais foram os motivos de você ter abandonado seus estudos em tempo regular?
12. Com quantos anos você deixou de frequentar a escola regular?
- a. Menos de 10 anos
 - b. Entre 10 e 14 anos
 - c. Entre 15 e 18 anos
13. De que forma você concluiu o ensino fundamental?
- a. Ensino regular
 - b. EJA – Educação de Jovens e Adultos
 - c. ENCCEJA - Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 - d. Supletivos
14. Você acredita que o machismo existe em nossa sociedade?
- a. Sim
 - b. Não
15. O que você entende por machismo?
16. Você já sofreu agressão física por um homem?
- a. Sim. Quem foi o agressor? _____
 - b. Não
17. Você já sofreu agressão verbal por um homem?
- a. Sim. Quem foi o agressor? _____
 - b. Não

18. Você já presenciou alguma situação de agressão física/ verbal de um homem sobre mulher?

a. Sim

b. Não

19. Você já foi forçada a ter relações sexuais com seu parceiro?

a. Sim

b. Não

20. Em um relacionamento, seu parceiro quis controlar suas amigas, os lugares aonde você ia, suas roupas ou celular, redes sociais?

a. Sim

b. Não

21. O que você deixou de fazer por ser mulher? _____

22. Você teve uma criação diferenciada por ser mulher?

a. Sim. _____

b. Não

De que forma?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista

1. Conte-me sobre a sua infância? Como seus pais lhe criaram? Como eram as relações familiares (pais, irmãos, avós, tios, etc)?
2. Quais eram os papéis e as funções de cada membro da família em casa?
3. Quando você começou a estudar? Como eram as relações entre professor e alunos? Como eram as relações entre os alunos? E como eram as relações entre os meninos e as meninas?
4. Como era a relação dos seus pais?
5. Como foi sua adolescência? Relações familiares?
6. Quais as situações mais marcantes para você em sua adolescência?
7. Porque você parou de estudar? Quais os motivos que a levaram a tomar esta decisão? Qual a reação da família com essa decisão?
8. Na sua rede de amigos e familiares mais ampla, outras pessoas abandonaram os estudos?
9. Com que idade teve seu primeiro relacionamento afetivo?
10. Como você avalia os seus relacionamentos?
11. Você começou a trabalhar com que idade? Como foi seu trabalho? Como eram suas relações com os colegas; com superiores? Como eram as relações entre homens e mulheres? Recebiam os mesmos salários para as mesmas funções?
12. Consegue identificar/ descrever alguma situação vivenciada durante a sua experiência profissional reveladora de uma atitude machista?
13. Como é seu emprego hoje?
14. Você está em um relacionamento hoje? Conte-me um pouco sobre seu namorado/marido/companheiro.

15. Você tem filhos? Como é sua relação com eles? E do pai deles?
16. O que você pensa sobre o machismo?
17. Você acha que as relações machistas tiram influência sobre sua vida? De que forma?
18. Considerando que esta é uma realidade que marca as sociedades em geral, e a sociedade brasileira, em particular, o que considera que pode ser feito para contrariar esta abordagem machista dominante? (exemplo: dinamizar sessões de formação/ sensibilização nas escolas, em diferentes graus de ensino (básico a superior); dinamizar sessões de formação/ sensibilização em empresas, dirigidas a chefias e trabalhadores em geral; etc.)